

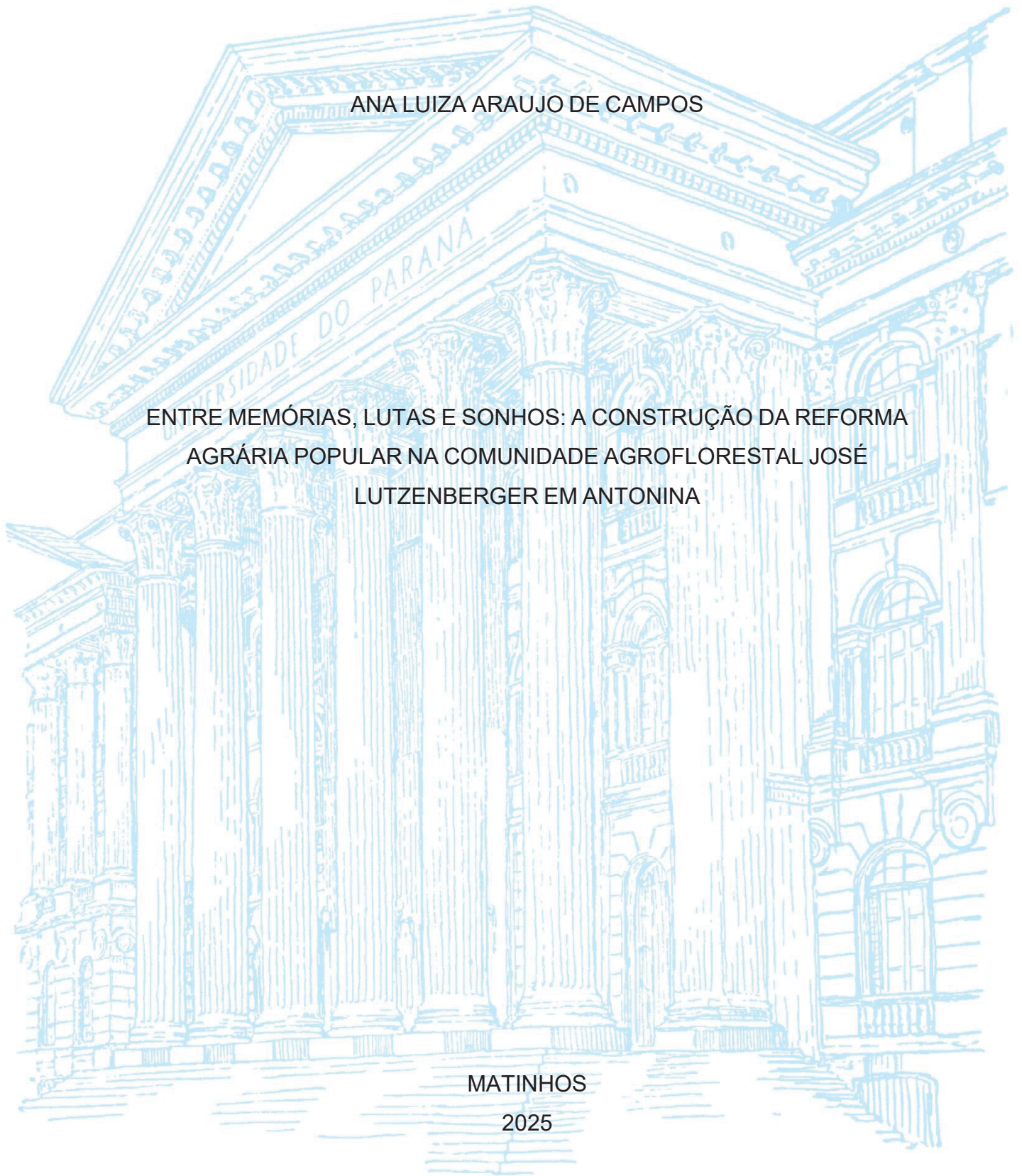
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LUIZA ARAUJO DE CAMPOS

ENTRE MEMÓRIAS, LUTAS E SONHOS: A CONSTRUÇÃO DA REFORMA
AGRÁRIA POPULAR NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ
LUTZENBERGER EM ANTONINA

MATINHOS

2025



ANA LUIZA ARAUJO DE CAMPOS

ENTRE MEMÓRIAS, LUTAS E SONHOS: A CONSTRUÇÃO DA REFORMA
AGRÁRIA POPULAR NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ
LUTZENBERGER EM ANTONINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério Lopes

MATINHOS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C198 Campos, Ana Luiza Araujo de
Entre memórias, lutas e sonhos: a construção da reforma agrária popular na comunidade agroflorestal José Lutzenberger em Antonina / Ana Luiza Araujo de Campos; orientador Paulo Rogério Lopes. – 2025
163 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2025.

1. Agroecologia. 2. Comunidade José Lutzenberger. 3. Reforma Agrária.
I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 333 335



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA LUIZA ARAUJO CAMPOS**, intitulada: **ENTRE MEMÓRIAS, LUTAS E SONHOS: A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER EM ANTONINA**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO ROGERIO LOPES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 24 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

24/03/2025 20:34:24.0

PAULO ROGERIO LOPES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

16/06/2025 11:58:33.0

KEILA CASSIA SANTOS ARAUJO LOPES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS)

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 12:20:51.0

VITOR FABRICIO MACHADO SOUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIÁVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 434826

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 434826

Roça, floresta, quintal, entre outras experiências, nos convidam a ser falantes das linguagens que se enraízam na terra - Luiz Rufino, Ponta-cabeça: Educação, jogo de corpo e outras mandingas. p. 72

RESUMO

Esta pesquisa propõe investigar as trajetórias de vida das agricultoras e agricultores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada em Antonina, PR, território atravessado pela experiência da luta por reforma agrária e da conquista da terra. A Reforma Agrária Popular tem sido defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nos últimos anos, com pautas que vão muito além da redistribuição de terras, incluindo e reivindicando a importância do modo de produção agroecológico para a busca da autonomia nos assentamentos rurais. Esta pesquisa aborda as memórias e os sonhos destas pessoas. A construção metodológica da pesquisa se deu num processo indutivo: a partir da aproximação com a Comunidade pôde-se ouvir as vozes e as demandas trazidas, e assim iniciar a compreensão das complexidades e singularidades deste lugar. Neste sentido, optou-se pela Pesquisa Qualitativa. Como metodologias optou-se pelo uso de diário de campo, entrevistas semiestruturadas de história oral. Para análise dos dados se utilizou da análise de conteúdo. Este estudo permitiu uma análise profunda do papel da agroecologia como uma estratégia de resistência e transformação no campo, na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. A trajetória de luta pela terra dessa comunidade reflete a resistência histórica do campesinato brasileiro, marcado pela marginalização dos trabalhadores rurais e pelo perfil migratório das famílias assentadas, muitas das quais percorreram grandes distâncias até se estabelecerem no litoral paranaense. Os relatos das famílias evidenciam que a conquista e a permanência nesse território foram possíveis graças ao conhecimento ancestral e à organização coletiva, que se mostraram fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo ambiente e pelo modelo agrícola dominante. A agroecologia, mais do que um meio de produção, revelou-se essencial para o fortalecimento da identidade camponesa na comunidade. Ao promover a autonomia, conservação ambiental e práticas solidárias, a agroecologia ressignifica a relação dos agricultores com a terra, garantindo a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Trajetórias de vida; Reforma Agrária Popular 1; Assentamento 2; Agroecologia 3; Território 4.

ABSTRACT

This research aims to investigate the life trajectories of farmers in the José Lutzenberger Agroforestry Community, located in Antonina, Paraná, a territory steeped in the struggle for agrarian reform and land acquisition. The Landless Workers' Movement (MST) has championed Popular Agrarian Reform in recent years, with agendas that go far beyond land redistribution, including and asserting the importance of agroecological production for the pursuit of autonomy in rural settlements. This research explores the memories and dreams of these people. The research methodology was inductive: by approaching the community, we were able to hear their voices and address their demands, thus beginning to understand the complexities and uniqueness of this place. Therefore, qualitative research was chosen. Field diaries and semi-structured oral history interviews were used as methodologies. Content analysis was used for data analysis. This study enabled an in-depth analysis of the role of agroecology as a strategy for resistance and transformation in the countryside of the José Lutzenberger Agroforestry Community. This community's struggle for land reflects the historical resistance of Brazilian peasantry, marked by the marginalization of rural workers and the migratory profile of settled families, many of whom traveled great distances to settle on the coast of Paraná. The families' accounts demonstrate that the conquest and permanence in this territory were made possible by ancestral knowledge and collective organization, which proved fundamental to facing the challenges posed by the environment and the dominant agricultural model. Agroecology, more than a means of production, proved essential for strengthening peasant identity in the community. By promoting autonomy, environmental conservation, and solidarity practices, agroecology redefines the relationship between farmers and the land, ensuring food security and sustainability.

Keywords: Life trajectories; Popular Agrarian Reform 1; Settlement 2; Agroecology 3; Territory 4.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER.	38
FIGURA 2: CAMINHO CENTRAL QUE LEVA À AGROVILA.....	49
FIGURA 3: QUINTAL PRODUTIVO DE JASMIM.....	91
FIGURA 4: HORTA DE DONA ROSA.....	95
FIGURA 5: HORTA DE DONA ROSA.....	96
FIGURA 6: PLANTIO EM CONSÓRCIO	96
FIGURA 7: PAISAGEM QUE CIRCUNDA O RIO PEQUENO E COMPÕE A PAISAGEM DO ASSENTAMENTO.....	98
FIGURA 8: REUNIÃO ENTRE MEMBROS DA COMUNIDADE E PESQUISADORES DA UFPR PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROJETOS	113
FIGURA 9: AÇÃO DE MONITORAMENTO DE FLORA EM CAMPO	113
FIGURA 10: HORTA AGROECOLÓGICA DA AGRICULTORA ENTREVISTADA.	120
FIGURA 11: ENCONTRO DA JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA, COM A PRESENÇA DE MORADORES DA COMUNIDADE JOSÉ LUTZENBERGER.....	121
FIGURA 12: ESTUDANTES DA UFPR-LITORAL NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER.....	143
FIGURA 13: CÍRCULO DE CULTURAS E CAMINHADA TRANSVERSAL NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL.	146
FIGURA 14: PUXIRÃO AGROECOLÓGICO.....	146
FIGURA 15: ENTREVISTA NA CASA DE UMA AGRICULTORA E UM LOTE PRODUTIVO.....	148
FIGURA 16: JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA QUE ACONTECEU NA UFPR LITORAL NO ANO DE 2023 E 2024	149
FIGURA 17: APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE FANDANGO CAIÇARA MANDICUERA	150
FIGURA 18: HELICÓPTERO QUE REALIZOU O LANÇAMENTO DAS SEMENTES JUÇARA.....	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DIMENSÕES DE ANÁLISE PARA O ROTEIRO DE PERGUNTAS	41
QUADRO 2: PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS VINCULADAS AO REDESENHO DE ECOSISTEMAS	94
QUADRO 3: DIFERENÇAS ENTRE A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA E A RAP.	115
QUADRO 4: AÇÕES EFETIVADAS PELO ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER QUE ATENDEM A PROPOSTA DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR.	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.1.1 Definição do Problema de Pesquisa	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	17
2.2 HISTÓRICO DA REGIÃO LITORÂNEA.....	21
2.3 O MOVIMENTO SEM TERRA.....	22
2.4 OS ASSENTAMENTOS	25
2.5 A CULTURA CAMPONESA	27
2.6 AGROECOLOGIA	30
3 METODOLOGIA	35
2.7 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	35
2.8 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA E AMOSTRA	37
2.9 FASES DA PESQUISA.....	39
2.9.1 Planejamento da Pesquisa	39
2.9.2 Coleta dos Dados.....	42
2.9.3 Tabulação e Análise dos Dados	43
2.10 ASPECTOS ÉTICOS.....	44
2.10.1 Garantias éticas aos participantes da pesquisa	45
ARTIGO 1 CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PARANAENSE LITORÂNEO: TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER.....	46
ARTIGO 2 “VIDA AGORA E VIDA DEPOIS”: O FAZER AGROECOLÓGICO EM ASSENTAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ	73
ARTIGO 3 A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA COMUNIDADE AGROECOLÓGICA JOSÉ LUTZENBERGER.....	104

ARTIGO 4	ASSENTAMENTO RURAL COMO ESPAÇO EDUCADOR: O CASO DA	
COMUNIDADE	AGROFLORESTAL	JOSÉ LUTZENBERGER
.....		130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

1 INTRODUÇÃO

Os povos do campo no Brasil são conhecidos por sua imensa resiliência e coragem diante dos desafios impostos pela história, pelo sistema econômico e pelas constantes ameaças ao seu modo de vida. Ao longo dos séculos, esses povos têm se levantado contra as adversidades, resistindo a processos de marginalização, deslocamento forçado e às imposições de um modelo de desenvolvimento que muitas vezes desconsidera suas necessidades e saberes. Essas comunidades, compostas por agricultores familiares, trabalhadores sem-terra, extrativistas, pescadores, quilombolas e tantos outros, têm se mostrado incansáveis na luta pela garantia de seus direitos e pela preservação de seus territórios. (WHITAKER, 2009; BOTA FERRANTE et al 2022).

Em um cenário de disputas sociais, políticas e econômicas intensas, a agroecologia emerge como um elemento fundamental para fortalecer essa resistência, oferecendo alternativas sustentáveis de produção e contribuindo para a busca por justiça social e ambiental (ROSSET et al., 2011; VAN DER PLOEG, 2019).

A implementação de políticas neoliberais nas últimas décadas, como privatizações e a desregulamentação do mercado, favoreceu a expansão do agronegócio, que se alinha aos interesses das grandes corporações transnacionais e à produção agroindustrial. Em contrapartida, os movimentos sociais camponeses defendem um modelo agrícola que resgata práticas sustentáveis, como a agroecologia, e que reconfigura a estrutura fundiária brasileira por meio de uma Reforma Agrária Popular (FERNANDES, 2013).

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada no município de Antonina, no litoral do Paraná, é um exemplo emblemático desse processo de resistência e transição agroecológica. Consolidada enquanto um assentamento em 2022, a comunidade é resultado de uma longa trajetória de luta pela terra, que se iniciou como acampamento em 2003.

Composta por 16 famílias de diferentes origens, histórias e saberes, a comunidade busca construir um assentamento agroecológico pautado em práticas que respeitam os ciclos naturais e promovem a cooperação. Este estudo investiga como as trajetórias de vida e as experiências dos assentados contribuem para a

construção desse assentamento agroecológico, a partir da análise de suas memórias, seus vínculos com o território e as transformações em suas visões de mundo.

Com isso, o presente trabalho busca compreender como as histórias de vida e a ancestralidade dos assentados impactam suas decisões e suas práticas cotidianas no novo território, além de investigar os desafios e as aspirações para o futuro dessa comunidade. Em um mundo globalizado e individualista, a formação política e a educação emancipatória, defendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), se mostram como ferramentas potentes para fortalecer a resistência e a autonomia dos camponeses. Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de entender as dinâmicas de luta e resistência que permeiam as comunidades camponesas no Brasil, destacando a importância de valorizar suas histórias, saberes e sonhos como elementos fundamentais para a continuidade da luta por um futuro mais justo e sustentável.

Após a revisão teórica e metodológica, os resultados desta dissertação foram estruturados em quatro eixos principais, apresentados em quatro artigos distintos, para melhor organizar os resultados e as abordagens desta pesquisa.

No artigo 1 - *Campesinato e luta pela terra no território paranaense litorâneo: trajetória das famílias na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger*. Neste primeiro artigo, são analisadas as trajetórias das famílias que compõem a comunidade, destacando as origens, os desafios e as lutas que caracterizaram o processo de conquista da terra e a organização dessa comunidade agroecológica.

O artigo 2 - *“Vida agora e vida depois”: O fazer agroecológico em assentamento no litoral do Paraná* foca na experiência da agroecologia no dia a dia da comunidade, mostrando como as práticas agroecológicas são implementadas e como elas moldam as relações sociais e produtivas no assentamento, bem como molda a relação das camponesas e camponeses com a natureza.

O artigo 3 - *A construção da Reforma Agrária Popular na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger* analisa como a comunidade tem contribuído para a Reforma Agrária Popular, com ênfase no fortalecimento de práticas coletivas, na construção de autonomia e na reconfiguração das relações de produção e propriedade da terra.

E, por último, o artigo 4 - *Assentamento rural como espaço educador: o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger* discute a função educativa do assentamento, explorando como as práticas de ensino e aprendizagem estão entrelaçadas com o cotidiano agroecológico e como a comunidade se envolve em processos de educação crítica, ressignificando as relações entre campo e cidade.

Esses quatro artigos apresentam uma análise aprofundada das dinâmicas da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, trazendo à tona a resistência, as práticas agroecológicas e a luta por justiça social no campo, com um olhar para o futuro dessa comunidade e as implicações de suas experiências para outras iniciativas de Reforma Agrária e Agroecologia no Brasil.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

1.1.1 Definição do Problema de Pesquisa

Como as trajetórias de vida e luta no contexto da Reforma Agrária Popular se articulam ao longo do tempo com os princípios e práticas agroecológicos na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa consiste em analisar e compreender a história de vida e sonhos dos moradores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, marcados pela experiência de construção de um Assentamento Rural Agroecológico.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Investigar as trajetórias de vida dos moradores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, compreendendo seus projetos e sonhos para o futuro da comunidade.

2. Descrever e analisar as percepções expressas pelas agricultoras e agricultores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, em relação à Agroecologia e a Reforma Agrária Popular.
3. Sistematizar os princípios e as práticas agroecológicas estabelecidas na comunidade e explicar como estas práticas orientam a relação das pessoas com a natureza;

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura descrita nesta pesquisa buscou iniciar a contextualização de grandes áreas do conhecimento: a questão agrária brasileira, com foco na reforma agrária popular e a atuação do Movimento Sem Terra, a partir dos assentamentos rurais, e seus processos de territorialização, e, Agroecologia.

2.1 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A compreensão da questão agrária no Brasil passa pelo entendimento das relações capitalistas que historicamente se deram no campo. A expropriação da classe camponesa das terras, bem como a concentração destas nas mãos de latifundiários, conforme o interesse da classe dominante. (OLIVEIRA, 2001).

Desde a colonização do Brasil, em meados de 1500, os povos europeus, migraram ao país em busca de riquezas, e assim, deram início a uma estrutura fundiária que até hoje expropria os trabalhadores da terra. (MARTINS, 1998).

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteara a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. (HOLANDA, 2007, p 52)

Deste modo, o latifúndio agrário surge das demandas do mercado europeu, que requisitava produtos naturais, provindos de climas quentes. A partir disso, seguiu-se escravizando povos africanos e indígenas para o trabalho com a agricultura. A estrutura da sociedade colonial foi fundada em três pilares: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. (HOLANDA, 2007)

Segundo Martins (1998) decide-se, em 1850 pela cessação do tráfico negreiro, e duas semanas depois, se aprova a Lei de Terras que instituía que a posse da terra só se daria mediante sua compra. A terra passa a ser considerada mercadoria. A partir disso, vieram ao Brasil imigrantes pobres, que não tinham outra alternativa senão trabalhar em terras alheias, com a possibilidade de um dia conseguir a posse de uma propriedade.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. (MARTINS, 1998, p. 3)

A imigração vinda da Europa substitui, em partes, a mão de obra nos cafezais no século XIX. A mudança para República em 1889, não alterou tal cenário. A estrutura fundiária do país se manteve concentradora, não existindo nenhuma política de distribuição de terras ou de reforma agrária como ocorreu em outros países. (HOLANDA, 2007)

Chegamos ao século XX num cenário de concentração de terras pelos grandes latifúndios e de dependência do campo que produzia conformes os ditames do mercado externo, que determinava o que seria produzido, como e quando. A dependência passa também pelos produtos da industrialização provindos da cidade. (MARTINS, 1998).

Nas décadas de 1950 e 1960 inicia-se no país um processo de modernização agrícola, o qual fez parte a Revolução Verde. Esse modelo se configurou em drásticas alterações no uso da Terra no Brasil. Políticas de incentivo e aumento da produtividade agrícola investiram em propriedades rurais de médio e grande porte, para a compra e utilização de novo pacote tecnológico para o campo, que incluía máquinas, insumos, adubos, e fertilizantes químicos. (CATTELAN et al. 2020)

A modernização tecnológica em curso produziu consequências devastadoras no campo, intensificando a concentração de terras e desigualdades sociais, uma vez que muitos trabalhadores rurais ficaram sem trabalho. Este processo gerou, portanto, desterritorialização dos trabalhadores rurais. (FERNANDES, 2009). O latifúndio passa a se aliar a empresas e corporações rurais, e assim ampliou ainda mais a escalas da produção. (CATTELAN, 2020).

Para Mattei (2012) a agricultura passava a ser consumidora dos produtos da indústria, o que favoreceu os interesses da burguesia industrial, e da oligarquia agrária, que manteve a estrutura fundiária inalterada. Neste contexto, a possibilidade da reforma agrária com apoio da burguesia era inexistente.

Muitos dos pequenos proprietários, tiveram suas terras incorporadas a grandes propriedades e passaram a ser trabalhadores assalariados, ou ainda, tentaram a mecanização em suas áreas gerando sérios endividamentos. Neste período histórico de 1950/60 portanto, prevalecia a concentração fundiária, a expropriação do campesinato (PALMEIRA, 1989), má remuneração, e condições precárias de vida enfrentadas pelos agricultores. (CATTELAN, 2020).

Foi exatamente neste contexto que tiveram origem, no nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas. Segundo Targino et al. (2011) e Oliveira (2001) as Ligas eram compostas por agricultores, pequenos meeiros, arrendatários, empregados das usinas de açúcar, que se organizavam para resistir às injustiças sofridas e reivindicar o acesso à terra. As ligas conseguiram ganhar projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram brutalmente assassinadas.

A liga camponesa e o sindicato rural são contemporâneos. Surgem na mesma época, quando acontece o divórcio definitivo entre o camponês e a propriedade dos meios de produção. Surge, portanto, quando se rompe a base do “universo comunitário” em que o fazendeiro, o capataz e o camponês aparecem como membros de um mesmo “nós” coletivo. Ou seja, a liga e o sindicato surgem quando são definidas as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário. (IANNI, 2005, p.137)

A Liga Camponesa representa o pioneirismo na formação de movimentos sociais de luta pela terra. Os movimentos que surgiram naquela época foram se espalhando, e conseguindo adeptos e apoiadores por todo o país. Segundo Mattei (2012) os movimentos ganharam força no governo de João Goulart (1961/1964), já que se tratava de um presidente progressista que entendia a importância da reforma agrária.

Conforme Mattei (2012) e Stedile (2000), entende-se a reforma agrária como a democratização do acesso à terra no país, ou seja, uma transformação radical na estrutura agrária, com a intenção de melhorar a distribuição da riqueza gerada no campo.

Em 1964 instaura-se o regime militar no Brasil, por meio de um golpe de Estado. E a partir disso, os movimentos sociais foram perseguidos e continuamente desmantelados, por uma política de violência e repressão. Os movimentos sociais do campo e das cidades, e demais movimentos que representassem oposição aos ideais capitalistas do governo foram duramente sufocados. (OLIVEIRA, 2001).

Ainda em 1964 decretou-se o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que diferencia a reforma agrária do processo de colonização, tendo a reforma agrária como premissa a redistribuição das propriedades que não cumprissem a função social da terra. Apesar da reforma agrária ser citada na legislação, alguns autores acreditam que seu objetivo era a expansão da agricultura empresarial e o desenvolvimento rural. (LANGE, 2020) (SILVA, 2022 apud MARTINS 1985)

Os 20 anos de governos militares, no que diz respeito à questão agrária, foram marcados pelo processo de modernização dos latifúndios, consistindo em consolidação da monocultura primária exportadora, êxodo rural, concentração de terra e aumento das desigualdades sociais no campo. (CATTALAN, 2020). Para Oliveira (2001) estes anos também foram marcados de violência e repressão.

Nesta época, tem destaque e influência a Comissão Pastoral da Terra (CPT), composta por membros progressistas da igreja católica, que reunia militantes que tentavam não ser pegos pela censura. O governo propunha a colonização da região norte do país, e apostava na colonização da Amazônia, tendo cedido grandes áreas a empresas estrangeiras. (FERNANDES, 2000).

Com a redemocratização brasileira, pós regime militar, as pressões pela reforma agrária ressurgiram, e na década de 1980 gestou-se o projeto da reforma agrária, que foi pensado não só para garantir o acesso à terra às famílias, mas garantir condições de produção e serviços básicos. A Constituição Federal de 1988, foi um grande marco e instituiu que as terras que não cumprissem função social poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. (CATTALAN, 2020).

Tal legislação aumentou as expectativas quanto ao cumprimento da lei e impulsionou movimentos sociais a intensificar sua atuação e pressionar o estado pela reforma. Anos após a Constituição o cenário do meio rural seguia dominado pelos grandes latifúndios, e ganhava forças pelo expressivo volume de exportações. O poder exercido pelos grandes proprietários de terras impediu e limitou as desapropriações e a implementação da legislação como era prevista. (CATTALAN, 2020).

Se nesses processos de rebelião a desumanidade imposta ao extremo somou-se às inspirações messiânicas e colocou o campesinato em guerras, sua resistência se atualiza e alcança outra qualidade política inicialmente com a influência do ideário comunista e, depois, com a teologia da libertação. Tais influências revitalizam a criatividade e a radicalidade do homem do campo, levando o campesinato a estabelecer novas formas de organização política, como as Ligas Camponesas e, mais recentemente, entre outros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (TARDIN, 2012, p. 184).

2.2 HISTÓRICO DA REGIÃO LITORÂNEA

A história do litoral do Paraná é repleta de choques culturais e miscigenação. O território, originalmente era habitado por povos indígenas de diferentes etnias, principalmente os povos tupi-guarani. A miscigenação entre os povos indígenas, portugueses e posteriormente com as populações negras, originou populações chamadas comumente de caiçaras. (RAYNAUT et al., 2002;; ESTADES, 2003) O olhar para o histórico desta região elucida e explica as mazelas sociais acometidas por estas populações.

A partir do século XVI inicia-se a colonização europeia portuguesa no entorno da cidade de Paranaguá, município considerado o primeiro do estado. A primeira atividade econômica que se instala neste território é a extração do ouro aluvial. A mineração não teve sucesso como atividade econômica na região e até o início do século XVIII o território era ocupado por um grande número de agricultores livres, com cultivos de subsistência e explorações agrícolas escravistas.

Segundo Tomasinno (2005) aproximadamente 90% das propriedades da região pertenciam a agricultores livres, que possuíam terras com menos de 200 hectares. Os sistemas de produção se baseavam em grandes períodos de pousio. As planícies aluviais serviam a produção de arroz, milho, banana, cana, mandioca, feijão e café. Estes cultivos entram em declínio com a abolição da escravidão no final do século XIX.

Havia restrições naturais que impediram o desenvolvimento de outras atividades, como a própria localização geográfica que dificultava o acesso à região, sendo a saída pelo mar uma das únicas conexões possíveis a determinadas áreas. Apesar do isolamento e da autonomia alimentar, houve um processo gradual de diferenciação social, em que alguns colonos se apropriaram das melhores terras, e se

tornaram a elite agrária, dominando os meios de produção e acumulando capital. (ESTADES, 2003)

No fim do século XVIII houve no mercado externo da Argentina e Uruguai demanda por banana, o que impulsionou um segundo fluxo migratório europeu, principalmente de italianos, e continuação do processo de colonização, que fez com que a população da região litorânea duplicasse de 1890 a 1910. A ocupação das áreas agrícolas intensificou o uso dos solos, levando a baixa fertilidade e produtividade. Na década de 30, a concorrência com o litoral paulista associada à baixa produtividade acarretou uma crise que encerrou a comercialização da banana para fora do estado e do país. (ESTADES, 2003, BORSATTO, 2007).

Após o ciclo da banana intensificou-se o plantio de mandioca para produção de farinha e a comercialização do palmito, contudo isso não foi o bastante para recuperação econômica nas áreas rurais, o que gerou a migração de muitas famílias para a cidade de Paranaguá, que expandia suas atividades portuárias. No final da década de 1960 a situação agrária sofre novas transformações devido a políticas públicas de incentivo a atividades agrossilvipastoris, com a formação de grandes latifúndios com a exploração de madeira, palmito, café e criação de gado.

A construção de duas importantes rodovias (BR-277 e a PR-405) tornou o acesso à região mais fácil para o transporte da produção. Até a década de 80 os incentivos fiscais estimulam a compra de extensas áreas, que desterritorializa e marginaliza pequenos agricultores familiares e pescadores caiçaras, com a devastação da floresta e uso de agroquímicos para exploração do palmito e criação de gado. (RAYNAUT et al., 2002).

Já na década de 1980, com o intuito de frear a degradação ambiental da mata atlântica são instituídas uma série de unidades de conservação de uso sustentável e proteção integral, que limitam o uso do solo para atividades agropecuárias. O que estimula a aquisição de áreas para entrada no mercado de créditos de carbono, aumento da pobreza rural, e os agricultores são considerados empecilhos para a preservação ambiental. (BORSATTO, 2007; V FILHO, 2018).

2.3 O MOVIMENTO SEM TERRA

Considera-se um marco na origem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra o período de janeiro de 1984, quando, na cidade de Cascavel (PR) se deu o I

Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O evento reuniu representantes de 13 estados brasileiros e marcou a formalização do MST enquanto movimento social. (STEDILE; FERNANDES, 1999).

João Stedile (1999) reafirma a dimensão política do movimento. Segundo ele, a organização do MST sempre esteve consciente que a luta pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, só poderia ser continuada se fizesse parte da luta de classes.

“Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive.” (STÉDILE, 1999, p.17).

Para Fernandes (2000) o MST nasce dos movimentos de ocupação de terra que já existiam, e este processo de ocupações gerou a territorialização do movimento por todas as regiões brasileiras. Construiu-se um vínculo entre os integrantes da luta, uma vez que eles passaram a se assumir e se identificar como “sem terras”.

Em 1985 acontece o primeiro Congresso Nacional do MST, com o lema “Sem Reforma Agrária não há Democracia”, neste momento o movimento de luta era pela reforma clássica e “burguesa”, pois a intenção era democratizar a terra para reprodução do campesinato, acesso ao mercado interno e de melhorar a renda e as condições de vida (FERNANDES, 1999).

Trata-se de uma reforma burguesa porque visava atender os interesses da burguesia industrial, que tinha intenção de desenvolver o campo para sua inserção no mercado capitalista. Parte da classe dominante defendia o projeto de reforma agrária entre as décadas de 1930 e 1980, contudo as oligarquias agrárias temiam a perda de seu poder político, e se organizavam para combater os movimentos de luta pela terra (MST, 2015. p.26).

O campo era cenário de violentas repressões, e a divulgação de tais ataques na mídia aumentou o apoio das camadas populares da sociedade ao movimento pela reforma agrária. Na década de 80, passados os governos da ditadura militar, as disputas se deram na assembleia constituinte, e o direito à reforma agrária foi incluído na constituição federal.

Na década de 1990 a entrada do capital estrangeiro e o incentivo do estado pela exploração dos recursos naturais foram determinantes para complexificação da questão agrária brasileira, inserindo novos atores de interesse aos conflitos fundiários. Nas décadas seguintes crescem os acordos entre as forças conservadoras do latifúndio e o capital estrangeiro, e se estabelece a hegemonia do agronegócio.

O capital financeiro internacional passa a ser um agente de especulação fundiária após a crise de 2008, comprando terras para exploração natural de minérios, energia, e outros recursos. Há uma valorização e um aumento no custo das mercadorias agrícolas, e das terras, acarretando ainda mais concentração fundiária e estrangeirização de terras (MST, 2015).

O estabelecimento do agronegócio como novo modelo de produção transforma as relações no campo. As elites agrárias neste momento são detentoras de grandes propriedades, com alto investimento tecnológico e possuem alianças internacionais, com acesso à capital financeiro, e se organizam para obter apoio da sociedade e formular políticas públicas que atendam aos próprios interesses. Estas transformações modificam ainda a configuração da luta pela reforma agrária. (MST, 2015, p. 30).

Neste cenário, uma reforma agrária clássica, já não faz sentido, uma vez que não resta apoio da burguesia industrial ou nacionalista. A entrada do capital financeiro e as empresas transnacionais ao jogo, deslocam a luta da reforma agrária para uma luta contra o modelo capitalista de agricultura, assumindo um viés internacional. Desta forma, o MST elabora um novo projeto de reforma agrária, o que vem a chamar de reforma agrária popular (RAP). A Reforma Agrária Popular tem como princípio a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade com objetivo de conquistar a terra e produzir alimentos saudáveis para toda a população.

Nos últimos anos o MST vem defendendo uma atualização na luta pela terra. O conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pela defesa de uma reforma agrária popular. Isso se deve primeiro pelo entendimento da necessidade do enfrentamento ao capital, que se expressa agora em grandes empresas transnacionais, que através do uso de agrotóxicos e transgênicos provocam o esgotamento dos recursos. (MST, 2014)

As reivindicações que na década de 1980 e 1990 eram focadas na necessidade da terra para quem nela trabalha, e agora se voltam para a necessidade de produção de alimentos saudáveis para toda população, daí vem o caráter popular. A disputa se

dá pelo modelo agrícola. O projeto de reforma agrária popular possui uma matriz agroecológica, que se propõe a produção livre de agrotóxicos, em harmonia com a natureza. (MST, 2014).

Segundo Hoeller, et al. (2021) a reforma agrária popular foi uma proposta criada a partir do IV Congresso Nacional do MST tem como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades do povo brasileiro. A proposta defende:

- a) A democratização da terra;
- b) A água como um bem da natureza em benefício da humanidade;
- c) A organização da produção agrícola;
- d) Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura;
- e) A industrialização no interior do país, gerando renda à população camponesa;
- f) Uma política agrícola que atenda às necessidades da agricultura camponesa e agroecológica;
- g) A Educação do Campo;
- h) O desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas;
- i) Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa.

A proposta de Reforma Agrária Popular agroecológica, em aliança à classe trabalhadora, busca a superar as mazelas crescentes de destruição ambiental e da vida humana, eliminando a pobreza e as desigualdades sociais no campo, garantindo trabalho e renda, soberania alimentar, melhores condições de vida, e conservação da biodiversidade animal, vegetal e cultural nas regiões brasileiras (HOLLER, 2021).

2.4 OS ASSENTAMENTOS

Os assentamentos são cenário de um novo modo de vida, que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança, até as relações com o capital. D'AQUINO (1997) pensa os modos de ser e de viver nos assentamentos como uma construção coletiva, a partir das experiências passadas (lembranças) e dos projetos futuros (os sonhos), numa relação entre a estrutura e as práticas, ou o habitus e o projeto do grupo.

Para alguns trabalhadores, a busca pela terra própria é também uma busca pela utopia, pela construção de uma sociedade mais justa, por isso esse lugar tido

como “seu”, ou “nosso”, não é qualquer lugar, mas um lugar mítico, de recriação de vida, onde a terra simboliza a realização de sonho, de fartura e autonomia. (D’AQUINO, 1997).

Tratar de um assentamento é abarcar uma rede complexa de interações e influências, em que caminhos frequentemente se contrapõem, opiniões se chocam e um projeto de coletividade pode entrar em conflito com um projeto de liberdade. (D’AQUINO, 1997). Ainda que nem todos partilhem da mesma visão, a conquista da terra oferece a estes sujeitos uma oportunidade de vida mais digna. (FARIAS, 2012)

Nestes territórios a família tem um lugar central na análise, uma vez que através da família se constituem identidade e cultura, e a unidade familiar está envolta de um universo simbólico e cultural em que elas estruturam suas práticas e as reproduzem. D’Aquino (1997) escreve sobre a vida nos assentamentos como um “novo modo de vida” no meio rural, em que as classes trabalhadoras constroem sua identidade e subjetividade no cotidiano da vida.

Os assentamentos da reforma agrária não devem ser vistos meramente como resultado de um projeto estatal, mas como um espaço de lavouras e sonhos, que se configura por um amplo leque de representações sociais, baseados em valores camponeses, que se criam e reconstroem cotidianamente. São nestas mudanças cotidianas na vida do campo que os camponeses transformam e moldam a sua própria identidade. Portanto, para analisar o campesinato é necessário levar em conta o momento histórico, a cultura, a sociabilidade e no grupo mais amplo que se insere, deve-se ainda valorizar suas especificidades. (FARIAS, 2012).

Para Farias (2012) a vida nos assentamentos, se estruturam sobre uma pluralidade de ações que incluem diferenças de gênero, relações de poder, de individualismo, mas também de troca, reciprocidade e solidariedade. Tais aspectos determinam características de sua organização espacial, social e econômica que conduzem a diferentes estratégias de sobrevivência das famílias, a depender das representações camponesas, conotações religiosas, e relações de vizinhança e compadrio.

Muitas famílias assentadas redefinem suas trajetórias se baseando na memória que tem de um passado no campo, que foi marcado por uma proximidade da natureza, relações solidárias e também por uma forte religiosidade, ou um sistema de crenças muito atrelado à terra. Historicamente o campo era cenário de relações familiares

estruturadas pela vida em torno da terra, onde também se valorizava relações de amizade e manifestações culturais diversas. (FARIAS, 2012).

2.5 A CULTURA CAMPONESA

O termo campesinato se origina a partir dos modos de vida das populações rurais dos europeus na idade média, mas as diversas formas de existência camponesa foram alvo de debates por todo o globo, com destaque para à sua situação frente ao cenário capitalista. A questão a ser respondida seria se os múltiplos modos de vida próprios do campesinato estavam fadados ao extermínio, sendo os camponeses uma classe transitória, ou se os camponeses se estabeleceram enquanto classe social (COSTA; CARVALHO, 2012).

A resposta que partiu de alguns intelectuais marxistas seria a de que as grandes propriedades destruiriam a produção camponesa ao concorrer com ela, produzindo em escalas muito maiores. Outra justificativa seria de que haveria uma certa racionalidade camponesa que impedia que os camponeses aceitassem a modernização. Mauro Barbosa de Almeida (2007 apud Wanderley, 2014) narra a vasta literatura que alegorizava os modos de vida camponeses, insinuando serem sujeitos atrasados incapazes de assimilar a modernização.

Na contramão das ideias postas anteriormente, outra vertente, onde se destaca o russo Alexander Chayanov, descreve as diferentes características e formas de vida dos camponeses revelariam justamente suas capacidades de afirmarem enquanto classe, em meio às vulnerabilidades a qual foram submetidas. As famílias apresentaram capacidades adaptativas, e um modelo de produção estável, que se coloca em evolução. (COSTA E CARVALHO, 2012).

O campesinato passa então a ser explicado a partir de suas estratégias adaptativas e trajetos evolutivos. Nos países industrializados, em especial Estados Unidos, o que se vê é a organização de cooperativas que assimilam aparatos tecnológicos e conseguem se manter no mercado. Em países do sul global, no entanto, há uma grande parcela de famílias que têm dificuldade de garantir o próprio sustento, e que enfrentam situações de precarização e subordinação. (COSTA E CARVALHO, 2012; OLIVEIRA, 2007).

A compreensão do que seja campesinato no Brasil também tem sido objeto de amplo debate e disputas no meio acadêmico, na política e nos movimentos sociais. Ainda na década de 1950 o termo camponês emerge na academia, como uma

identidade, reivindicada pelas Ligas Camponesas, que denunciavam a desigualdade social, e a concentração de terras da questão agrária brasileira. (MARQUES, 2008; WANDERLEY, 2014).

Sobre a teoria do fim do campesinato, sustentado por alguns autores, Fernandes (2009) discorre que em vez de se tornarem proletários, os camponeses passam a lutar pela permanência de sua condição camponesa, ao mesmo tempo em que, numa contradição, o capital cria condições para sua permanência. O capital os incorpora ao sistema, os expropria e, dessa maneira, o campesinato é recriado.

Em outras palavras, o campesinato se dá no interior do sistema capitalista, não desaparece, pois é de certa forma útil ao sistema, ao mesmo tempo em que reproduz formas não capitalistas de produção e se reinventa no campo. (FERNANDES, 2008). Almeida (2007) em concordância, questiona como seria possível se falar em morte do campesinato quando os sem-terra no Brasil e os zapatistas de Chiapas se mostram como movimentos sociais tão expressivos e potentes na América Latina.

Muito se discutiu no Brasil sobre a utilização do termo “agricultura familiar”, em substituição a camponês, contudo a palavra “camponês” carrega um conteúdo político, e está associada ao movimento camponês, que foi duramente combatido desde os governos militares. Portanto, buscou-se termos mais neutros e passou a se utilizar “pequeno produtor”, ou “agricultor de subsistência”. Agricultura familiar foi o termo adotado pelo Estado, ao criar, na década de 90, um programa de apoio aos agricultores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MATTEI, 2005; MARQUES, 2008).

Wanderley (2003) defende o uso do termo agricultura familiar, apontando que ele seria pertinente na compreensão destes atores sociais e evoca as qualidades positivas destes agricultores, que não são de forma alguma, passivos as ações externas, como supõe outros pesquisadores. A autora não propõe a substituição do termo, mas escreve que ele poderia abarcar conotação histórica e social, uma vez que os agricultores familiares se utilizam de suas experiências camponesas.

Oliveira (2001) cita alguns elementos que caracterizam o campesinato brasileiro, entre estes: a forma de trabalho familiar, ajuda mútua e parcerias, trabalhos assalariados temporariamente para complementar sua renda, o modo de socialização, a propriedade de terra destinada ao trabalho, não sendo instrumento de exploração ou acumulação, e uma jornada de trabalho que não segue a rigidez da produção capitalista.

Segundo Costa e Carvalho (2012) , famílias camponesas são aquelas que, tendo posse da terra, se reproduzem, e vivem, suprimindo suas necessidades, mediante à produção rural, de modo que não há diferença entre quem determina os modos de produção e quem se beneficia dela. A comunidade rural camponesa se apresenta como elemento central, conferindo suporte político, econômico e ideológico aos modos de vida camponeses. Contudo, dependendo do momento histórico, e das diferenças entre os regimes político-econômicos dos países, mudam, também, as formas de existência do campesinato.

Segundo José Maria Tardin (2012) o campesinato é constituído de uma multiplicidade de sujeitos que historicamente construíram uma cultura de centralidade na família e proximidade com a comunidade e a natureza, onde as territorialidades se vem manifestadas conforme transformam o meio para o atendimento de suas necessidades, tendo como plano de fundo os agroecossistemas. Suas expressões particulares incluem a humanização da natureza.

Destacam-se em suas relações sociais valores humanos, como a solidariedade e a fraternidade. Fazem parte de seu cotidiano práticas de ajuda mútua entre os vizinhos, em situações de dificuldades, na organização de celebrações e festividades, e na rotina do trabalho, seja no uso de máquinas e ferramentas, na troca de sementes e animais, ou ainda, nos mutirões. (OLIVEIRA, 2007; TARDIN, 2012).

Tudo que é feito em comunidade tem significado e importância, e há espaço para festas, trocas de experiências, resolução de conflitos, datas comemorativas, e religiosidades que se expressam na celebração da vida, nos nascimentos, batismos, aniversários, e ainda nos ritos que marcam a morte, nos velórios e enterros. (COSTA E CARVALHO, 2012). A relação de proximidade com a natureza caracteriza espiritualidades particulares, que são traduzidas em diferentes expressões, como músicas, instrumentos, danças, bailes, poéticas, artes, e também histórias e lendas (TARDIN, 2012).

Segundo os mesmos autores, outro traço comum nas culturas camponesas é o patriarcalismo, que coloca o homem no lugar de domínio na hierarquia familiar. Infelizmente esta estrutura coloca a mulher num espaço de subserviência e sobrecarga, sendo exigido a ela que dê conta de uma série de tarefas referentes ao cuidado do lar, dos filhos, e na agricultura.

O campesinato em sua estrutura “clássica” foi sofrendo modificações ao longo da história, motivados pelos processos extremos de desumanização e pela influência

de ideários comunistas e da teologia da libertação, que empurraram a classe a novas formas de resistência e organização política. (TARDIN, 2012). Aqui, no Brasil, o campesinato é formado na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. (MARQUES, 2008).

Nos últimos anos verificou-se uma revalorização do termo camponês no interior dos movimentos sociais que defendem as práticas agroecológicas. (WANDERLEY, 2014).

2.6 AGROECOLOGIA

A agroecologia é compreendida por diversos autores como uma ciência, uma prática e também um movimento social que se apresenta como um meio para transformar os sistemas agroalimentares, tornando-os sustentáveis. Esta complexa área do conhecimento se origina e se coloca como resistência ao modelo de agricultura industrial, e se fundamenta nos conhecimentos tradicionais e experiências agrícolas milenares, encontradas em diferentes culturas ao redor do mundo. (GLISSMAN, 2009; WEWZEL et al 2009)

A agroecologia nasce num contexto de busca por modelos de agricultura que pudessem contribuir no desenvolvimento rural sustentável. Hoje em dia, quando se fala em agroecologia, geralmente se remete um modelo de produção que não utiliza agrotóxicos, entretanto, esta pode ser uma visão reducionista do tema, pois se trata de uma rede de conhecimentos muito mais complexos. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

As agriculturas encontradas nos países periféricos durante séculos foram construídas a partir de suas realidades locais e reuniram profundos saberes originários que garantiram a permanência das pessoas no campo. O manejo realizado por estas populações aumentava a variabilidade genética dos sistemas, e apresentava estratégias para lidar com mudanças no clima, e possíveis pragas e doenças. Os sistemas tradicionais, na forma de campos, terraços, policulturas, sistemas agroflorestais, mostram a criatividade e o sucesso dos agricultores tradicionais. (ALTIEIRI, 2004).

Estes modelos, testados e replicados ao longo das gerações, apresentam lições valiosas que podem gerar modelos promissores, uma vez que prosperam sem a utilização de agroquímicos, ou insumos industriais. A agroecologia se fundamenta no entendimento que muitas das estratégias de agricultura que a humanidade precisa

para alcançar a sustentabilidade estão contidas nas racionalidades ecológicas das agriculturas tradicionais. Estes povos, com seus sistemas alimentares continuam existindo e demonstrando como são capazes de alimentar milhões de pessoas ao redor do globo. (ALTIEIRI, 2012).

Ainda que se diga que o modo de produção dos pequenos agricultores e da agricultura tradicional sejam improdutivas ou atrasadas, estudos mostram que estas podem ser mais produtivas que as grandes propriedades, se considerada a produção total anual, em vez de uma só colheita. Foi o que se demonstrou em plantações de milho do México. Além disso, a associação de várias espécies alimentícias em um único espaço apresenta vantagens de gerar maior variedade na colheita, e ainda reduz as chances de perdas por plantas ou insetos invasores. (ALTIEIRI, 2012).

Os policultivos utilizam com mais eficiência a luz, os nutrientes, solo e a água disponíveis, e por isso, a sociedade se beneficia com o trabalho dos agricultores agroecológicos, e os agricultores, por sua vez, também se beneficiam. A possibilidade da posse e do trabalho na terra evita a migração de tais sujeitos às periferias das cidades, onde são restritas as chances de trabalho. A agroecologia, portanto, não se trata apenas de técnicas produtivas de agricultura e conservação, mas se pretende a geração de oportunidades de trabalho e vida digna. (COSTABABER, 2004; ALTIERI, 2012).

A agroecologia é construída conjuntamente, em campo, a partir da investigação e no aprimoramento constante de agricultores e outros agentes, estudiosos, militantes, e uma gama de pessoas mobilizadas na construção de sociedades mais justas. É de suma importância para disseminação dos princípios da agroecologia o estabelecimento de articulações e parcerias que se norteiam por princípios comuns e no compartilhamento de experiências em diferentes territórios. (LOPES, 2021; ALTIEIRI, 2004).

Para os movimentos sociais do campo, como a Via Campesina, a produção de alimentos não pode ser controlada por grandes corporações, companhias agroindustriais e redes de supermercados, mas precisa estar nas mãos dos agricultores pequenos, familiares, camponeses, assentados, povos tradicionais diversos, pois dessa forma se garantirá a soberania alimentar da população, a saúde e a conservação da natureza. Para o autor a soberania alimentar só será atingida através da autonomia local dos agricultores, articulados em redes locais. (ALTIEIRI, 2012).

Para o autor Enrique Leff (2002) a agricultura capitalista está sedimentada sob as crenças no mercado, no crescimento econômico sem limites e na valorização da tecnologia, e tais pilares desnaturalizaram a relação do homem com a terra. Em resposta, ele aponta a agroecologia como um novo campo de saberes que está orientada ao bem comum.

Segundo o mesmo autor, as práticas agroecológicas são um resgate de uma época em que os sujeitos do campo construíam seus conhecimentos sem a imposição forçada de outras culturas, e eram, portanto, donos de seus saberes. Os estudos em agroecologia admitem a compreensão que a produção de alimentos destas culturas, está repleta de sentidos culturais, afetivos e simbólicos. (LEFF, 2002).

Ao contrário do que se pode pensar o senso comum, estudos mostram que agrupamentos humanos em diferentes partes do mundo, ao longo da história, contribuíram para amplificação e manutenção da biodiversidade em diferentes ecossistemas. Toledo e Barrera-Bassols (2015) apontam que os lugares de maiores índices de domesticação de plantas animais correspondem a áreas de altos índices de biodiversidade e diversidade cultural e linguística. Os autores estimam que desde o período neolítico cerca de 1,3 mil espécies de plantas e animais foram domesticadas gerando uma imensa agrobiodiversidade.

As estratégias, ferramentas, e técnicas agroecológicas, resgatadas dos saberes tradicionais, conferem aos sistemas socioecológicos uma maior resiliência frente as adversidades, incluindo as consequências das mudanças climáticas. Isso porque a agricultura agroecológica busca pela ampliação da biodiversidade nos sistemas, o que confere maior variabilidade genética e resistência das espécies. Além disso, as técnicas aumentam o acúmulo de matéria orgânica, a melhoria da estrutura do solo contra erosões e a capacidade de captação de água. (MARCHETTI, 2001; LOPES et al., 2017).

As exitosas experiências em campo têm demonstrado a capacidade dos movimentos agroecológicos na construção de territórios autossuficientes e resilientes, que garantem não só a produção de alimentos, mas a recuperação de ecossistemas, a geração de trabalhos dignos e renda, saúde, moradia, e transformação de vidas. Por isso os movimentos do campo se organizam para disseminar e ampliar tais experiências. (ALTIEIRI, 2012).

No contexto brasileiro, a Revolução Verde teve início na região sul, e seus impactos foram rápidos e bastante intensos, o que fez com que os discursos críticos

aos novos pacotes tecnológicos também floresceram nesta região. Segundo entrevista com Paulo André Nierde, os movimentos estudantis e de juventude tiveram grande importância no que se refere à formação do movimento agroecológico. Os Encontros Brasileiros de Agroecologia foram encabeçados principalmente pela Federação dos Estudantes de Agronomia, pois depois de formadas essas pessoas passaram a atuar em organizações como o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap), no Centro Ecológico, no próprio MST, esta rede de organizações se atualizava conforme a rede que já existia nos movimentos estudantis (PAULINO; GOMES, 2020).

O termo agricultura alternativa, vinculado a agriculturas de base ecológica foi inserido no discurso de organizações de viés político progressista na década de 1970, tendo ganhado destaque por vozes como a de José Lutzenberger, ambientalista gaúcho que escreveu o manifesto ecológico “Fim do futuro?”, que inspirou e impulsionou diversos outros pesquisadores, ecologistas e atores sociais no país. Percebe-se em uma forte adesão de militantes da esquerda à agriculturas alternativas, por considerarem um modelo anticapitalista. (PAULINO; GOMES, 2020).

Estudantes de agronomia também compuseram, junto de profissionais formados, os EBAA's (Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa) e o Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/Fase) construindo redes de troca entre diferentes setores da sociedade. Estas redes do movimento de agriculturas alternativas foram a base da institucionalização da agroecologia no país, formadas principalmente por atores que detinham certo acúmulo de capital científico e político, por serem pessoas envolvidas em atividades acadêmicas e em movimentos sociais. (PAULINO; GOMES, 2020).

Os Ebaa's apresentaram o movimento das agriculturas alternativas ao contexto acadêmico sulista. Segundo a professora Virgínia Aguiar, este movimento surge de uma academia politizada, num misto entre ciência e militância, impulsionada por profissionais que buscavam transformar a realidade do campo brasileiro. Segundo a autora, nas universidades é que surgem as categorizações e conceitos teórico-científicos e onde se trabalha pela visibilidade e legitimação do movimento. (PAULINO; GOMES, 2020).

Importante expoente do movimento agroecológico no país, Francisco Roberto Caporal, relata em entrevista sua trajetória de engajamento na causa: Como presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Maria ele ajudou na

construção da Primeira Lei de Agrotóxicos do Brasil, que depois depois serviu de base para lei estadual do Rio Grande do Sul e posteriormente subsidiou a Lei Federal de Agrotóxicos. O autor também participava das Comunidade Eclesiais de base e teve o primeiro contato com agroecologia pelo livro do Miguel Altieri, traduzido pela AS-PTA: *Agroecologia, bases para uma agricultura alternativa*, que depois, na segunda edição, trocou o título e ficou *Bases para uma agricultura sustentável*. (PAULINO; GOMES, 2020).

A agroecologia recebeu aportes teóricos de diversas áreas do conhecimento, para além da agronomia, a ecologia, antropologia e sociologia, sendo considerado um campo emergente e transdisciplinar. A Matriz conceitual da Agroecologia foi construída e se correlaciona a três universidades: Universidade de Berkeley, onde Miguel Altieri ministra seus cursos, na Califórnia (Estados Unidos); Universidade de Santa Cruz, onde se encontra Stephen Gliessman, na Espanha; e Universidade de Córdoba, na Andaluzia, também na Espanha. (PAULINO; GOMES, 2020).

Abreu e Bellon (2014) se refere a estes centros de disseminação da agroecologia como “Armada Cordobesa”. Segundo o autor, o instituto de Sociologia e Estudos Camponeses da Universidade de Córdoba desenvolveu um trabalho de articulação entre agroecologia e estudos sociopolíticos, situando os processos históricos e a crítica social ao neoliberalismo e ao processo de globalização; As pesquisas deste Instituto também destacam o valor do conhecimento local e das metodologias participativas no campo da educação.

Outra influência importante também na Espanha inclui nomes como Sevilla Guzman junto com Manoel Gonzalez de Molina. O Instituto de Sociologia possuía um programa de mestrado voltado a América Latina, e com muitas bolsas de estudos, e a partir da década de 1990 muitos brasileiros e demais latino americanos foram estudar na instituição. Este programa fomentou um grande fluxo de agroecologistas entre a Espanha e o Brasil.

O que acontece no campo reflete no prato de comida dos brasileiros, na saúde da população, e nos impactos maiores ou menores das mudanças climáticas. O que acontece no campo impacta em toda a sociedade brasileira e mundial. Para a Agroecologia é central o conceito de transição agroecológica, que consiste num processo gradual de transformação nos sistemas de produção, saindo de um modelo destrutivo para um modelo de base ecológica e sustentável. Em se tratando de

agroecologia, essa mudança vai muito além de aspectos tecnológicos, mas perpassa por variáveis sociais, políticas, éticas e culturais. (COSTABABER, 2004).

As experiências dos movimentos agroecológicos oferecem referências de sucesso e trilhas na direção de sociedades mais sustentáveis, reunindo ferramentas, técnicas, instrumentos, metodologias, e processos que garantem a transformação dos ecossistemas, incluindo estratégias para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, construindo modelos produtivos cada vez mais resilientes. Para que caminhemos na direção dos cenários mais otimistas é primordial que o campo seja palco de construções coletivas, com participação popular e diálogo de saberes, onde as populações do campo estejam à frente dos debates e das tomadas de decisão (MORAES; SORRENTINO, 2017).

Segundo Eduardo Galeano a utopia é como um horizonte que se desenha à nossa frente nos fazendo seguir caminhando. Utopia é do que tem sido chamada a ética do Bem Viver. No mundo ocidentalizado, pós-moderno e de realismo capitalista em que estamos inseridos, a ideia de uma vida boa e simples nos parece fantasiosa e ilusória, como um conto de fadas, ou uma mitologia.

Contudo, é no seio do real, e no solo das injustiças e das feridas que seguem abertas que as histórias fora dos moldes homogeneizadores são contadas. É no chão duro do sul global, e na terra úmida das florestas tropicais que formas outras de se enxergar o mundo são ouvidas, e recontadas. Cosmovisões, como o Bem Viver, Ubuntu e Teko porã, não operam na lógica mercadológica e mercantilizadora da vida. Ao contrário disso, permeiam de sentido e valor a natureza que se habita e o chão que se pisa (ACOSTA, 2016; RUFINO, 2022).

3 METODOLOGIA

2.7 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza básica aplicada e tem como abordagem a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa constitui uma abordagem interpretativa que se preocupa em compreender os significados que as pessoas dão a certos fenômenos que ocorrem em determinados contextos sociais. (GIL, 1999). De acordo com Trivinos (1987) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta

de dados, e é essencialmente descritiva pois seus resultados são expressos por narrativas, histórias e declarações das pessoas.

A pesquisa qualitativa não se limita ao contexto imediato do fenômeno estudado, mas busca ampliar a compreensão para as relações e que circundam o fenômeno e seus aspectos evolutivos. A análise dos dados é feita indutivamente, uma vez que parte dos fenômenos sociais. O cerne da pesquisa qualitativa é a atenção aos significados que permeiam a vida dos sujeitos. (TRIVINOS, 1987)

Em relação aos procedimentos técnicos optou-se pela realização de um levantamento bibliográfico dos temas pertinentes ao escopo do estudo, e com a realização de uma pesquisa de campo seguindo os princípios da Pesquisa Participante proposta por Carlos Rodrigues Brandão. Buscou-se a triangulação de métodos, utilizando-se da pesquisa participante como espinha dorsal, combinada com o uso de entrevistas semiestruturadas, história oral e o diário de campo.

A produção teórica da década de 1980 sobre a pesquisa participante se dá no seio de organizações e movimentos sociais, num cenário de atuação em educação popular. Metodologias são postas em prática e reelaboradas junto de comunidades populares, com intuito de apoiar tais movimentos na resolução de problemas enfrentados e numa tentativa de democratizar conhecimentos. Portanto, não existe um modelo único de abordagem da pesquisa participante. (BRANDÃO, 2006).

Uma das grandes contribuições na construção desta abordagem é o entendimento de que a relação de sujeito-objeto, da ciência tradicional deve ser modificada para uma relação sujeito-sujeito, considerando que todas as pessoas e culturas são fontes originais de conhecimento e saber. A pesquisa, portanto, se baseia na interação ativa entre o pesquisador e o grupo pesquisado. (BRANDÃO, 2006).

Em suas diferentes modalidades de pesquisa participantes destaca-se o uso do diário de campo, que reúne informações observadas e anotadas regularmente e das sistematizações e análises. (PERUZZO, 2017) O diário de campo, no âmbito das ciências humanas, é uma ferramenta que serve ao registro de fatos concretos e acontecimentos, mas também de sentimentos, experiências e reflexões do pesquisador. (CAMPOS, et al. 2021)

A história oral é um procedimento metodológico que busca registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas,

consensuais. É um procedimento, e um caminho para produção de conhecimento histórico, mas também se insere em terreno interdisciplinar. (DELGADO, 2017)

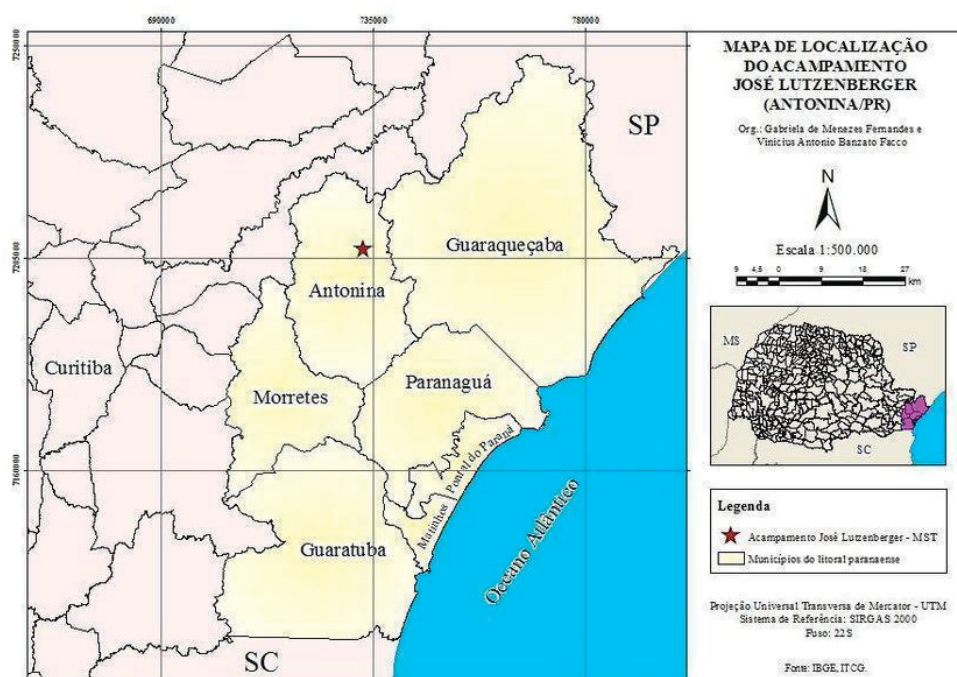
A memória dos atores é a fonte principal para produção de conhecimento histórico, mas a reflexão dos relatos gera informações tanto sobre o tempo passado, o qual se passa a memória, mas remete também ao tempo atual, marcado pelas impressões do entrevistado, num diálogo constante entre o passado e o presente. A interferência do pesquisador não é desconsiderada, uma vez que este possui o papel de conduzir a troca e registrar, com o máximo de cuidado, o conteúdo relatado. (DELGADO, 2017).

Ribeiro (2021) trata da utilização de entrevistas na produção de pesquisas de história oral. Para ela, a entrevista deve ser um lugar de escuta atenta, em que se preserva o protagonismo do narrador, e se respeita seu fluxo narrativo. É de suma importância garantir que o entrevistado disserte livremente sobre sua experiência pessoal e coletiva, na sequência dos fatos que ele preferir.

2.8 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA E AMOSTRA

O presente estudo será desenvolvido na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada na Comunidade do Rio Pequeno (25°14 '01.9 "S 48°41' 14.5"W), zona rural do município de Antonina, no Litoral do Paraná (Figura 1). O clima da região é subtropical úmido (Cfa), com temperatura média anual variando de 19 a 21°C e precipitação média anual em torno de 2.000 e 2.500 mm/ano. A Comunidade Agroflorestal está inserida no seio do Mosaico Lagamar de Floresta Atlântica, com diversas Unidades de Conservação ao seu redor, estando dentro de uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, a APA de Guaraqueçaba (ROSSITO, 2020).

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER.



Fonte: Vinicius Antonio Banzato Facco (2014).

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é um Assentamento da Reforma Agrária, localizado no município de Antonina, região litorânea do Paraná. Sua formação se deu em meados de 2003, quando as famílias camponesas de agricultores/as tradicionais (nativas e caiçaras) da Comunidade do Rio Pequeno ocuparam a fazenda São Rafael, às margens do Rio Pequeno, e se articularam junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (BORSATTO, 2006; LOPES, et al. 2023).

Segundo Borsatto (2007) haviam comunidades caiçaras ocupando o território residindo e trabalhando na área da fazenda São Rafael e arredores, mas após a venda da propriedade para bubalinocultura, em 1989, foram expulsos do local. Apenas um pequeno grupo resistiu e permaneceu acampado à beira do rio, com o intuito de retornar àquele território. Além da pressão exercida pela implementação da pecuária, nos anos 2000, são instituídas diversas Unidades de Conservação na região, incluindo a APA de Guaraqueçaba que se configura como uma área de uso sustentável, na qual engloba a região do assentamento (TORRES e VANESKI FILHO, 2019).

O Caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger se destaca no cenário de assentamentos rurais brasileiros, uma vez que já nasce com o firme propósito de ter uma produção inteiramente agroecológica, restaurando a natureza do território a

qual pertence (ALMEIDA, et al. 2022). Por este motivo, o nome escolhido para a comunidade foi em homenagem a José Lutzenberger, um importante ambientalista brasileiro que se engajou na causa ambientalista, lutando contra o uso indiscriminado de agrotóxicos (PEREIRA, 2017).

A organização coletiva se deu desde o início, engajada na construção de um modelo de vida e produção de alimentos que pudesse recuperar a biodiversidade própria da Mata Atlântica (LOPES, et al. 2022). As agroflorestas se caracterizam justamente pela a inclusão do componente arbóreo nos sistemas de produção, passando a consorciar a produção de olerícolas e anuais com as espécies frutíferas, adubadeiras, madeiras e apícolas (ALTIERI, 2012).

A Comunidade é composta por 16 famílias, tendo em torno de 40 pessoas residindo no total. Esta pesquisa objetiva realizar entrevista com pelo menos um representante de cada família, mas será aberta para todos que desejarem responder ao questionário.

Ainda que seja muito importante contar com a participação de moradores de longa data no território, que presenciaram o início do acampamento, e seus processos subsequentes, a participação de pessoas que residem no local a poucos anos, ou recém-chegados não será desconsiderada, pois compreendemos que as motivações prévias a permanência do assentamento, bem como suas primeiras impressões e sentimentos acerca do território serão valiosas para o andamento da pesquisa.

2.9 FASES DA PESQUISA

2.9.1 Planejamento da Pesquisa

A primeira fase da pesquisa de campo é denominada pesquisa exploratória. Se trata das primeiras visitas ao local de pesquisa para compreensão prévia das dinâmicas territoriais que permitem conhecer a realidade e o contexto. A partir desta etapa é possível conhecer o território a ser estudado para delineamento dos caminhos para operacionalização da pesquisa.

Brandão (2007) ao relatar suas experiências anteriores em comunidades rurais, sugere que ao chegar na região de estudo não se invada o mundo das pessoas com atitudes relacionadas à pesquisa. Ele destaca a importância de um tempo de

“contaminação” com o local, observando e convivendo com as pessoas e o lugar, num processo que ele vai chamar de “primeiro nível do sentir”.

A etapa exploratória se iniciou nas primeiras visitas à comunidade, que se deram junto da turma do mestrado nos módulos de Configurações Produtivas, no primeiro semestre, e nos módulos de Tecnologias Sociais e da ICH de Transição Agroecológica que ocorreram no II Semestre de 2023. Estas foram oportunidades para as primeiras observações atentas e de estabelecer contato com alguns dos moradores da Comunidade.

É importante destacar que já existe uma relação estabelecida entre a UFPR litoral e a Comunidade José Lutzenberger. Desde a formação inicial do acampamento existe uma aproximação entre os assentados e alguns professores da universidade, e ao longo dos anos foram desenvolvidos uma série de projetos de extensão, de pesquisa, assim como a comunidade foi sala de aula aberta para diversas turmas de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFPR.

No primeiro semestre do ano de 2024 foram realizadas mais visitas a campo para observação participante do território em momentos, cujas visitas não tenham enfoque de outros projetos. Esta segunda etapa, dedicada observação do cotidiano dos moradores em suas atividades e práticas tem como foco capturar dinâmicas que não puderam ser observadas nas visitas anteriores

A criação de um modelo de análise para a pesquisa se configurou um desafio no desenvolvimento do projeto, Tendo em vista a multiplicidade de assuntos que poderiam ser tratados, outro desejo era o de construir um roteiro de questionário em que número de perguntas não limitasse a espontaneidade dos entrevistados e as possibilidades de aprofundamento dos temas.

Brandão (2007) escreve que mesmo com um roteiro de perguntas, o momento da entrevista é o que vai determinar a coleta dos dados, pois numa fala espontânea os sujeitos nos concedem vocabulário próprio, assim como categorias próprias, e cabe ao investigador, devolver perguntas coladas ao repertório do interlocutor. Deste modo, num só fio de história, são narradas informações pertinentes sobre as vivências pessoas históricas, relações, de presente e passado e o panorama geral. Após a definição das dimensões, elaborou-se as seguintes perguntas:

Quadro 1: Dimensões de análise para o roteiro de perguntas

Dimensões de análise	Questões
HISTÓRIA DE VIDA	1. Você poderia me contar a sua história antes da chegada ao assentamento? 2. Já trabalhou com a terra antes? 3. Seus antepassados trabalhavam com a terra?
RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	4. Quais eventos marcaram a sua memória desde que chegou aqui?
RELAÇÃO COM O TRABALHO	5. Quais atividades você mais aprecia no seu trabalho?
RELAÇÃO COM AS PESSOAS	6. Que atividades você costuma fazer coletivamente?
RELAÇÃO COM O MOVIMENTO	7. Como sua vida mudou após a entrada para o movimento? 8. Como você se mantém engajado na luta?
PESSOAS COM A PRODUÇÃO	9. O que significa agroecologia para você? 10. Como aprendeu a fazer a agricultura agroflorestal? 11. Antes de chegar no assentamento você praticava a agricultura convencional (que usava veneno e adubos químicos)? 12. Por que você utiliza esse modelo de plantio mistos/ consorciados? 13. O que significou para você o envolvimento com esse movimento agroecológico de produzir alimentos e ao mesmo tempo conservar a natureza?

PESSOAS COM A NATUREZA (animais / plantas / abiótico)	14. A natureza te ensina?
PESSOAS COM O ENTORNO	15. Qual a relação com a comunidade de Antonina, e fora dos muros do assentamento? 16. Como você acha que a maioria das pessoas enxerga o trabalho realizado no assentamento?
CULTURA	17. Qual é a influência caiçara? O que o termo caiçara lhe remete? 18. Você se identifica com a cultura indígena?
SONHOS PARA O FUTURO	19. Quais princípios você ensina para seu(s) filho(s), que considera importante? 20. Quais seus sonhos para o futuro? 21. Quais seus sonhos para o futuro da comunidade?

Fonte: A autora (2024).

2.9.2 Coleta dos Dados

Os dados foram coletados a partir da pesquisa bibliográfica, e da pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica se dá pela consulta no Banco de Teses e Dissertações brasileiras e em três bases de dados, acessadas a partir do portal da Capes: Web Science, Scielo e Scopus. A busca foi feita a partir das palavras-chave deste projeto.

Em campo, a coleta se utilizou de dois instrumentos metodológicos: o diário de campo, e as entrevistas semiestruturadas de história oral. O diário de campo é escrito a partir das observações a cada visita à comunidade, e reúne fatos transcorridos no dia a dia, diálogos, percepções, reflexões e sensações obtidas no território estudado.

As entrevistas foram conduzidas após agendamento prévio, e feitas presencialmente. A pesquisa foi aberta a todas as pessoas da comunidade que

desejarem participar, sem amostras. O local das conversas foi, na maioria dos casos, a casa dos entrevistados, ou, nos espaços coletivos da comunidade, de acordo com o que cada entrevistado escolheu. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização prévia dos participantes, utilizando o aplicativo gravador do celular.

A preparação do roteiro de entrevistas levou em consideração alguns pontos sugeridos por Lima (2016), segundo ela o roteiro não deve limitar a entrevista, pois a fluência da conversa é mais importante do que a sequência previamente pensada, é preciso deixar espaço para a espontaneidade dos interlocutores; Além disso, é necessário obter um conjunto de informações prévias sobre o entrevistado e seu contexto; No que se refere ao momento da entrevista Lima (2016) destaca que é de suma importância jamais iniciar a entrevista com perguntas que gerem algum tipo de desconforto no entrevistado.

2.9.3 Tabulação e Análise dos Dados

Após a coleta dos dados prosseguiu-se com a análise. Conforme sugerido por Maria Cecília Minayo (2012) o primeiro passo é refletir sobre as finalidades da análise que se pretende realizar. A fase de análise serve para compreender os dados de modo a confirmar ou não as hipóteses da pesquisa, responder às questões previamente elaboradas, e ainda ampliar os conhecimentos sobre o assunto pesquisado.

Michael Angrosino (2009) recomenda dois modos principais de análise: A análise descritiva, oferece uma descrição detalhada, ou decomposta dos dados, evidenciando padrões e regularidades. E a análise explicativa, articula os dados coletados em campo, com o que se encontra na teoria a respeito do mesmo fenômeno, em condições similares, evidenciando as semelhanças e contrastes.

As notas de campo podem ser agrupadas em tema. Para ela, categorizar implica em agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito que possa abarcar estas ideias. Esta categorização pode ser feita antes ou depois do trabalho de campo, mas a autora recomenda que se faça antes e após, de modo que estas categorias podem ser comparadas, numa melhor compreensão da trajetória da pesquisa. (MINAYO, 2012).

Os dados foram submetidos a uma Análise de Conteúdo, que se trata de um conjunto de técnicas de sistematização aplicadas com objetividade para analisar diferentes mensagens e conteúdos, verbais ou não verbais. (TRIVINOS, 1987) A

operacionalização destas técnicas auxilia na reinterpretação das mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (CARDOSO, et. Al. 2021).

A Análise de Conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. O que não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científico, já que tem status de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados. (CARDOSO, et al. 2021, p.100).

A análise compreendeu as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. (BARDIN, 1977 apud MORAES, 1999). Na primeira fase é preciso escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses, objetivos e indicadores que fundamentam a interpretação final. Na segunda fase é preciso transformar o material reunido e organizado na etapa anterior em dados que possam ser analisados, através de codificação, ou categorização. A categorização compreende a classificação ou o agrupamento das informações consideradas comuns em unidades de registro sob um título genérico. (MORAES, 1999).

Os processos anteriores resultam numa sistematização de categorias e elementos comuns. É produzido um texto descritivo de cada uma das categorias, de forma que se expresse com clareza o conjunto de significados nas unidades de registro. Ressalta-se ainda a intenção de descobrir, a partir das análises, novas interpretações por detrás dos discursos, os sentidos simbólicos e polissêmicos que permeiam a fala das pessoas. (CARDOSO, 2021).

2.10 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa se compromete em cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS, tomando os cuidados éticos em todo seu andamento. A pesquisa de campo só iniciará após a concordância e autorização dos moradores da Comunidade José Lutzenberger com o desenvolvimento do estudo. As pessoas que desejarem participar da pesquisa assinarão um termo de consentimento

livre e esclarecido (apêndice 1) que as informa dos riscos e benefícios envolvidos no estudo.

2.10.1 Garantias éticas aos participantes da pesquisa

Para assegurar a liberdade e integralidade dos participantes, esta pesquisa foi conduzida de modo a informar aos participantes todos os riscos e benefícios envolvidos no desenvolvimento da pesquisa. A pesquisadora se comprometeu a garantir o direito à privacidade, ao sigilo, à confidencialidade e à anonimidade de dados pessoais, de voz e de imagem, e os direitos à obtenção de informações, e de assistência e indenização em caso de dano, durante e após o encerramento da pesquisa.

Esta pesquisa considerou riscos de ordem psicológica, como a possibilidade de desconforto, constrangimento, ou vergonha ao responder a entrevista, quando tocado em algum assunto sensível ao entrevistado, ou ainda cansaço ao responder todas as perguntas. Os benefícios resultantes da participação na pesquisa são o resgate de memórias individuais e coletivas, que nos ajudam a contar as trajetórias de resistência e luta dos moradores da comunidade, identificando sonhos em comum.

De acordo com os compromissos éticos, a pesquisa poderia ser suspensa se a pesquisadora perceber algum risco ou dano à saúde dos sujeitos participantes da pesquisa que não tenha sido previsto no termo de consentimento, ou ainda quando solicitado pelo Comitê que a aprovou. Felizmente, transcorreu de acordo com os compromissos assumidos e os dados foram coletados e analisados com consentimento dos participantes.

ARTIGO 1

CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PARANAENSE LITORÂNEO: TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER

E ainda assim, diante da opressão, do saqueio e do abandono, nossa resposta é a vida - Gabriel García Márquez, A solidão da América Latina

Resumo

A Comunidade Agroecológica José Lutzenberger é um Assentamento Rural da Reforma Agrária situado no litoral do Paraná, em meio à Mata Atlântica. Este artigo tem como objetivo investigar a trajetória de luta pela terra e a construção da comunidade, analisando como a agroecologia tem contribuído para o fortalecimento da identidade camponesa neste território. A metodologia adotada foi a história oral, e realizou-se entrevistas com quatorze moradores. Os relatos retratam os caminhos tortuosos percorridos pelos atores. A trajetória de luta pela terra que levou à formação da Comunidade Agroecológica reflete a resistência histórica do campesinato brasileiro. A marginalização histórica dos trabalhadores rurais e seu perfil migratório são evidentes nos relatos das famílias assentadas, muitas das quais percorreram grandes distâncias até se estabelecerem no litoral paranaense. Os depoimentos evidenciam que a conquista e a permanência nesse território foram possíveis pelo conhecimento ancestral e pela organização coletiva, fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo ambiente e pelo modelo agrícola dominante, tendo a adoção das práticas agroecológicas, papel fundamental neste processo.

Palavras-chave: Campesinato, Trajetória de vida, Questão Agrária, Assentamento rural; Agroecologia.

Introdução

O campesinato brasileiro é historicamente marcado pela luta e resistência contra a expropriação, seja para permanecer na terra ou conquistar o direito de acessá-la. Desde o período colonial, camponeses, formados por negros libertos, indígenas, mulatos e brancos pobres, buscaram sobreviver em pequenas parcelas de terra marginalizadas pelo sistema escravocrata. Mesmo submetidos a condições precárias, desenvolveram formas próprias de organização e produção, garantindo sua permanência e deixando sua marca na história do Brasil. (MAZALLA NETO, BERGAMASCO, 2017).

A condição camponesa, segundo Maria Wanderley (2010), caracteriza-se pela autonomia sobre os meios de produção e pelo saber-fazer adquirido ao longo da vida,

e é atravessada por desafios decorrentes da exploração e subalternidade social. A resistência camponesa no Brasil também se configura como uma luta ecológica, pois está diretamente ligada ao direito de acesso e controle dos recursos naturais, como a terra e a água. A lógica produtiva dos camponeses se contrapõe ao modelo capitalista do agronegócio, promovendo práticas sustentáveis e uma relação menos destrutiva com o meio ambiente.

Para Jean Douwe van der Ploeg (2008) a condição camponesa é dinâmica, representando uma trajetória ao longo do tempo, com altos e baixos. Ou seja, assim como a agricultura capitalista está em constante evolução (expandindo-se e, ao mesmo tempo, se transformando qualitativamente, com maior industrialização nos processos de produção e trabalho), a agricultura camponesa também passa por transformações. Uma dessas transformações é a recampesinização. Em essência, a recampesinização é uma expressão contemporânea para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua origem, incorpora essa perspectiva ao reivindicar a reforma agrária como um direito fundamental, alinhando-se ao que Martínez Alier (1999) denominou de ecologismo dos pobres, uma forma de resistência contra a exploração dos recursos naturais e a exclusão promovida pelo latifúndio e pelo agronegócio. (MAZALLA NETO, BERGAMASCO, 2017).

O conceito de “camponês” é amplamente utilizado pelos estudiosos do espaço social rural, sendo mobilizado como opção teórica e como opção ideológica. No campo acadêmico o termo é empregado para analisar a realidade rural e a situação dos pequenos agricultores. Paralelamente, os movimentos sociais populares do campo adotam essa categoria para ressignificar antigas pautas e fortalecer suas lutas, articulando-a à agroecologia e à reforma agrária. (MARCONI, 2024).

A agroecologia é compreendida por diversos autores como uma ciência, uma prática e também um movimento social que se apresenta como um meio para transformar os sistemas agroalimentares, tornando-os sustentáveis. Esta complexa área do conhecimento se origina e se coloca como resistência ao modelo de agricultura industrial, e se fundamenta nos conhecimentos tradicionais e experiências agrícolas milenares, encontradas em diferentes culturas ao redor do mundo. (ALTIEIRI, 2004, GLISSMAN, 2009; et al) A agroecologia é construída conjuntamente, em campo, a partir da investigação e no aprimoramento constante de agricultores e outros agentes, estudiosos, militantes, e uma gama de pessoas mobilizadas na construção de sociedades mais justas. (LOPES, 2021).

A Comunidade Agroecológica José Lutzenberger é um assentamento rural da Reforma Agrária, localizado no litoral do estado do Paraná e no seio da Mata Atlântica. Este território reúne camponeses que lutaram por décadas pela terra em que vivem hoje. A comunidade se destaca por integrar saberes tradicionais e práticas

agroecológicas que valorizam a relação harmoniosa com a natureza. Este artigo investiga a trajetória de luta pela terra e a construção da Comunidade Agroecológica José Lutzenberger, analisando como a agroecologia tem contribuído para o fortalecimento da identidade camponesa neste território.

Metodologia

A pesquisa utiliza a história oral como metodologia, permitindo acessar narrativas e memórias dos agricultores da Comunidade Agroecológica José Lutzenberger. As entrevistas semiestruturadas possibilitam um diálogo aberto, combinando questões previamente elaboradas com a flexibilidade para aprofundar temas conforme surgem nos relatos (QUEIROZ, 1987). Dessa forma, é possível compreender não apenas os aspectos objetivos das trajetórias desses sujeitos, mas também suas percepções e interpretações sobre a agroecologia e a identidade camponesa. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas à luz do referencial teórico, possibilitando uma abordagem aprofundada da relação entre os agricultores e o território.

A proposta investigativa da História Oral busca compreender os fatos e as relações sociais a partir das trajetórias dos sujeitos. Segundo Queiroz (1987), a oralidade tem sido, ao longo dos séculos, a principal fonte de conservação e difusão do conhecimento, é tão antiga quanto a própria História, pois foi a primeira forma de registrar o passado antes do surgimento da escrita. (GONÇALVES E LISBOA, 2007).

Para Dulce Whitaker (2000, p.148) a história de vida “é a técnica por excelência para estudo dos processos ligados à exclusão social, já que nos permite captar rupturas que marcam as tortuosas trajetórias de todos os que se envolvem na luta pela terra”. Segundo a autora, nos assentamentos de Reforma Agrária, essas narrativas revelam contradições e desafios enfrentados pelos novos atores nesses espaços. No entanto, a transcrição e análise desses relatos nem sempre seguem o rigor científico necessário. Um exemplo disso é a tentativa de reproduzir foneticamente o discurso dos entrevistados, o que leva à perpetuação de erros ortográficos que não existem na oralidade.

Curiosamente, essa prática ocorre sobretudo na fala de sujeitos de camadas sociais vulneráveis, enquanto os discursos de seus pares são transcritos com precisão ortográfica, evidenciando uma desigualdade no tratamento das fontes orais. Whitaker (2000) reafirma a importância que a transcrição das falas seja realizada com respeito aos participantes do estudo e que sua análise seja embasada no referencial teórico adequado à temática do estudo. Além de registrar as experiências e saberes dos entrevistados, a história oral se destaca como uma metodologia participativa, na qual os sujeitos da pesquisa contribuem ativamente para a construção do conhecimento. Essa abordagem valoriza o conhecimento tradicional e a memória coletiva, reforçando a importância das experiências camponesas.

A comunidade Agroflorestal José Lutzenberger se localiza a 37 quilômetros do centro de Antonina, litoral do Paraná. A comunidade é atualmente composta por 17 famílias. As entrevistas foram realizadas com 14 participantes. O questionário foi elaborado previamente com questões sobre a trajetória de vida e as memórias do início do acampamento. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética de Humanidades da Universidade Federal do Paraná.

O início da Comunidade

Figura 2: Caminho central que leva à agrovila.



Fonte: Os autores (2024).

A história do acampamento se inicia a partir da história de agricultores que já viviam na região há algumas décadas. Borsatto (2007) em sua dissertação descreve os processos que antecederam a ocupação que deu origem ao assentamento. Segundo o autor, que colheu relatos nos anos iniciais da organização, a área correspondia a uma grande propriedade denominada Fazenda Agropecuária São Rafael, e no interior, e nos arredores desta propriedade viviam aproximadamente 50 famílias de posseiros que conviviam de modo harmonioso com o proprietário na época.

Em meados da década de 1980 a fazenda é vendida a um famoso advogado de Curitiba. A partir disso a comunidade local de posseiros passa a enfrentar sérios

problemas. O novo proprietário implementa uma criação de búfalos na fazenda, animais exóticos de grande porte que impactam drasticamente a paisagem e a saúde do ambiente. Para alimentação dos animais a mata é retirada para o plantio do capim braquiária, que rapidamente se espalha por toda a propriedade.

A bulalinocultura impactou as atividades dos pequenos agricultores de diversas formas. Segundo relatos presentes no documentário “Agrofloresta é mais”, o antigo proprietário tinha intenção de adquirir toda área ocupada pelos posseiros no entorno e então passou a realizar ações com intenção de pressionar a saída da comunidade da área. Uma destas ações era de soltar os animais que pisoteavam nas roças, destruindo as plantações da comunidade. Estes episódios foram denunciados na delegacia da polícia de Antonina, mas as denúncias não surtiram efeitos e os ataques não cessaram. As pressões sofridas ficaram gravadas na memória das pessoas que vivenciaram tais episódios e permanecem na comunidade até hoje.

Uma destas pessoas é a Dona M.P.S, cuja família foi uma das que resistiu às investidas do fazendeiro e iniciou posteriormente a ocupação que deu origem ao assentamento. Dona M.S relembra os impactos causados pela bubalinocultura na vida da comunidade, que vivia principalmente da agricultura, e da pesca.

Tinha muita lavoura. Nós tinha muita coisa de roça. Aí, acabou. O búfalo entrou, né? Demoliu tudo. Daí ficou difícil, né? Porque a gente tinha tudo para vender. A gente tinha a cana, tinha o café, tinha a mandioca, tinha tudo. Aí, o búfalo entrou. Demoliu tudo a nossa lavoura. Aí, nós ficamos sem. Aí, para começar tudo de novo, aí era difícil, né? Mas, graças a Deus, não desistiu também, né? Nós, eu e meu marido, nós continuamos lidando, lidando. Até quando que ele foi. Ele foi... Eu fiquei. (ENTREVISTA M.P.S, 2024)

O antigo proprietário cometeu uma série de crimes ambientais, entre eles retirar a floresta nativa e a mata ciliar do rio, pois é uma Área de Preservação Permanente (APP) e ainda alterou o curso do Rio Pequeno, rio que corta a propriedade. Devido ao seu peso e hábitos, os búfalos ocasionaram a compactação do solo, erosões e formação de alagamentos (BORSATTO, 2007).

Eles passavam veneno no búfalo, e o búfalo ia para o rio. Acabou com os peixes. Sabe? Coitado do búfalo, dar banho neles com veneno! Aí o povo não tinha peixe para comer. (ENTREVISTA M.P.S, 2024)

Vinicius Antonio Banzato Facco (2015) explica que a braquiária da área se trata da espécie exótica invasora capim tangola, que é um híbrido entre o entre o capim tannergrass (*Brachiaria arrecta* (Dur & Schinz) Stent) e o capim-angola (*Brachiaria mutica* (Forssk.) Andrade et al. (2009). O capim tannergrass é um capim africano que se adapta bem em ambientes quentes e úmidos, enquanto o angola se desenvolve em ambientes secos, o cruzamento de ambos foi feito em laboratório a pedido do proprietário e fez com que a espécie se estabelecesse em toda área da fazenda.

Além do impacto direto dos búfalos, da braquiária, da perda da mata nativa e da qualidade das águas que causaram imensas perdas ao ecossistema natural, o proprietário ainda impediu o acesso da comunidade ao rio, fez ameaças, tiroteios com intenção de assustar as pessoas e iniciou incêndios criminosos que causaram a saída de dezenas de famílias do território de conflito. (BORSATTO, 2007).

Apenas duas famílias resistiram à pressão e aos ataques cometidos pelo então proprietário da área, e decidiram acampar à beira da estrada para repovoar o local. No ano de 2000 eles montaram um acampamento e chamaram amigos e companheiros para apoiar a causa. Mais pessoas foram chegando ao longo do tempo e ao todo somaram cerca de 50 famílias que ficaram acampadas por quatro anos.

No dia 31 de março de 2004 os acampados decidiram por ocupar a Agropecuária São Rafael, e as 50 famílias entraram na propriedade e montaram acampamento. Após a entrada das famílias os conflitos se intensificaram pois em poucos dias o proprietário entrou com um pedido de reintegração de posse junto ao juiz de Antonina. (BORSATTO, 2007).

Através dessa invasão aí começou o barulho, né? Polícia, polícia, como sempre, aí a gente não dormia mais, né? Ficava ligado a noite inteira. Tinha um ferro ali, né? Aquele ferro era o nosso alarme. Uma batida era para a união, duas batidas era para a união, quatro batidas já era para todo mundo sair, já era para ir para a rua [...] Teve um dia que tivemos que correr daqui mesmo. O fazendeiro contatou as quatro viaturas de polícia para vir mesmo para derrubar, né? Aí todo mundo foi para outra estrada do quebra, tem outra estrada lá para o quebra, foi tudo para lá. O povo ficou no mato, todo mundo ficou dentro do mato a noite inteira. (ENTREVISTA A B.P, 2024)

A partir de uma ordem de busca e apreensão, viaturas da polícia de Antonina e de Paranaguá foram ao local realizar a reintegração de posse, abordando violentamente os acampados, ateando fogo nas casas. O dia do despejo ficou gravado na memória das pessoas que estavam presentes na época.

Uma coisa que me marcou, que não sai da minha cabeça, que eu sinto... Foi quando eles fecharam ali, que punharam o povo na rua, que veio aquele monte de policial. E tava tudo na beira da estrada, assim, deles arrancar e ponhar fogo nos barracos das pessoas. E as pessoas se cantoaram tudo aqui, onde eu posto de saúde ali, era o colégio de escola, né? Se cantoaram tudo e entrou aqui dentro de casa, aquelas pessoas sem saber para onde que iam, onde que tavam. Para mim foi um desespero muito grande. Ficou gente aqui dentro de casa, gente que eu jamais tinha visto na minha vida. Só com a triste malinha do corpo, assim, que veio para esse movimento, e eles queimaram tudo. Eles punharam para queimar e rebentar tudo, né? E teve aquele tiroteio, aquele.. polícia, polícia, polícia... Aquilo não sai da minha cabeça. (ENTREVISTA M.P.S, 2024)

Neste fatídico evento muitos moradores perderam suas casas e todos os seus pertences, muitas famílias foram embora do local e não retornaram, mas outras

famílias permaneceram e resistiram. Entre os moradores mais antigos os dias de repressão violenta por parte dos fazendeiros e da polícia são sempre lembrados.

No começo, como diz, a gente teve muita luta né, enfrentamento, enfrentava polícia né, despejo, a gente nunca vai esquecer, só a gente vivendo um despejo pra gente saber como é, porque é triste. Eu no caso não fui despejada mas o pessoal que era do acampamento lá embaixo foi, e eu senti na pele. Passei a noite e dia com eles lá participando de tudo ajudando a desmanchar os barraco e mudar de lugar, mas é triste. (ENTREVISTA V.A.S, 2024).

Desde que o movimento se instalou a gente viveu muitos momentos tensos, como despejo, tiroteio, retenção de posse então a gente teve bastante aprendizagem nessa parte assim né. A gente nunca tinha vivido um despejo, nunca tinha vivido um caso com polícia, então a gente viveu nesse momento, então a gente aprendeu na carne, na pele a luta ali da terra (ENTREVISTA L, S, O, 2024).

Viamo e comecemos a lutar, lutar, lutar, conseguimos entrar na terra, enfrentamos polícia enfrentamos tudo, porque o fazendeiro mandava matar e pegar nois e foi, até que vencemo. Aí já veio a polícia federal dar uma força pra nós, e conseguimos um pedaço de terra pra nós trabalhar (ENTREVISTA C. R.S, 2024).

Ainda durante os anos na estrada, o projeto de assentamento foi sendo pensado e gestado. Os acampados discutiam entre si o que eles queriam para o território e o plano era de estabelecer um assentamento norteado pelos princípios da agroecologia, onde a produção se daria sem utilização de agroquímicos, priorizando grandes áreas de conservação, e com áreas de plantio coletivas.

Após a entrada para a propriedade os desafios não cessaram, pelo contrário muitas outras dificuldades surgiram e a luta prosseguiu. Devido ao avançado estágio de degradação do solo, e a falta de recursos da comunidade, demorou anos até que a terra voltasse a produzir. Foram anos duros que demandaram muita resiliência dos acampados, uma vez que não era possível gerar subsistência ou renda da terra. Os acampados precisavam de ajuda externa para conseguir sobreviver e desempenhar trabalhos fora da área do acampamento. A maioria deles prestava serviços rurais a fazendas próximas.

Um grande marco elencado pelos moradores antigos, foi a chegada de projetos em parceria com outros assentamentos e a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR (Cooperafloresta). (FACCO, 2015). Os projetos “Agroflorestar” e o “Frutos da Agrofloresta” foram primordiais no apoio à comunidade, para capacitação dos agricultores no manejo agroflorestal.

Daí foi cinco anos mas plantava e não produzia porque a terra era muito degradada. Daí foi que veio o projeto Agroflorestar, daí depois teve um recurso de projeto, porque recurso próprio até hoje a gente não tem né. E aí se fala assim em recuperar, mas pra recuperar tem que ter dinheiro de todo jeito. Porque a gente sem dinheiro não faz

muita coisa. Então graças a Deus é os projetos né, aqui já teve bastante projeto (ENTREVISTA V. A. A, 2024).

Uma coisa que marcou foi quando a gente conseguiu o trator, eu acho, porque nós fazíamos tudo na enxada, né? E quando a gente veio morar, ninguém tinha roçadeira. Foi a partir daí que começou a melhorar a situação (ENTREVISTA L.R.S, 2024).

Olha... A maior alegria que eu tive aqui foi na época que quando um projeto que teve. Nós era zerado.. Era um sacrifício danado pra gente fazer as coisas. Era inchada, era foice. A maior alegria minha é quando veio um projeto, teve uma emenda para o governo federal, eu não sei qual foi o deputado. E veio um trator, esse que nós temos. E veio um caminhão pra nós entregarmos essa mercadoria. Pra conseguirmos comprar uma tobata. Aquela foi a maior alegria que teve. Porque a gente não tinha condição de nada. [...] Aí foi até que daí saiu um projeto, um projeto do Seu Nelson, da Lapa, um projeto do Seu Nelson, muito bom, sabe? Foi através do projeto dele que a gente começou a ser levantado. Através dele que a gente se levantou, deu um grande pulo, né? A família começou a ter renda, condições melhor, né? (ENTREVISTA A B.P, 2024).

A partir da ajuda dos projetos que foram mencionados a comunidade foi avançando. Uma grande conquista com a certificação de produção orgânica certificada pela Rede EcoVida, e a entrada da comunidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Quando perguntado sobre os eventos que marcaram a memória durante o tempo que viveu na comunidade, Seu A.B.P destaca um momento bastante emblemático:

E a primeira roça quem fez fui eu e outro meu amigo que foi embora. Foi o primeiro plantio. A S. foi junto, e a V. Fomos nós quatro. Fomos plantar batata doce. Achei um pedaço lá no Rio, um pedacinho lá. Peguemos. Rocemos na foice. Mexemos tudo na enxada. Fizemos um pedacinho grande. Foi a primeira entrega que fizemos pra merenda escolar! Quando pegamos dinheiro também ficamos alegres. Foi a primeira entrega que nós fizemos. Foi o primeiro dinheiro que nós pegamos, e deu pra fazer uma compra boa ainda! Haha (ENTREVISTA A B. P, 2024).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é acessado pelos moradores do acampamento desde 2009, por meio da prefeitura municipal, e o PNAE municipal em 2011. As entregas são realizadas mediante as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos agricultores. O acesso ao PNAE estadual foi obtido por intermédio da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) (FACCO, 2015).

Em relação a eventos que marcaram a memória das pessoas desde o início da organização do acampamento, o contato com a Universidade Federal do Paraná também foi citado.

Alguns momentos daquela época marcaram a vida da gente, onde a gente analisou muita coisa, que a gente aprendeu muita coisa né dentro da situação que tava imposta para a gente. Mas teve muitas outras né que que marca a vida da gente. O primeiro encontro da Universidade do litoral, o primeiro encontro da Universidade de Curitiba Federal do Paraná são momentos marcantes (ENTREVISTA L S. O, 2024).

Dona L.S.O conta que a presença de professores e docentes da universidade na comunidade ajudou a fortalecer o senso de confiança entre os acampados. No início do acampamento a coletividade estava aprendendo sobre o movimento dos trabalhadores sem terra, que era constantemente apresentado nas mídias de modo depreciativo. O diálogo com acadêmicos e militantes foi primordial para compreensão e enfrentamento dos preconceitos sofridos.

A gente foi chamado para uma mesa dentro da Universidade né com boné, com chapéu, com bandeira do Movimento Sem Terra. Nossa, para nós é um momento assim de orgulho.. são os momentos que marcou na nossa vida na minha vida assim né é de você estar dentro dessas instituição de ensino né, porque nós nunca imaginava estar na universidade, tipo um filho meu está estudando na universidade, e agora eu tenho meu filho mais velho que ele é formado pela ELA né na Lapa é formado em agroecologia. (ENTREVISTA L S. O, 2024).

A seguir serão apresentadas a trajetória de vida de quatorze moradoras e moradores da Comunidade José Lutzenberger. Os relatos foram colhidos ao longo do período em campo.

As pessoas e suas histórias

Dona M.P.S é a mais velha dentre as pessoas da comunidade. É uma senhora negra, de 82 anos. Seus pais vieram de Minas Gerais para o norte do Paraná, quando ela ainda era bebê, para trabalhar nas grandes fazendas de café. Seus pais trabalharam a vida toda no campo, como colonos. Ela relata o que lembra da sua infância, e do controle exercido pelos grandes fazendeiros.

Tinha que se obedecer aos fazendeiros, tinha o sino, né? Batia o sino pra 5 horas da manhã pra levantar. Aí, quando era 6 horas, batia o sino, que era a hora de ir pro serviço. Pra trabalhar. Aí, chegando na hora do almoço, era 9 horas do almoço, batia o sino, que era a hora de estar almoçando. Assim, sabe? Tudo controlado. Então, foi uma vida dura pros colonos, pros pobres, foi muito difícil, né? Onde era longe, assim, ficava aqueles fiscal, né? Controlando o povo nas lavouras, apitando, buzinando (ENTREVISTA M.P.S, 2024).

Este relato evidencia a estrutura escravista que se manteve nas fazendas. A agricultura brasileira historicamente se estrutura a partir da propriedade monocultural e do trabalho escravo, regime que se estendeu mesmo após o fim do período colonial. Uma das formas de acesso a terra se dava na moradia das famílias no interior das fazendas em pequenos sítios em que podiam cultivar alimentos para sua subsistência. O trabalhador, ou “colono”, no entanto, era obrigado a trabalhar na cultura principal,

geralmente cana de açúcar ou café, recebendo ou não um pagamento complementar (WANDERLEY, 2015).

Nos interstícios destes latifúndios, em espaços que escapavam à ocupação dos senhores, eram usados produtivamente de distintas formas, por pequenos agricultores camponeses. Estes espaços, estas “frestas” resultam das estratégias de resistência camponesa, em resposta ao domínio dos grandes senhores e da sua capacidade de criar brechas para uma agricultura de base familiar e comunitária. (WANDERLEY, 2015).

Segundo M.P.S, seu pai conseguiu comprar um pedacinho de terra em Altônia, município localizado na fronteira com o Paraguai no ano de 1957 ou 1958. “Estavam abrindo Altônia”. Ela viveu nesta cidade por anos com a família e foi lá que se casou e teve seus primeiros filhos. Sua família continuou crescendo e trabalhando no campo. Quando seus filhos ainda eram pequenos seu sogro foi visitar Antonina e foi chamado pra trabalhar numa fazenda. Ele gostou da região e resolveu se mudar com toda a família. Dona M.P.S conta que ela viajou de mudança sem conhecer o local, e que se tivesse visitado anteriormente jamais teria se mudado com as crianças pequenas.

Depois, ele veio aqui, gostou. Mas, eu não vim ver o lugar. Porque, acho que se eu tivesse vindo, eu não tinha vindo pra cá com as crianças. Não, menina, era muito triste! Aí, ele veio. Passou a tomar conta de trabalhar numa fazenda. E, chegou, não era aquilo que era, viemos num casarão velho, caindo. E, aí, o dinheiro que a gente tinha gastou ali. E, ficou naquilo ali. Aí, foi trabalhar pros outros. Hoje aqui, amanhã ali. Por dia, né? Eu deixava os pequenos com os maiorzinhos. E ia trabalhar com ele em roçada. Derrubar mato, fazer cerco pra gado.. Serviço que eu nunca tinha feito eu tive que fazer (ENTREVISTA M.P.S, 2024).

Depois de anos trabalhando desta forma, a família de Dona Maria conseguiu comprar um terreno no Rio Pequeno e construir uma casa, que foi levantada a muitas mãos com ajuda dos filhos.

Aí, foi o tempo que a gente conseguiu. Abriu esse pedacinho aqui. Que era tudo mato. Abrimos só o lugar da casa. Aí, fizemos a casa. Aí, mudemos. Aí, mudemos a casa de lá. Da onde que é. Com as madeiras que prestava. Aí, fizemos uma casinha aqui. Aí, os filhos que vêm fazer, né? Vêm um ajudou. Ajudou. Conseguiu fazer a casa. Aí, a gente foi conseguindo. Batalhando, batalhando. Mas, foi sofrido. Aí, a gente conseguiu, né?

Desde os primórdios da colonização, os camponeses apresentavam uma trajetória marcada pela mobilidade constante, assumindo um caráter itinerante e transitório. Submetidos às exigências da economia colonial, eram frequentemente expulsos das terras que ocupavam, sendo forçados a migrar sempre que os senhores de engenho necessitavam expandir suas lavouras. Esse processo intensificou a remoção sistemática desses trabalhadores, tornando a migração não apenas uma imposição, mas também uma estratégia de sobrevivência e resistência diante da concentração fundiária (BERGAMASCO, 2017).

Alguns camponeses conseguiram se estabelecer temporariamente em terras ocupadas, adotando o regime de “posse”, caracterizado pela exploração agrícola sem a propriedade formal. Outros, no entanto, seguiam em busca de um pedaço de terra, enfrentando longos períodos de luta e deslocamento até conseguirem se fixar definitivamente.

Já fazem 47 anos que M.P.S se mudou para Antonina. Ela teve doze filhos e alguns deles continuaram vivendo na região. Alguns de seus filhos estiveram junto do movimento de resistência no Rio Pequeno que gerou o acampamento na beira da estrada e depois na Fazenda São Rafael, que deu início à Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

Dona L.R.S tem uma trajetória de vida que se assemelha a de Dona M.P.S e de outros moradores da comunidade, marcada pela vida familiar no campo, pelas migrações e pelo trabalho na terra desde muito cedo. Dona L.R.S é uma mulher negra de 63 anos, também tem pais mineiros, que migraram para o Paraná. Ela foi a primeira filha e nasceu em Barbosa Ferraz.

Quando ela ainda era pequena sua família se mudou para o Paraguai, na crença de que teriam acesso a terras melhores e prosperariam naquela região. Mas não foi o que aconteceu. Seu pai faleceu no ano seguinte e a família enfrentou grandes dificuldades. Sendo ela a irmã mais velha, precisou trabalhar desde os dez anos de idade para ajudar a sustentar seus irmãos. Sua mãe cuidava da roça e ela e seu outro irmão trabalhavam fora.

E ainda nós, naquela época, nós mudamos para lá, nós não tinha recurso. Fomos com a cara e a coragem. O que a gente levou tinha acabado tudo. Então a gente trabalhava para as pessoas que já moravam lá mais tempo e trazia o dinheiro, comprava o que estava faltando, e ainda tinha que pagar as escolas dos dois, porque a gente já estudava um pouco. Eu estudei lá até a quarta série, só isso. Porque daí tinha que deixar os outros que era mais novo, né? (ENTREVISTA L.R.S, 2024).

Onde eles viviam no Paraguai não tinham acesso a escola pública e por isso eles trabalhavam a mais para que as crianças menores pudessem estudar. Dona L. conta que conseguiram sobreviver graças a ajuda de uma tia que morava próxima os ajudaram nos momentos mais difíceis.

L.R.S ficou no Paraguai até a vida adulta. Conheceu seu marido e se casaram em Foz do Iguaçu. Depois de alguns anos, se mudaram para Curitiba. Dona L. já trabalhou na cidade como empregada doméstica, mas a maior parte de sua vida foi trabalhando no campo. Ela chegou ao Rio Pequeno em meados de 2003, quando as pessoas ainda estavam acampadas na estrada e foi morar numa das primeiras casas no interior da antiga Fazenda São Rafael.

Dona L.R.S decidiu morar na comunidade sozinha. Quando chegou não tinha luz elétrica e nem água encanada, ela trabalhou duro para limpar o lote e iniciar a

produção. No começo, seu marido e filhos vinham visitá-la aos fins de semana. Eles passaram alguns períodos morando lá e outros em Curitiba. Atualmente seu filho mora com ela e ajuda no trabalho na roça. L. é a agricultora que mais produz e entrega alimentos para a merenda escolar através do projeto PNAE.

C.R.S também é um dos moradores mais antigos da Comunidade, e também tem uma história repleta de trabalho duro e perdas. É um homem de pele negra, com traços indígenas, e atualmente tem 53 anos. Ele nasceu em Curitiba, na área rural, mas ficou lá por pouco tempo, porque seus pais faleceram quando ele tinha cinco anos de idade. Ele e seu irmão mais novo foram viver em São Paulo, com pais adotivos. C.R.S aprendeu a lida na roça com eles, e teve que trabalhar desde criança.

Eu tenho sangue de índio, sangue guarani, meu padraсто era índio também. aquele se deixasse morava no mato já, nem pra casa num vinha. A gente saía pra caçar, andava, 30, 40 quilômetros pra caçar, e nosso ganha pão também era juçara, cortar palmito, pra sobreviver. Minha mãe que me criou era curandeira, parteira, fazia remédio, curava as pessoas. Eu gosto mesmo do mato, fui criado no mato, estudei muito pouco, quatro anos de estudo só (ENTREVISTA C.R.S, 2024).

C.R.S trabalhou em muitas fazendas, mas teve poucos trabalhos registrados na carteira de trabalho. Quando ele veio para o Paraná com a companheira da época, chegou em Antonina e trabalhou como catador de recicláveis por alguns meses até conhecer o movimento dos acampados na beira da estrada do Rio Pequeno. “Trabalhei pouco tempo fichado, muito pouco tempo, só uns 7 anos. Só em fazenda também, depois nunca mais consegui trabalhar fichado, e agora só na luta”.

Depois de quinze anos vivendo na comunidade, C.R.S se mudou com a companheira para outro acampamento do movimento dos trabalhadores sem terra. Depois de se separar da companheira ele retornou para Comunidade José Lutzenberger e iniciou uma nova área de plantio. Como sua roça é recente, atualmente ele realiza serviços em outras propriedades do entorno.

Dona L.M.A.R também é uma das mais antigas moradoras da Comunidade, assim como as pessoas apresentadas anteriormente ela foi criada na roça. Ela é uma mulher de 63 anos de pele parda. Ao contar partes de sua história, ela frequentemente se emociona, ao lembrar episódios de sua vida, as dificuldades que enfrentou, os medos que superou e o orgulho que sente na vida que construiu na roça como ela sempre desejou.

Nasci no sertão, no meio do mato, trabalhando na lavoura com meus pais. E aí, nós somos seis irmãs, né? Depois que eu perdi o meu pai, a minha mãe tentou voltar para nossa terra, trabalhar na terra. E não conseguiu. Então, eu tinha aquele sonho de voltar a fazer tudo o que meus pais faziam. Eu sempre tive aquele sonho de voltar às origens dos meus pais, do jeito que eu fui criada. Não importava com quanto de idade eu ia estar. Não, eu nem pensava nisso (ENTREVISTA L.M.A.R, 2024).

L.M.A.R nasceu numa cidade chamada Reserva, no interior do Paraná. Ela e sua família precisaram se mudar para Curitiba. Na capital paranaense ela se casou e teve seus dois filhos. Trabalhou por anos em diversos empregos, na limpeza, em restaurantes, e também como babá.

L.M.A.R chegou ao acampamento quando os companheiros já estavam na fazenda, em 2005. Algumas casas já tinham sido construídas e haviam lotes disponíveis para quem estivesse disposto a se unir à luta. Ela relata a história de quando conheceu a comunidade muito emocionada. Na época ela havia perdido seu pai a pouco tempo, e estava num quadro depressivo bastante sério, afastada do trabalho, reclusa em casa e fazendo tratamento com muitos medicamentos.

Por conta da situação em que se encontrava, isolada de qualquer convívio social, suas irmãs resolveram fazer uma intervenção e decidiram levar ela na casa de uma parente em Antonina. Dona Lourdes falava pra todas as pessoas que para ela sair daquela situação só haviam duas possibilidades “Ou nosso Deus se compadecer do meu sofrimento e me tirar desse mundo, ou então ele põe um pedacinho de terra na minha mão pra eu voltar a fazer o que eu gosto, de mexer com a terra, de plantar.” E foi exatamente o que ela contou pra Maria, a parente que foram visitar.

Ao ouvir tal declaração, Maria disse que no dia seguinte ela a levaria num lugar em que ela receberia um pedaço de terra. E assim aconteceu. Dona L. desacreditada, foi levada à Comunidade, onde lhe deram a oportunidade de escolher um lote. Ela conta que viu uma área com uma palmeira real e cinco pés de colorau floridos e teve certeza, em seu coração, que era o seu lugar. Ela emprestou uma foice e um facão e nos dias seguintes limpou todo o lote, determinada a se mudar o quanto antes.

Eu falei assim, eu vou juntar minhas coisas, vou chegar lá embaixo, vou pedir umas tábuas, uns pedaços de lona e eu vou embora, e aí, já tinha morado uma pessoa no lote, então tinha um quadradinho de piso, né, e tava, ainda tava perfeito, mas era um quadradinho, menina, resumindo, eu peguei e falei com o meu ex cunhado, e eu vim pra cá, assim, eu vim com três telhas todas furadas, eu vim com 16 tábuas, eu acho uns quatro caibros, e foi com o que eu vim pra cá. Daí claro que a gente chegou aqui, a gente teve ajuda dos companheiros, um deu uma tábua, outro deu, a dona L. lá ajudou bastante, a V, daí o J, todos eles aqui, cada um deu alguma coisa, a gente, resumindo, a gente montou ali, uma peça, ali eu dormia, eu cozinhava, e aí eu já fiz um fogão de barro, eu mesmo fiz um fogão de barro, e aí, daí foi, daí a gente foi pra ser apresentado, né, e aí tipo assim, foi rápido assim, eu tinha aquela pressa de ir embora, sabe? (ENTREVISTA L.M.A.R, 2024).

A agricultora passou por diversas adversidades devido a situação de seu ex - marido, que teve sérios problemas com o alcoolismo. Atualmente ela vive sozinha, e recentemente conseguiu conquistar a sua tão merecida aposentadoria.

Seu A.B.P é um dos moradores mais antigos, e um dos que ficou acampado na beira da estrada junto das outras famílias no início de todo o movimento. “Da estrada fui o único herdeiro que fiquei. Na estrada o único que sobrou, fui eu. O resto

foi tudo embora. ” Ele é um senhor de pele branca e 56 anos. Seu A.B.P nasceu em Santa Catarina, na cidade de Joinville, mas se mudou ainda criança para Curitiba. Foi criado no campo, largou os estudos para ajudar sua mãe e seu avô na roça, e quando adulto trabalhou alguns anos numa firma de Curitiba. Ele conta que já conhecia a área desde a década de 1970 porque seu avô tinha um pequeno sítio às margens do Rio Pequeno.

Vim para cá, porque essa área do Rio Pequeno, aqui mesmo, eu conheço desde 1975. Do meu avô. Aqui não existia nada. Existia aqui dentro dessa área, quatro moradores. Com meu avô, só que tinha. Então, depois que começou a evoluir, que as estradas que você terminava e saia do asfalto para cá, só vinha de burro ou aquelas toiotas antigas, bandeirantes que se chamava. Só o que tinha, nada mais. Porque aqui era só uma rota de palmitero. Antigamente tinha muito palmitero e tinha uma firma chamada Ibel. E essa firma, ela tirava o palmito e fazia reflorestamento dentro da área do mato mesmo. Aí, isso acabou. (ENTREVISTA A.B.P, 2024).

Ele foi convidado por um amigo para se juntar ao acampamento e na época nunca tinha ouvido falar no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Seu amigo explicou do que se tratava e ele foi um dia visitar o acampamento. Ele conta que se assustou com toda aquela gente vivendo em barracas de lona preta embaixo do sol forte, mas ficou uns dias, e resolveu se unir à luta.

Dona V.A.S é a ex-companheira de A.B.P, ela é uma senhora de pele branca, cabelos lisos e grisalhos e olhos grandes de um azul intenso. Nascida em Francisco Alves, cidade paranaense na divisa com o Paraguai e o Mato Grosso do Sul, ela se mudou para Curitiba, com seus pais, que eram de São Paulo.

Dona V.A.S e seus pais sempre trabalharam como “chacareiros”, cuidados da propriedade de outras pessoas. Ela estava morando em São José dos Pinhais numa destas propriedades, quando se mudou para Antonina com seu marido da época. Seu marido não contou a ela que se tratava de um movimento dos trabalhadores sem terra, ele disse a ela que era um loteamento do governo.

Eu já morava aqui só que tinha um outro acampamento lá embaixo, depois daquela pontinha, aquela primeira ponte tinha outro acampamento aqui, aí era bastante gente, era 90 pessoas. Tinha até gente lá pra cima. Na verdade eu nem sabia que era o movimento, foi meu ex-marido na época que veio na frente, que daí ele construiu a casa que era ali uma casinha bem pequenininha, mas eu não sabia que era movimento, meu ex marido falou que tá desenvolvendo o município, mas não era, eu na verdade vim enganada, mas quando eu vi a bandeira aí meu coração bateu forte eu falei: é aqui mesmo. Daí eu me encontrei, tanto é que um ano depois ele foi embora e eu fiquei. (ENTREVISTA V.A.S, 2024).

V.A.S se identificou com o movimento de luta pela terra, porque ela trabalhou a maior parte da vida em fazendas, sem nunca ter tido acesso à posse de uma terra, assim como seus pais. “Apesar de não ter nunca participado, eu nunca tive preconceito, né. Eu acho que luta é luta, tanto faz assim se é urbana, porque se a

pessoa ficar sempre acomodado nunca vai mudar né então tem que ter luta pra mudar”.

Ela se lembra da dificuldade do início, porque a Fazenda era tomada de braquiária, e assim como os outros participantes da pesquisa, ela ressalta que no início todo o trabalho foi feito na enxada e na foice. Atualmente ela vive com sua filha e seu neto e cuida de seu lote produtivo agroecológico que demanda muita dedicação.

Dona L.S.O, é filha de outra moradora, que já foi apresentada nesta seção. Ela tem 57 anos de idade e nasceu no norte do Paraná. Ela tem memórias da infância, do nascimento e da criação de seus irmãos junto aos cafezais no interior do estado.

Eu lembro lá no Norte do Paraná na cidade de Altônia, a minha mãe e o meu pai ia para roça e já era cafezal que eles mexia né. E daí ele amarrava a rede na roça, entendeu, daí os menor dormia na rede, no balaio, então a gente nasceu bem dizer, eu falo que a gente nasceu debaixo de um pé de café, né, porque nós todos os filhos da minha mãe, sete filhos que ela teve, nasceram tudo em casa, nada no hospital né, nós nasceu embaixo de um pé de café. (ENTREVISTA L.S.O, 2024).

L.S.O chega ao Rio Pequeno com a família quando ela tinha nove anos. Nesta região ela cresceu, casou, e teve seus dois filhos. Ela e seu irmão J. se tornaram referências e lideranças na comunidade e no movimento de resistência enfrentamento aos fazendeiros.

A gente sempre foi oprimido assim pelos fazendeiro né e a gente sempre brigou de frente à frente, né, a gente nunca corria de uma peleia assim né, vamos dizer, mas a gente já tinha antes de chegar a bandeira do Movimento Sem Terra, a gente já tinha essa essa divergências com os fazendeiro e posseiros e tudo mais (ENTREVISTA L.S.O, 2024).

Dona L. mora com seu marido. Seus filhos já estão crescidos e um deles continua morando na comunidade, com sua esposa. A história de sua família se mistura à história do Rio Pequeno e da Comunidade José Lutzenberger.

E tipo assim eu me conheço eu nunca saí nunca morei na minha vida na cidade. Toda vida no campo, né. E então me considero uma agricultora, sou aposentada já né pela agricultura, né, então minha vida toda não tem nenhuma pretensão de morar em outro lugar, mais sossegado que aqui não existe, a não ser que tenha uns pega pra capar, mas todo lugar tem né. Mas não tenho nenhuma intenção de um dia né tá fora daqui. (ENTREVISTA L.S.O, 2024).

Os relatos acima descrevem brevemente a trajetória das pessoas que estão a mais tempo na comunidade, e de idades mais avançadas: Estes camponeses contam histórias repletas de intercessões, trajetórias cheias de dificuldades e privações, em que a maior semelhança é a relação com a terra. Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2008) há uma íntima relação entre cultura e natureza permeando os saberes e experiências transmitidas de geração em geração dos povos do campo. E, nas

práticas agroecológicas, esta relação está centrada no manejo do solo, das águas e das plantas que servem ao consumo e à reprodução das famílias.

A Comunidade José Lutzenberger é composta por muitas pessoas que vêm no trabalho com a terra um resgate dos costumes, hábitos e valores que aprenderam na infância. Em todas as narrativas, a necessidade do afastamento do campo para buscar por melhores condições na cidade é expressa com um sentimento de perda.

Para Bell Hooks (2022) abandonar o passado na zona rural significava abandonar culturas de pertencimento e de comunidade baseadas no compartilhamento de recursos em favor de uma cultura de individualismo liberal. Ao retratar a vida de seus antepassados na zona rural, Hooks afirma que o afastamento da zona rural, que aconteceu ao longo da história, foi um duro golpe na psique coletiva dos camponeses, pois significava abandonar o vínculo com a terra e comunidades baseadas no compartilhamento de recursos e valores comunitários.

Martins (2003) evidencia como a valorização econômica das terras no Brasil, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, contribuiu para o desarraigamento das populações do campo. Esse processo resultou no rompimento de laços comunitários que eram sustentados por redes de convívio e habitação, elementos que garantiam sua fixação territorial. Com essas mudanças, os trabalhadores rurais passaram a ser vistos como resíduos sociais, carregando fragmentos de sua cultura em um mundo instável e desconhecido, para o qual não tinham ferramentas nem habilidades de adaptação.

Então, quando eu me deparei com isso aqui, que eu vim, que eu fiquei bem, vou falar assim pra você, quando tem as rodas de conversa e eu choro lá, quando eu tô falando de como eu vim pra cá, como que é a minha vida, quando vocês verem eu chorando lá, na hora que eu tô falando, **é pela minha família, é porque que bom seria se a gente tivesse tudo junto aqui, fazendo a mesma coisa que eu faço, e aí é a hora que eu lembro muito do meu pai.** (ENTREVISTA L.M.A.R., 2024).

Dessa forma, surge a essência genuína de suas reivindicações. O desejo pela terra e pela habitação traduz-se numa busca pelo restabelecimento do pertencimento e pela reconstrução dos vínculos comunitários. Esses anseios inserem os camponeses em processos de mobilização social. Os trabalhadores, muitas vezes submetidos a trabalhos precários e sazonais, se alinham à luta pela reforma agrária” (MARTINS, 2003).

Os fortes vínculos de identidade e reciprocidade entre os camponeses e a natureza historicamente geram estruturas de acesso partilhado aos recursos naturais. E isso se destaca em muitas regiões do país. A reivindicação dos movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, visa o desenvolvimento de um projeto camponês construído em torno de três principais características: autonomia, cooperação e

qualidade de vida. Tais noções se opõem diretamente a características do modelo neoliberal em vigor: dependência, concorrência e exploração (SABOURIN, 2009).

No contexto dos assentamentos brasileiros, Farias (2007) afirma que muitas famílias redefinem suas trajetórias se baseando na memória que tem de um passado no campo, que foi marcado por uma proximidade da natureza, relações solidárias e também por uma forte religiosidade, ou um sistema de crenças muito atrelado à terra. Historicamente o campo era cenário de relações familiares estruturadas pela vida em torno da terra, onde também se valorizavam relações de amizade e manifestações culturais diversas. (FARIAS, 2007).

S.W.S (39) é uma das coordenadoras da comunidade e um dos rostos mais conhecidos por lá, porque ela é responsável pela comunicação da comunidade com as organizações externas. Ela está sempre presente nas visitas das turmas das universidades e nas reuniões com diversas outras instituições. Ela conta que quando era criança seus pais foram convidados a conhecer um acampamento do MST localizado na cidade de Ponta Grossa, e resolveram se juntar ao movimento. S. lembra claramente dos processos que se seguiram após sua chegada ao local, a ocupação de uma grande fazenda e a repressão policial que vivenciaram na época.

Após esta primeira experiência na luta pela reforma agrária, sua família precisou sair de lá porque não tinham acesso à escola, e se mudaram para outra ocupação, mas dessa vez urbana também na cidade de Ponta Grossa. S.W.S morou na cidade até a idade adulta, e aos 19 ela engravidou. Ela decidiu então se mudar com a bebê pequena em busca de melhores condições de vida. Sua família também se mudou com ela para Paranaguá. Seu pai e ela trabalhavam fora e sua mãe e irmã cuidavam da sua filha e de seu irmão mais novo. Ela trabalhava num restaurante e passaram muitas dificuldades para sobreviver. Nesta época seu pai tinha um amigo que falava sobre o Rio Pequeno e o acampamento que tinha se estabelecido por lá.

S.W.S se mudou para Blumenau para trabalhar numa malharia e enviava dinheiro a sua família, até que seu pai foi ficando com a saúde debilitada e faleceu. Pouco tempo após esta perda a família enfrentou outra tragédia e teve a casa incendiada. Sara conta que foi um período de muita tristeza e muita insegurança longe de sua família. Ela conseguiu retornar para Paranaguá e quando retornou decidiu procurar aquele amigo de seu pai que contava sobre a comunidade do Rio Pequeno. Num sábado, ela e sua mãe pegaram o ônibus em Paranaguá e foram até Antonina para conhecer a comunidade.

Sábado a gente veio, que deu certo a gente veio aqui e foi muito legal, porque quando a gente chegou tava tendo uma formação, sabe. Tava tendo como se fosse ontem, assim, uma coisa bem movimentada, as meninas tavam cozinhando, cozinham bastante comida. Aí a gente ficou ali na formação que tava encerrando, teve noite cultural, teve janta, teve baile, teve tudo isso nesse dia que nós chegamos (ENTREVISTA S.W.S, 2024).

S.W.S conta que assim que chegou na comunidade ela se encantou com o movimento e com o lugar, especialmente o rio. Ela realmente se mudou pouco tempo depois, com seus dois filhos pequenos. Através do movimento ela teve oportunidade de cursar Pedagogia da Terra, curso de graduação ofertado pelo PRONERA, em Cascavel. Após o curso ela foi convidada pelo setor da educação para atuar na Secretaria Estadual do Movimento em Curitiba. S. tem 39 anos agora, na época que ela chegou a comunidade, em 2005 ela tinha 20 anos.

V.B é um homem indígena, nascido em uma aldeia guarani Kaiowa, em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Ele tem 47 anos. Atualmente ele vive com sua esposa na comunidade e é o responsável pela gestão administrativa e contabilidade da Associação Filhos da Terra, a associação de agricultores da comunidade. Ele conta que pouco tempo depois do seu nascimento seus pais tiveram que sair da aldeia.

As áreas indígenas também foram diminuindo. Daí a minha família saiu pra trabalhar em fazenda também, saiu da aldeia. Daí a gente rodou, moramos um tempo lá em Mato Grosso, e por último a gente morava em Guaíra, numa ilha ali. Isso antes de entrar no movimento social. A gente morava numa ilha ali no rio Paraná, só que quando a Itaipu fechou ali, começou a alagar. E daí a gente foi retirado daquela ilha também, né? A gente foi colocado numa cidade de Guaíra, numa vila que tinha lá um conjunto habitacional, né? Ficamos lá um tempo até ser uma área liberada aqui em Castro, né? Na Amapã. Era uma área do governo. Então a gente veio pra lá, pra cá. (ENTREVISTA V.B, 2024).

V.B destaca que no novo território vieram comunidades indígenas, pescadores e o movimento dos trabalhadores sem terra, movimento que estava nos primórdios de sua formação em 1984.

Daí a gente já entrou na questão do município social. Ali começou o movimento, já tinha o movimento sem terra. Ali dentro dessa área veio movimento sem terra, indígenas e pescadores. Nossa, que vieram todos do Mato Grosso. Não, vieram um pouco de Guaíra, um pouco de Medianeira, um pouco de Porto Rico, parece um negócio assim. Veio uma galera, sabe? Então foi em 84 que a gente veio pra Guaíra. Depois eu estudei um pouco lá, já dentro do movimento. Tava iniciando o movimento, que na época era em 84 que o movimento também nasceu. Então tava bem no início. (ENTREVISTA V.B, 2024).

Nos anos 1990 ele entrou para um Seminário em Irati e estudou sete anos para ser padre. Saiu do seminário e estudou filosofia por alguns meses em Ponta Grossa. Valdir casou em 1997 com Liane, companheira que mora com ele na comunidade atualmente. Em 2003 ele foi convidado pelo MST para trabalhar no setor da educação, e ele atuou como professor. Depois desta experiência, ele trabalhou alguns anos numa empresa privada em Castro, e em 2008 começou a estudar na Universidade Federal do Paraná.

Em 2008 surgiu a política de cotas. Mas não a cotas, era uma diferenciada porque são indígenas, né? O governo do PT tinha criado, né? Daí em 2008 eu entrei. Fez vestibular onde só participam indígenas, sabe? Só indígenas que participam. E eu passei. (ENTREVISTA V.B, 2024).

V.B vai estudar em Curitiba no curso de Engenharia ambiental, ele relata que teve muitas dificuldades para se adaptar a cidade e a universidade. Até que ele conhece um professor que o convida a conhecer o setor litoral da universidade, em Matinhos. Valdir visita o setor, conhece os professores e decide trocar de curso e ingressar na Gestão Ambiental.

Em julho de 2008 eu vim pra Matinhos fazer o curso de gestão ambiental. Logo após eu já soube dessa área aqui, dessa comunidade aqui. A primeira pessoa que eu conheci foi o Jonas, em 2008, lá na faculdade mesmo, né? Daí eu sempre vinha pra cá. Todas as vezes em saída do campo. Eu sou indígena, mas eu me identifico mais com o movimento sem terra do que com o movimento indígena. Daí, em 2008, eu comecei o curso. Em 2012 eu terminei. O meu TCC foi aqui, né? Eu fiz um estágio pelo INCRA, aqui mesmo, sabe? E sempre teve esse convite do Jonas também, né? De vir morar pra cá. Mas eu nunca pensei em vir morar. Eu sempre vinha pra cá passear. Vinha nos projetos. (ENTREVISTA V.B, 2024).

Depois de formado, V.B retorna a Castro e trabalha na mesma empresa que já havia trabalhado anteriormente, dessa vez na área do saneamento. Após alguns anos, em 2015, ele e sua esposa sentem falta do litoral e se mudam para Paranaguá, onde ele trabalhou na agência de saneamento da cidade, como operador de de tratamento de resíduos, sendo promovido para supervisor. Durante todos estes anos ele nunca perdeu o contato com a Comunidade José Lutzenberger, e em 2022, ele e Liane decidem se mudar para a comunidade e se assentar. Valdir veio para trabalhar na Associação Filhos da Terra, sendo responsável pela área financeira. Ele destaca que sua chegada não foi por necessidade, mas por escolha.

Esta seção tem a intenção de abordar a trajetória e atuação dos moradores mais jovens da Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger descrevendo as trajetórias destes atores antes de sua chegada ao assentamento, sua atuação em diferentes frentes de trabalho e em diferentes projetos em articulação com outros assentados e instituições. E ainda trazer um panorama dos principais projetos que vêm sendo desenvolvidos atualmente na comunidade, e as perspectivas futuras para este território, através do relato de planejamento e sonhos desses atores sociais.

A categoria jovem vem sendo abordada no âmbito dos estudos rurais, escolhemos aqui abordar a juventude como um conceito que abrange mais do que uma faixa-etária específica, conforme Castro 2009. Abordaremos neste capítulo a história dos assentados que tiveram acesso ao ensino superior, com destaque ao Pronera, e como esta formação e profissionalização tem impactado o trabalho coletivo da comunidade, em diferentes setores.

Atualmente residem na comunidade sete pessoas que estão dentro da faixa etária de dezoito a **trinta e cinco anos**. Dentro desse número, três são filhos de assentados antigos da comunidade, e os outros cinco são de pessoas que vieram de outras localidades, e podem ser considerados recém chegados.

Esta parcela de moradores não é majoritária, mas tem atuado em diversas frentes dentro da comunidade, nas atividades produtivas e principalmente fora das áreas produtivas, na organização da associação, na execução de demandas administrativas, de transporte, ações referentes a agroindústria, na operação de máquinas, aparelhos tecnológicos, na articulação com instituições externas à comunidade, na recepção dos visitantes, na comunicação e na elaboração de novos projetos e na consolidação de novas parcerias.

Portanto, destaca-se a chegada destas pessoas, e a presença delas para o fortalecimento da comunidade no geral. Abordaremos as trajetórias destas pessoas, e suas visões e motivações em relação a comunidade a qual pertencem, tecendo estas narrativas de vida vinculadas a reforma agrária popular.

F.A.S é uma das mais jovens da comunidade. Ela tem 29 anos e foi morar na comunidade há três anos. Diferente dos outros moradores apresentados anteriormente, ela não veio de uma família de agricultores. Nascida em Antonina, ela morou em Matinhos e Guaratuba e depois retornou para sua cidade natal. F.A.S morava num bairro rural de Antonina, mas sempre trabalhou na cidade. Ela é mãe de três filhas pequenas e se mudou para o assentamento para viver junto do companheiro, que é filho e neto de outras companheiras citadas anteriormente.

Na comunidade F.A.S não trabalha diretamente na agricultura, mas atua em diversas outras atividades necessárias à Associação. Ela trabalha na cozinha, preparando as refeições para os visitantes, sejam turmas das universidades ou outras equipes. O trabalho na cozinha é revezado entre algumas moradoras. F.A.S também ajuda no processamento de alimentos na agroindústria, e faz a colheita e a pesagem da produção de outra agricultora, a avó de seu companheiro.

Recentemente, a assentada fez o curso de trator agrícola e o de motoniveladora, e passou a operar o trator da comunidade. Essa é a atividade que ela mais gosta e pretende continuar se dedicando. Numa das vezes que estive lá pude presenciar ela dirigindo o trator com uma de suas filhas pequenas no colo.

A principal atividade que ela e seu companheiro se dedicam para geração de renda é a produção artesanal de cachaça. A família de seu companheiro possui um pequeno Alambique e eles são responsáveis pela produção. As cachaças são saborizadas e vendidas na comunidade com o selo da Associação Filhos da Terra. Ela relata ainda não entender muito de agricultura e de agroecologia, mas gostar muito de desempenhar estas outras atividades, principalmente na direção do trator. Ela pretende continuar fazendo cursos e se especializando neste sentido.

R.L.V também é um dos mais jovens da comunidade. Ele nasceu num assentamento da reforma agrária, numa das primeiras ocupações do movimento sem terra, a antiga Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul. Ele morou toda sua vida em assentamento e sempre estudou em escolas do campo.

Depois que ele cursou o ensino fundamental na escola do assentamento ele começou o ensino médio com técnico em Agropecuária no Instituto Educar, curso este com ênfase em agroecologia. Depois do técnico ele fez um intercâmbio de dois anos na Venezuela, trabalhando com a produção de sementes de hortaliças. Voltando ao Brasil ele iniciou o curso de Agronomia também no Instituto Educar, numa turma do PRONERA.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA é uma política pública voltada para a Educação do Campo, instituída pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. É executado pelo INCRA, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, instituições de ensino, universidades, e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (BRASIL, 2016).

Sua execução ocorre por meio de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, além de governos estaduais e municipais. As ações do programa incluem: Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio em áreas de reforma agrária; Capacitação e escolarização de educadores para o ensino fundamental em áreas de reforma agrária; Formação inicial e continuada de professores sem formação em áreas de reforma agrária; Formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional; Curso técnico profissional de nível médio; Formação de nível superior e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. (BRASIL, 2016).

Nos últimos seis anos R.L.V esteve cursando agronomia e desenvolvendo atividades junto ao movimento social. Ele foi convidado pela direção do MST do Paraná para desenvolver algumas atividades na comunidade José Lutzenberger, e passou a frequentar o assentamento nos últimos dois anos.

Foi mais também por uma tarefa do movimento que eu vim para cá. Eles pediram para vir para cá, e aí eu comecei a visitar mais, né? O movimento também organizou esse espaço aqui, essa casa e tal. E aí, foi que eu comecei a conviver mais aqui na comunidade [...] Através do movimento e também por ser uma ideia que eu gostava, né? De trabalhar na floresta, trabalhar em comunidade. Então, eu decidi ficar. Mas, é isso. No começo, foi uma intenção de ir ajudando, né? E construindo a comunidade um pouco mais distante. Mas, daí, como gostei do lugar também, gostei da ideia, daí eu fiquei mais fixo aqui, né? Também precisava uma pessoa mais fixa. (ENTREVISTA R.L.V, 2024).

R.L.V está a dois anos morando na comunidade e atualmente mora com seu amigo Douglas, que foi de sua turma de agronomia. Eles atuam em diversas frentes dentro comunidade, desde a produção, a organização e articulação política, em atividades externas em outras comunidades.

D.D.O chegou à comunidade um ano atrás, no final de 2023. Ele nasceu em Brasília também num assentamento da Reforma Agrária, chamado INCRA 8. Quando ainda era criança ele e sua família se mudaram para a cidade de Formosa em Goiás.

Ele relata que mesmo na cidade sempre tiveram um pequeno lote ao lado de casa para plantio das culturas anuais e hortaliças. Seu pai fazia questão deste contato com a terra, pois toda sua família sempre viveu no campo.

Seus pais não dependiam da roça, tinham outras fontes de renda, seu pai era policial, e sua mãe professora, e eles compraram um lote dentro de outro assentamento chamado Vale da Esperança, em Goiás. Pouco tempo depois Douglas passou no vestibular e foi cursar Engenharia Civil na cidade, enquanto seus pais continuaram no assentamento, eram lideranças religiosas, e se tornaram pastores da igreja do assentamento.

D.D.O passou seis anos no curso, mas nos últimos períodos teve que sair para trabalhar, pois sua companheira estava grávida. Ele retorna ao Vale da Esperança e trabalha no aviário de galinhas caipiras e também no plantio do milho. Até que ele ficou sabendo da seleção de uma turma nova do curso de agronomia com ênfase em agroecologia do instituto Educar. Douglas vai para o Rio Grande do Sul cursar agronomia.

E foi lá no Instituto Educar no Rio Grande do Sul que veio a minha consciência política, né? Que veio a formação do trabalho de base do Movimento Sem Terra. Porque meu assentamento é muito velho lá do Goiás, então ele é descaracterizado a questão da consciência de classe, os termos reforma agrária, termo movimento. É tudo descaracterizado. É velho e não tem uma boa gestão do movimento lá dentro, sabe? Então eu fui entender o que era movimento, o que era reforma agrária na faculdade. No curso de agronomia. E foi quando eu me vinculei organicamente ao movimento. (D.D.O, 35).

No curso ele conhece o R.L.V, e eles trabalham juntos na produção de hortaliças da universidade. Segundo Douglas, eles sonhavam juntos em trabalhar num lugar em que pudessem desenvolver uma produção agroecológica. Depois do convite de Ricardo ele decide se mudar para a comunidade Agroflorestal.

S.S foi uma das últimas pessoas a chegar na comunidade. Ele nasceu na região noroeste do Rio Grande do Sul, no Assentamento de Rondinha, localizado no município de Joia, onde morou até seus 18 anos. Aos 18 ele se casou, e se mudou com sua esposa para outro assentamento na região do Vale do Taquari, onde ele morou por alguns anos e teve uma filha. Como ele sempre viveu em assentamentos da reforma agrária, ele estudou em escola do campo, e participou de formações do movimento desde muito cedo. No Rio Grande do Sul sua família trabalhava com plantio de grãos e principalmente na produção leiteira, numa produção convencional.

S.S cursou ensino médio técnico em Meio Ambiente, e mais velho conheceu os estudos da agroecologia. No seu assentado se utilizava agrotóxicos na produção, mas no espaço de plantio para subsistência ele conta que testava algumas práticas agroecológicas.

Essa coisa do manejo agroflorestal, assim, foi depois. Eu estava mais velho já, com 18, né? E aí eu vi essa questão, essa necessidade da comunidade, de uma forma de produção sustentável, né? Possível de se fazer em comunidades. De se fazer em galera, assim. E aí já tinha essa coisa da agroecologia e tal. E aí a agrofloresta, propriamente dita mesmo, foi através do sistema consorciado do plantio, assim. Aí tinha a hortinha lá, aí começava a ligar o pomar com a horta.. (ENTREVISTA S.S, 2024).

Atualmente S.S tem 27 anos de idade e ele chegou a Comunidade José Lutzenberger através de um convite do seu amigo Ricardo, o qual ele conheceu nos encontros do movimento anos atrás no Rio Grande do Sul.

T.R é companheira de S.S, ela nasceu na cidade de Maringá. Kursou Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Maringá e trabalhou numa rede de escolas particulares na sua cidade. Ela era professora de turmas do 6º até o ensino médio, contudo, sempre foi muito crítica aos métodos de ensino tradicionais.

T.R foi fazer um mestrado na Universidade Estadual de Londrina, em busca de metodologias alternativas de educação, e conheceu uma iniciativa de Pedagogia Waldorf, que é uma metodologia bastante comprometida com a autogestão dos estudantes. T.R foi fazer um curso de Pedagogia Waldorf na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A comunidade de educadores que oferecia o curso estava a vinte anos trabalhando juntos e fundaram uma escola rural, a qual Taise teve a oportunidade de trabalhar como educadora.

E eu fui trabalhar lá no segundo ano da Escola. Foi em 2017. Então foi o meu primeiro contato com o campo, né? Eu sempre morei na cidade, mas da biologia, eu já tinha muito interesse nessa coisa de preservação e tal, né? Eu tinha tido outra experiência. Então lá em Pernambuco, que eu tive essa primeira oportunidade de trabalhar como professora numa Escola Rural, na Jardinagem. Eu nunca tinha trabalhado na Jardinagem na minha vida. E foi bem bom. (ENTREVISTA T.R, 2024).

Esta experiência na escola rural foi transformadora, de modo que a T.R mudou suas perspectivas de vida, e percebeu que o que ela queria para própria vida era viver no campo, construir sua casa e produzir alimento. Ela saiu da escola e foi aprender de forma autônoma sobre bioconstrução e permacultura, e buscou por novas experiências em outras regiões. Ela continuou em conexão com as comunidades da Pedagogia Waldorf e no Rio de Janeiro ofereceu oficinas de compostagem e de construção de brinquedos de bambus. Participava de encontros de professores e passou a prestar consultorias de permacultura.

Depois de três anos no campo, ela retorna para Maringá e dá continuidade a seus projetos e estudos em bioconstrução. Ela fez um curso de agricultura urbana e periurbana no Instituto Federal, e neste curso começa a conhecer a agroecologia. Ela

fazia parte de uma rede de Economia Solidária, e numa das feiras conheceu algumas pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e teve a chance de viajar com alguns representantes do movimento para a Jornada de Agroecologia que aconteceu em Curitiba no ano de 2023.

No início do ano seguinte, ela já tinha em mente que queria se assentar, e conversou sobre isso com um dos diretores regionais do movimento, o João Flávio, que falou para ela sobre A Comunidade José Lutzenberger. Em maio, ela participou da Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA) que aconteceu no assentamento Milton Nascimento, e lá ela, em suas palavras, recebeu “uma dose cavalgar de educação do movimento”.

T.R chega à Comunidade José Lutzenberger em julho de 2024. Mesmo estando a poucos meses no território, ela e seu companheiro Sidimar chegaram somando forças em muitas frentes de trabalho. Eles já estão cuidando de um lote produtivo que estava a anos sem manejo, e estão sempre junto nas visitas da universidade e de outras instituições, participando das reuniões. As experiências prévias que ambos tiveram, fez com que eles se integrassem com facilidade aos processos e aos projetos desenvolvidos na comunidade.

Considerações Finais

A trajetória de luta pela terra que levou à formação da Comunidade Agroecológica José Lutzenberger reflete a resistência histórica do campesinato brasileiro. A marginalização histórica dos trabalhadores rurais e seu perfil migratório são evidentes nos relatos das famílias assentadas, muitas das quais percorreram grandes distâncias até se estabelecerem no litoral paranaense. Os relatos dos moradores evidenciam que a conquista e a permanência nesse território foram possíveis graças ao conhecimento ancestral e à organização coletiva, fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo ambiente e pelo modelo agrícola dominante.

A agroecologia, mais do que um meio de produção, mostrou-se essencial para o fortalecimento da identidade camponesa na comunidade. Ela ressignifica a relação dos agricultores com a terra, promovendo autonomia, preservação ambiental e práticas solidárias que garantem a segurança alimentar e a sustentabilidade. O modo de vida agroecológico reafirma valores de cooperação, partilha e respeito à biodiversidade, consolidando a comunidade como um espaço de resistência e inovação no campo.

Além disso, a chegada de novos moradores, sobretudo jovens atraídos pelos princípios agroecológicos, demonstra que o campesinato continua dinâmico e capaz de se renovar. Esse movimento de renovação desafia o antigo mito do fim do campesinato e ressignifica identidades no campo. Com acesso a novas tecnologias e conhecimentos, essa juventude tem o potencial de fortalecer e expandir o projeto comunitário, promovendo melhorias na qualidade de vida e na sustentabilidade da

região. Diante disso, os moradores da comunidade enxergam um futuro promissor, no qual suas práticas agroecológicas continuarão sendo um pilar de resistência e esperança.

Os relatos sugerem que a comunidade tem potencial para expandir suas práticas e fortalecer ainda mais sua base agroecológica. Dessa forma, a experiência da Comunidade José Lutzenberger evidencia que a agroecologia não apenas viabiliza a produção sustentável, mas também reafirma o campesinato como sujeito ativo na construção de um futuro mais justo e equilibrado.

Referências

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. Bases teóricas para promoção da saúde e resistência camponesa: um novo horizonte metodológico. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe2, p. 345-362, 2022. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kwbjhKHHzCJ6SKfWSPLnvgc/?lang=pt> Acesso em: 22 jan. 2025.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAUER, Márcio André Leal; MESQUITA, Zilá. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, p. 23-34, 2008. <https://www.scielo.br/j/rae/a/8dhWctTNBYDRc45ZYYJXTGf/?lang=pt> Acesso em: 13 jan. 2025.

BORSATTO, R. S. "Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense." Orientador: Profa. Dra. Nilce Nazareno da Fonte. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra. A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária. 2011. 298f.. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola, Área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **REVISTA NERA**, n. 11, p. 33-47, 2012. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1407> Acesso em: 7 jan. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Volumes 28 e 29. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Rio Claro, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: Formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC Ltda, 1999b

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 654p.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 83-92, 2007. <https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdXPgthrfPL4tVP/>

hooks, bell. Pertencimento: uma cultura do lugar. Tradução de Renata Balbino. São Paulo - SP: Elefante, 2022.

LEAL, L.; FILIPAK, A.; DUVAL, H.; FERRAZ, J. M.; FERRANTE, V. L. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 7, n. 14, p. 31-54, 23 mar. 2020. <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9076/7252> Acesso em: 22 jan. 2025.

LOPES, P. R. et al. Tecnologias sociais no litoral do Paraná: Construção de territórios agroecológicos a partir de experiências do MST e do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR. In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). *Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular – Vol. 1*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021. 243p.

MARTINEZ ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. In: **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2009. p. 379-379.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo social**, v. 15, p. 141-175, 2003. <https://www.scielo.br/j/ts/a/38HFFkDhvV7Dqtd4xkmjjm/?lang=pt> Acesso em: 22 jan. 2025.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia MP. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do

Desenvolvimento Agrário, 2017. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e impérios alimentares. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar, 1987.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 2009. <https://hal.science/hal-02840130/document> Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Jairo Hely. IDENTIDADE EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES E NUANCES DE BOAVENTURA, CASTELLS E CUCHE. **Alamedas**, v. 8, n. 1, p. 13-34, 2020.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria editorial, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*, v. 1, p. 474, 2017. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de galinhas, 2010.

WHITAKER, Dulce C. A. Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida. *Cadernos CERU*, São Paulo, Brasil, v. 11, p. 147–158, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75078>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ARTIGO 2

“VIDA AGORA E VIDA DEPOIS”: O FAZER AGROECOLÓGICO EM ASSENTAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ

Suspender o céu é ampliar os horizontes de todos, não só dos humanos. Trata-se de uma memória, uma herança cultural do tempo em que nossos ancestrais estavam tão harmonizados com o ritmo da natureza que só precisavam trabalhar algumas horas do dia para proverem tudo que era preciso para viver.

Ailton Krenak, A vida não é útil. p. 46.

Resumo

Este estudo foi realizado na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, um Assentamento Rural da Reforma Agrária localizado no município de Antonina, no litoral do Paraná. A comunidade é composta por 16 famílias, que compartilham uma área de 228 hectares, aplicando os princípios da Agroecologia em seus lotes produtivos. O objetivo da pesquisa foi analisar as áreas produtivas de alguns desses agricultores, levando em consideração suas práticas e perspectivas relacionadas ao cultivo agroecológico. De natureza qualitativa, a pesquisa utilizou metodologias como caminhadas transversais e entrevistas semiestruturadas. A partir das narrativas dos entrevistados, observou-se que uma parcela significativa dos agricultores que adotam a agroecologia possui uma vivência com a terra desde a infância, reconhecendo em sua relação com o solo um elemento central de sua ancestralidade e identidade. Nesse sentido, a agroecologia é compreendida como um resgate de suas raízes culturais e agrícolas, considerando os aspectos sociais, ecológicos, transpessoais e solidários, além do fator financeiro. O território da comunidade configura-se como um exemplo de ação integrada entre conservação ecológica, movimentos sociais e fortalecimento da autonomia camponesa. Ademais, a aplicação dos princípios da agroecologia nas agroflorestas tem se revelado extremamente produtiva, garantindo uma considerável diversidade de alimentos e assegurando fonte de renda para os camponeses.

Palavras chave: Agroecologia; Agrofloresta, Campesinato; Assentamento; Terra.

Introdução

No contexto da Reforma Agrária, os Assentamentos Rurais desempenham um papel crucial na promoção da segurança alimentar, da justiça social e da preservação ambiental. No Brasil, esses assentamentos têm se consolidado como espaços de resistência e inovação, onde práticas agroecológicas têm sido cada vez mais adotadas como alternativa ao modelo agrícola convencional. (DELGADO, BERGAMASCO; WANDERLEY, 2017) A Comunidade Agroflorestal José

Lutzenberger, localizada no município de Antonina, no litoral do Paraná, representa um exemplo significativo dessa dinâmica. Composta por 16 famílias que compartilham uma área de 228,8 hectares, a comunidade é pautada por práticas agroecológicas que buscam integrar a produção agrícola com a conservação ambiental e o fortalecimento da identidade local.

A formação da comunidade teve origem a partir da resistência de pessoas que já residiam na região e mantinham um relacionamento conflituoso com o antigo proprietário da Fazenda Agropecuária São Rafael. A ocupação do território pela comunidade, portanto, decorre dos conflitos territoriais e da luta pela sobrevivência dos camponeses (BORSATTO, 2007).

A comunidade se estabeleceu no território enquanto acampamento sem-terra em 2003. Neste período, durante o governo Lula, houve um florescimento dos movimentos sociais de luta pela terra, o que impulsionou a expansão e o fortalecimento de movimentos agroecológicos em diversas regiões do país. No contexto brasileiro, a Revolução Verde, que teve destaque inicial na região Sul, causou impactos rápidos e intensos, estimulando a crítica ao uso de pacotes tecnológicos e impulsionando os primeiros movimentos contra esse modelo. Segundo Paulo André Nierde, os movimentos estudantis e de juventude desempenharam um papel fundamental na formação do movimento agroecológico. A partir dessas articulações, surgiram importantes organizações, formando uma rede de atuação que se expandiu, conectando os movimentos sociais e acadêmicos já existentes (PAULINO; GOMES, 2020).

O termo “agricultura alternativa”, associado às práticas de base ecológica, surgiu nos discursos de organizações progressistas na década de 1970 e ganhou destaque com figuras como José Lutzenberger, ambientalista gaúcho que inspirou diversos pesquisadores e militantes. Este movimento encontrou forte adesão entre os militantes de esquerda, que viam nas agriculturas alternativas um modelo anticapitalista. De acordo com a professora Virgínia Aguiar, o movimento agroecológico surge de uma academia politizada, que une ciência e militância, sendo nas universidades que se consolidaram as categorizações e os conceitos teórico-científicos que ajudaram a dar visibilidade e legitimidade ao movimento (ROCHA, 2022).

A agroecologia, enquanto campo de conhecimento e prática, transcende a dimensão produtiva, englobando aspectos sociais, culturais e ecológicos, e se configura como uma resposta a desafios como a degradação ambiental e a busca por modelos mais justos e sustentáveis de organização do trabalho no campo (ALTIERI, 2012). A agroecologia no Brasil também foi enriquecida com influências teóricas de diversas áreas do conhecimento, como ecologia, antropologia e sociologia, tornando-se um campo emergente e transdisciplinar. A Matriz conceitual da Agroecologia foi construída a partir de importantes centros acadêmicos, que desempenharam um papel fundamental na disseminação e consolidação do movimento agroecológico. Abreu e Bellon (2014) destacam o trabalho do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses da Universidade de Córdoba, que articulou a agroecologia com estudos sociopolíticos e a crítica ao neoliberalismo e à globalização. O fluxo de agroecologistas latino-americanos para essas instituições, especialmente a partir da década de 1990, também contribuiu significativamente para o fortalecimento do movimento no Brasil. (PAULINO; GOMES, 2020).

A agroecologia trouxe uma nova perspectiva ao afirmar o protagonismo dos agricultores, camponeses e indígenas na construção de um desenvolvimento rural alternativo. Esse protagonismo é central para a construção de propostas técnicas adequadas às realidades locais, sendo um reflexo da capacidade da agricultura camponesa de se adaptar e evoluir em harmonia com os processos ecológicos. A abordagem transdisciplinar, que inclui o “diálogo de saberes” entre os conhecimentos científicos e populares, é fundamental para enfrentar os desafios da agroecologia, alinhando-se com as premissas éticas que norteiam a prática. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Dentro dessa perspectiva, a agroecologia propõe que o desenvolvimento rural será sustentável se baseado no modo de produção camponês, reconhecendo a importância de empoderar um grupo social historicamente marginalizado. As propostas agroecológicas, portanto, têm um caráter emancipatório, e os movimentos que surgiram em torno dessa abordagem se conectaram politicamente com as lutas por eco-justiça, buscando a promoção de uma agricultura que respeite os direitos e a dignidade dos povos rurais. (SEVILLA GUZMÁN, 2002).

O modelo agroindustrial, amplamente promovido pela Revolução Verde, demonstrou-se falacioso ao não resolver o problema da fome, apesar de sua ênfase na produção em larga escala. A promessa de que a intensificação do uso de insumos químicos e o aumento da produtividade agrícola resolveria a escassez alimentar não se concretizou, pois a fome persiste em várias regiões, agravada pelas desigualdades sociais e pelos impactos ambientais desse modelo. (PALM, et al, 2024).

Para Anna Tsing (2019) as plantações monocultoras representam o ápice dessas ecologias simplificadas, moldadas pelas exigências do capitalismo e inseridas no processo de expansão capitalista impulsionado pelo projeto colonial. Essas ecologias estão intimamente ligadas a tecnologias industriais, projetos de governança estatais e imperiais, e modos capitalistas de acumulação.

Em contrapartida, a produção agroecológica surge como a chave para superar a fome e os desafios impostos pelas mudanças climáticas, uma vez que promove uma agricultura sustentável, diversificada e localmente adaptada, respeitando os ciclos naturais e as necessidades das comunidades. Esse modelo oferece uma alternativa real para garantir a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental, enfrentando diretamente os problemas causados pela agricultura industrializada (PALM, et al, 2024).

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as práticas agroecológicas dos agricultores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e a relação que estes têm com a terra em seus processos produtivos. A pesquisa foi realizada por meio de metodologias participativas e imersivas, que permitiram a construção de um entendimento mais profundo sobre as experiências vividas pelos membros da comunidade.

Este estudo foi realizado na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, situada na Comunidade do Rio Pequeno (coordenadas 25°14'01.9"S 48°41'14.5"W), na zona rural do município de Antonina, no litoral do Paraná (Figura 1). A região apresenta clima subtropical úmido (Cfa), com temperatura média anual variando entre 19°C e 21°C e precipitação média anual de aproximadamente 2.000 a 2.500 mm. A comunidade está localizada dentro do Mosaico Lagamar de Floresta Atlântica,

cercada por diversas Unidades de Conservação, e faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável (ROSSITO, 2020).

A primeira metodologia utilizada foi a caminhada transversal, uma técnica que se insere no campo da pesquisa qualitativa e que propicia uma aproximação direta com o ambiente rural, possibilitando uma compreensão mais sensível das práticas agroecológicas e das dinâmicas territoriais (VERDEJO, 2006). A caminhada foi realizada nas áreas produtivas dos agricultores, com o intuito de observar e vivenciar as condições do território, identificando os espaços de cultivo, as práticas de manejo ecológico e as relações entre os membros da comunidade e a terra. Durante as caminhadas, os agricultores foram convidados a compartilhar suas experiências, pensamentos e sentimentos sobre o trabalho no campo, criando uma atmosfera de troca mútua de conhecimentos.

Além da caminhada transversal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete participantes da comunidade. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado, que aborda tanto questões relacionadas ao cultivo agroecológico quanto à dimensão social e cultural das práticas agrícolas. As entrevistas permitiram uma exploração mais detalhada das narrativas pessoais e das perspectivas dos participantes sobre a agroecologia, suas práticas agrícolas e o impacto das metodologias agroecológicas em suas vidas e em suas comunidades. Durante o processo, foi dada ênfase à escuta ativa e ao respeito às experiências de vida dos agricultores, reconhecendo a importância do saber local.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética de Humanidades da Universidade Federal do Paraná (UFPR), garantindo que todos os procedimentos seguissem os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a natureza voluntária da participação e a utilização dos dados coletados. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram assegurados de que poderiam interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer tipo de compromisso ou consequência negativa. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas para análise posterior.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo, uma técnica qualitativa que permite identificar categorias e temas recorrentes nas narrativas dos participantes. A partir dessa análise, buscou-se compreender as motivações e os valores que orientam as práticas agroecológicas na comunidade, bem como os desafios e as potencialidades percebidas pelos agricultores em relação ao modelo agroecológico adotado (MENDES E MISKULIN, 2017). Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão aprofundada das práticas agroecológicas na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e forneceu insights sobre como essas práticas se relacionam com questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, promovendo o fortalecimento da identidade camponesa e da autonomia no campo.

RESULTADOS

Era só braquiária, porque floresta veio depois. Principalmente onde tinha cerca que daí foi tirado os búfalo, que foi nascendo as arvorezinhas e os primeiros fragmentos de mata. E daí a natureza é sábia né. Elas vão se recuperando, os passarinhos naquelas árvores mais altas, os passarinhos já vai sentando e já vai as sementinhas caindo. Aqui mesmo não tinha nada no meu quintal era só braquiária que tava da altura da gente. E na época nós chegou aqui, meu ex marido saía trabalhar fora e nós ficava, daí eu e meu pai carpimos de enxada e foice isso aqui, não tinha roçadeira, nada. Daí agora a gente vê ali atrás mesmo tem árvore bem grande! eu falei nossa em 20 anos a gente vê.. Então foi o que aconteceu no meu quintal, meu quintal foi bem poucas coisas que eu plantei. Na época eu acho que nós plantou Ingá e jaca mas daí tem várias outras aí que é nascido por conta. (ENTREVISTA AZALEIA, 2024).

"Território de Esperança" é aquele que surge e se fortalece através da resistência camponesa na luta por permanecer na terra, por meio da ocupação realizada pelos trabalhadores sem terra. É também fruto dos esforços para consolidar diferentes formas de romper com o sistema hegemônico existente, ou seja, com a estrutura social, econômica e política dominante no agronegócio brasileiro. Trata-se de um território inovador, construído a partir de sonhos e expectativas (MOREIRA e TARGINO, 2012).

Embora marcado por contradições, este território aponta para uma organização social distinta daquela caracterizada pela exploração brutal e pela subordinação. Nesse sentido, entende-se que o território de esperança não é o fim último da luta camponesa, mas sim um espaço estratégico para combater a exploração econômica, política e cultural no campo. A política de Reforma Agrária, ao

promover o acesso democrático à terra, cria condições para a formação desses territórios de esperança. (MOREIRA e TARGINO, 2012). Como já foi citado anteriormente o assentamento que conhecemos hoje foi pensado e sonhado pela coletividade antes de sua concretização. Quando ainda era um acampamento de lonas pretas na beira da estrada a coletividade começou a discutir a possibilidade da construção de uma comunidade cuja produção se baseava nos princípios da agroecologia.

Segundo Fernandes e Stédile (1999), o MST se territorializa a partir da criação de assentamentos, no momento da garantia jurídica da terra. Embora os acampamentos, ou assentamentos em vias de consolidação não possuam a garantia jurídica da posse, muitos apresentam em estágio avançado de produção e infraestrutura. Fernandes destaca que o número elevado de processos de reintegração de posse nas áreas ocupadas não conseguiram desarticular a luta pela terra e na terra, este processo de consolidação também é chamado de territorialidade.

Foi justamente o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, que durante vinte anos não obteve qualquer garantia da posse, e enfrentou processos de reintegração de posse, mas ainda assim avançou na produção, na construção de casas e inclusive na transformação das paisagens do território. A transformação da paisagem e dos ecossistemas locais vem acompanhada de uma transformação na própria relação entre humanidade e natureza, processo em que se destaca a agroecologia. Enquanto no modelo capitalista se prioriza a produção em detrimento do meio ambiente, o modelo camponês se fundamenta na produção a partir do equilíbrio dos sistemas ecológicos.

Nos anos 2000, o movimento agroecológico no Brasil consolidou-se como uma força política e social importante, articulando agricultores familiares, pesquisadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em torno de um modelo agrícola sustentável e inclusivo. Nesse período, o debate sobre agroecologia ganhou mais espaço tanto na esfera acadêmica quanto nas políticas públicas, resultando em iniciativas significativas (ROCHA NETO, 2022).

No Paraná, os anos 2000 foram marcados pelo fortalecimento das Jornadas de Agroecologia, uma das iniciativas mais importantes para o movimento no estado. Desde sua criação, em 2002, as Jornadas reuniram agricultores, educadores,

estudantes e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de debater e praticar a agroecologia como uma alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio. Esses encontros, realizados anualmente, promoveram a troca de experiências e saberes entre os participantes, além de incentivar práticas agroecológicas nos assentamentos e comunidades rurais (SILVA COSTA, et al, 2023).

As Jornadas de Agroecologia no Paraná se destacaram como espaços de resistência e articulação política contra os impactos do agronegócio no estado, como o uso intensivo de agrotóxicos, a monocultura e a exclusão de pequenos agricultores. Com o lema "Agroecologia e Soberania Alimentar", esses eventos contribuíram para a formação de uma base social forte em torno do tema e para a mobilização em defesa da Reforma Agrária e da valorização da agricultura familiar. (SILVA e COSTA, 2023).

Foi nos espaços das Jornadas de Agroecologia, no início dos anos 2000, que os integrantes mais antigos do acampamento foram introduzidos ao debate da agroecologia.

Sempre desde o início nós discutia sobre o que a gente queria para gente aqui na comunidade, só que não sabia os meios, e sempre sem dinheiro. Daí a gente sempre ia nas Jornadas de Agroecologia que tinha e ia conhecendo um pouco, trazendo sementes [...] (ENTREVISTADA AZALEIA, 2024).

Com a jornada da agroecologia que a gente começou a entender a gente já fazia mas não tinha essa essa visibilidade hoje né da agroecologia, de produção orgânica, né, produção agroecológica, a gente não tinha essa visão assim né tão bem é nítida né. Para nós tanto fazia, mas hoje a gente sabe que se você olhar tem uma divisão de uma coisa agroecológica numa coisa convencional, né, então com a Jornada de Agroecologia que a gente foi tendo essa percepção de qualidade de vida, de que veneno não é comida, não é água, né. (ENTREVISTA HORTÊNCIA, 2024).

No processo de discussões sobre os rumos da comunidade nem todos estiveram de acordo, e alguns se mantiveram na lógica convencional, e por isso decidiram por deixar a comunidade. Dona Rosa conta que quando chegou ao acampamento, nos anos iniciais, os representantes da coordenação explicaram a ela que ali dentro a produção era orgânica, mas que ela ouviu de outros companheiros que era impossível produzir daquela forma.

Falavam assim, “ah, que ninguém dá conta da braquiária, que se for por um mata-mata aqui, que não sei o quê. Ah, porque se usar veneno, nós vamos produzir mais, porque nós vamos ter mais dinheiro, porque nós vamos entregar mais, porque o negócio vem coisa a coisa mais linda, as abobrinhas não vai ter lagarta furando, o pepino não vai ter” [...] E eu não vejo assim. Pois, se querem comprar, querem comprar o nosso, a gente procura não mandar, a gente procura, até pras feiras, olhar se não tem buraquinho, entendeu? Os bichinhos. Mas as lagartinhas fazem parte, né? Os bizorrinhos fazem parte, eu vejo assim, fazem parte. Aquela joaninha lá faz parte, as formigas fazem parte, né? Como que vai brigar contra isso? (ENTREVISTA ROSA, 2024).

A agricultura de base ecológica, ao longo dos anos, enfrentou diversos preconceitos, especialmente em relação à sua capacidade de produzir alimentos em grande escala e de forma competitiva. Muitas pessoas viam essa prática como um modelo ineficaz, acreditando que os alimentos produzidos seriam pequenos, feios e de qualidade inferior, além de imaginar que a produção seria muito baixa em comparação com a agricultura convencional. (LOPES, 2019).

Esse estigma foi alimentado por décadas de propaganda a favor do modelo agroindustrial, que enfatizava a necessidade de intensificação do uso de insumos químicos e a maximização da produção. Contudo, à medida que a agroecologia foi sendo mais reconhecida e praticada, se tornou evidente que, ao respeitar os ciclos naturais e priorizar a diversidade, esse modelo não apenas oferece alimentos mais saudáveis e nutritivos, mas também pode ser altamente produtivo e sustentável. Assim, a percepção errônea de que a agricultura ecológica é menos eficiente tem sido gradualmente desconstruída, à medida que seus benefícios sociais, ambientais e econômicos se tornam mais evidentes (LOPES, 2019).

O trecho acima retrata duas visões contrastantes no que diz respeito à agricultura. Enquanto alguns optam pelo uso de agroquímicos em nome da produtividade e no benefício financeiro, outros como a Dona Rosa apresentam a visão de que é possível produzir alimentos livres de veneno, visão que parte de um entendimento amplo dos ciclos naturais.

De acordo com Wanderley (2010), a profunda conexão dos agricultores com seu território de vida e trabalho, bem como sua experiência de saberes ligados ao manejo da natureza e à produção relacionada aos seres vivos, constituem uma fonte

de inovação. Essa inovação se manifesta no plano da produção, da sociabilidade e das instituições. Sevilla (2001) complementa essa ideia ao afirmar que a lógica camponesa se traduz em um manejo específico dos recursos naturais, utilizando técnicas ecológicas que são ressignificadas pelos próprios agricultores. Trata-se de uma inventividade que emerge de processos de permanência e resistência, com foco na reprodução das unidades domésticas de trabalho e consumo por meio do trabalho autônomo.

Portanto, os sistemas de conhecimento local dos agricultores se apresentam como potentes agentes de promoção da biodiversidade ecológica e sócio-cultural em suas práticas produtivas. Esse movimento pode ser compreendido como um processo de ações político-produtivas, significando que o trabalho, entendido tanto como agricultura quanto como modo de vida no campo, possui o potencial de criar novas formas de relação com a natureza. Essa relação, em contraste com modelos destrutivos, busca a preservação e a convivência harmônica, sendo defendida pelos agricultores frente às diversas formas de conflito e agressões trazidas pela modernidade (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

O aprendizado adquirido na infância, a convivência com outros agricultores camponeses nas trajetórias individuais e nas experiências cotidianas, refletem uma vivência coletiva e de classe. Esse conhecimento não é apenas aprendido de maneira direta e objetiva, mas está impregnado na condição de pobreza, nas vivências de assentamentos e acampamentos, no compartilhamento de saberes entre famílias, na luta pelo controle da terra e, muitas vezes, nas memórias e no imaginário coletivo.

Então, quando eu me deparei com isso aqui, que eu vim, que eu fiquei bem, vou falar assim pra você, quando tem as rodas de conversa e eu choro lá, quando eu tô falando de como eu vim pra cá, como que é a minha vida, quando vocês verem eu chorando lá, na hora que eu tô falando, **é pela minha família, é porque que bom seria se a gente tivesse tudo junto aqui, fazendo a mesma coisa que eu faço**, e aí é a hora que eu lembro muito do meu pai. (ENTREVISTA ROSA, 2024).

Para estas pessoas que vieram do campo, o termo agroecologia se apresentou como uma novidade, mas aos poucos as agricultoras e agricultores foram percebendo a similaridade entre as práticas agroecológicas e os modos de produção que já conheciam. Mesmo os agricultores que trabalharam em latifúndios convencionais e extensas monoculturas relatam que em suas roças de subsistência, em suas hortas,

seus pomares, e quintais produtivos eles tinham uma grande diversidade de alimentos que eram cultivados em consórcios. “A condição camponesa expressa o desejo de voltar à terra prometida, que guarda em sua memória social, o sonho do seu pedaço de chão, razão concreta, que ainda se escuta nas ocupações de terra existentes Brasil afora”. (BERGAMASCO, 2017, p. 204)”

Os agricultores perceberam que o fazer agroecológico muito se assemelha aos modos de cultivo que eles aprenderam com seus pais e avós. A percepção de Dona Margarida, de 82 anos, é que as práticas agrícolas que ela aprendeu no passado não mudaram, e ela continua fazendo plantios de espécies em conjunto, e com rotação de culturas. Seus pais trabalhavam nas fazendas de café em Minas Gerais e no Paraná na década de 1950, mas mantinham suas roças de subsistência próxima a casa, onde cultivavam as plantas para o consumo da família, e nestas roças, nunca se utilizou qualquer substância química para adubação ou controle de pragas.

Mas toda a vida nós plantamos tudo junto. Foi tudo assim, né? Toda a vida foi tudo muito junto. Nós plantava o milho, plantava o feijão. E plantava o arroz, tudo junto, sabe? O arroz, a lavoura de arroz. No meio do arroz tinha milho. No meio do milho tinha abóbora. Tinha assim, tudo misturado, sabe? Tinha tudo, né? Então, hoje eu faço isso (ENTREVISTA DONA MARGARIDA, 2024).

Os agricultores relatam que suas famílias plantavam a grande maioria das culturas que eram consumidas em casa, e também criavam animais para alimentação da família. O costume de guardar as sementes para o plantio do ano seguinte também foi citado nas entrevistas.

Na época que eu ajudava meu avô, nós não comprava feijão, não comprava arroz, nós não comprava milho pra nada, não comprava carne também não comprávamos, azeite não comprava, porque a gente usava só a banha. Porque meu avô criava muito porco, tinha muito porco ali. Carne não comprava [...] Porque antigamente também existia outra coisa, que todas as frutas eram originais da terra. Era nativa, era nativa mesmo. Não existia coisa de muda de enxertado, ninguém sabia. Era tudo natural mesmo. Então, era o que eu falo. Antigamente a pessoa era mais orgânica do que hoje. (ENTREVISTA LÍRIO, 2024).

A gente tinha muita cana, era melado, a gente adoçava o café com melado, meu pai chegou a fazer açúcar, rapadura, sabe? Era de tudo, tinha porco, tinha cabrito, tinha galinha [...] Mas eu lembro direitinho assim naquele tempo a terra lá, minha mãe plantava muito amendoim, tudo, tudo que você imaginar, cebola, alho, a gente tinha tudo, aí matava porco, aí aquelas aquelas carnes enlatadas, né? Aí quando

tava pra acabar que daí meu pai matava o outro, **a gente tinha um vidão**. (ENTREVISTA ROSA, 2024).

Nós plantava de tudo, né? Era aquela época que plantava arroz, trigo, feijão, milho, café. A gente não comprava quase nada, né? Porque a gente plantava pras despesas. O trigo a gente levava na máquina, né? Para moer, trazer a farinha, o trigo. E o café a gente limpava no pilão, né? Os que nunca usavam, vendia. E pra a gente socava no pilão. O arroz também levava na máquina. Então a gente comprava muito pouco. Feijão a gente nunca comprou, né? A gente plantava, que sobrava, vendia, tirava da despesa e vendia o resto. (ENTREVISTA JASMIM, 2024).

Os agricultores descrevem a produção de duas famílias antigamente e consideram que no passado as roças eram muito produtivas e abundantes, que os métodos utilizados eram eficientes e tinham um cuidado com a natureza, inclusive no feitiço das queimadas. A técnica de fazer “aceiros” impedia que o fogo se alastrasse, e principalmente, os agricultores entendiam que após o uso do fogo a terra precisava de um longo período de descanso, ou de “pousio”.

Segundo Ana Primavesi (1992), a agricultura tradicional indígena e quilombola de coivara é um exemplo de prática agrícola sustentável que se baseia no conhecimento ancestral e no respeito pelos ciclos naturais. A técnica de coivara, que consiste na queima controlada da vegetação para abrir espaço para o plantio, é utilizada de maneira planejada, respeitando os tempos de regeneração da floresta e mantendo a biodiversidade local. Para Primavesi, essa forma de cultivo demonstra um profundo entendimento ecológico, pois a queima não é indiscriminada, mas ocorre de forma seletiva, permitindo que a terra se recupere naturalmente e sustente a produção por longos períodos.

Além disso, a rotação de culturas e a diversificação dos plantios são características dessa agricultura, o que promove a saúde do solo, evita o esgotamento dos recursos e proporciona alimentos saudáveis para as comunidades. A prática da coivara, portanto, se distingue dos modelos agrícolas convencionais, que muitas vezes priorizam a produção em larga escala e o uso intensivo de insumos externos, demonstrando a viabilidade de um sistema agrícola baseado no conhecimento tradicional e na harmonia com o meio ambiente.

Olha, vou lhe falar uma coisa, muito certo e verdade. Pois, se a gente for voltar lá atrás, na época do meu avô, que nós trabalhava, talvez eles seriam, eles eram mais agroecológicos que nós. Porque eles nunca

usaram veneno pra nada. Toda vida eles trabalhavam na enxada, no machado e na foice. O meu avô, na época, derrubava uma área de cento e vinte, cento e dez por duzentos e vinte. Eles mediam, né? Dava um alqueire, um alqueire de chão. Dava dois lotes desse quase. Ele derrubava tudo aquilo no machado, repicava tudo e queimava. Ele fazia uma aceiro em redor pro fogo não passar pra outras áreas, pra não queimar o mato, queimava tudo. Aí depois ele plantava arroz, plantava feijão, né? Mas só que ali ele usava mais, depois pra limpar era tudo no facão, limpava tudo no facãozinho e **produzia, produzia, produzia, que era coisa de doido. Mas produzia mesmo. Só que no outro ano, aquela ali não mexia mais.** Daí ia pra outra área. E aquilo ali se formava tudo no capuerão de volta. (ENTREVISTA LÍRIO, 2024).

É o que eu falei pra você, antigamente, lá, usava queimada, né? Meu pai, a gente ajudava a fazer, botar o aceiro lá, pra tocar fogo, então, se usava queimada, né? Fazia, mas não era ficar assim, aí, derrubando a mata, e aí, vou tocar fogo ali, aí, vou derrubar aquela, o mato lá, não, não. Eu lembro que era capoeira, e aí, meu pai ia lá e roçava, no tempo de plantar, e era toda a família, era todo o povo, antigamente, era assim, fazia o acero, queimava e plantava, que a gente vinha pra casa, toda encarvoada, né? (ENTREVISTA ROSA, 2024).

Estes relatos evidenciam os saberes próprios das agriculturas tradicionais, um saber que foi adquirido após anos de vida dedicado à terra, e que foi passado entre gerações. Considerando as experiências prévias dos agricultores, iniciamos a compreensão de como estas pessoas enxergam a agroecologia.

Eu não entendo bem da agroecologia. Sou agroecológico, mas não entendo bem da agroecologia. E **para mim a agroecologia, o que eu entendo do meu ver, da minha visão, é aquilo que eu planto e aquilo que cresce, e eu vejo ela crescendo dia a dia.** Que seja a árvore, né? Na beira de um rio, né? As nascentes se formando cada dia mais bonita, né? Não destruindo ela, mas sim construindo ela, no dia a dia, né? Que nem eu falo. Hoje eu planto uma jabuticaba nativa, tu me fala assim, você vai plantar isso aí, mas isso aí está com 20 anos. O que eu falo? Quantas pessoas lá atrás, quantos antigos lá atrás, que plantaram, eles não entendiam muito da agroecologia, mas eles plantaram aquilo lá como agroecologia. Hoje tem jabuticaba lá, eu mostro para vocês, perto do Rio, tem mais de 60 anos aquele pé de jabuticaba. E não fui eu que plantei, foi aquelas pessoas que plantaram, e não interessavam o dia que ela ia produzir, quando ela ia produzir, mas hoje eu estou com a jabuticaba dela. Hoje eu plantei dois pés ali, nativo, dessa nativa aqui, teve uns falando: “Ah, mas isso aí leva 20 anos, daqui 20 anos você vai estar com quantos anos? Quase 90 anos”. Eu falo assim, se eu não comer, alguém come. Se eu pensar só em mim, no futuro lá ninguém vai saber o que eu fiz e o que eu não fiz, né? Então, assim a pessoa tem que ter a consciência, eu tive esse tipo de consciência, né? (ENTREVISTA LÍRIO, 2024).

O agricultor que começa dizendo não entender muito de agroecologia, demonstra amplo entendimento sobre agricultura para além da lógica mercantil, ele

discorre sobre a importância do plantio de árvores ao longo prazo, para o futuro, e continua dizendo:

Tirando o alimento da própria terra e você está conservando a própria terra, a própria natureza, você não está destruindo ela, **o que ela está dando para a gente, a gente está dando para ela de volta**, a gente não está ali destruindo, ela continua dando para a gente [...] Então, é essa que é a realidade, não é só, é que nem eu falo, hoje a pessoa que mexe com o veneno, a destruição dele é completa, ele começa de um lado, vai de um lado para uma ponta, chega lá para trás, ele olha para trás e não vê nada, ele só vê a destruição, né? Porque hoje tem um colega meu, hoje eles estão quase abandonando o veneno, porque as terras não estão produzindo mais nada, aí tem o Luiz Fernando da EMATER, eles estão gastando dinheiro muito grande para fazer coisas de solo, para poder recuperar a terra de volta, só que são pessoas que não tem noção, porque eles estão vendo o dia a dia, porque a terra é o seguinte, se a gente hoje em dia tem a vida, nós devemos ter graça a terra, porque se não fosse a terra, não teria vida, de onde é que sai a nossa comida? De onde é que sai o nosso dia a dia? É da terra, né? Agora vão acabar com tudo que nós tem?

A conversa em torno da pauta da agroecologia sempre evoca a questão dos agrotóxicos. Os agricultores costumam demonstrar imensa preocupação em relação ao uso de agroquímicos, e pesticidas, por terem diversas referências próximas dos malefícios causados pelos químicos nos solos ao longo prazo e diretamente na saúde dos camponeses. Guilherme F. W. Radomsky (2021) em seu trabalho com agricultores catarinenses em transição agroecológica, vinculados a rede EcoVida, descreve que estes agricultores sempre evocavam memórias do passado, de quando utilizavam agroquímicos, com pesar e preocupação. Ao analisar a relação passado-futuro nas narrativas, o autor destaca que o pensar num futuro almejado através da agroecologia passa pela problematização do passado, e o acionamento de memórias partilhadas.

Marcela Pereira Rosa (2020) em seu trabalho com agricultores do Centro Sul do Paraná, aborda o fatalismo nas narrativas de camponeses que cultivavam o tabaco. A cadeia produtiva do tabaco gerava uma imensa dependência do camponês em relação a uma só empresa, que comercializava as sementes, os fertilizantes, fornecia assistência técnica, o transporte da produção e ainda oferecia financiamentos para compra de estufas e maquinários. Em contrapartida os produtores precisavam garantir exclusividade das comercialização e acabavam vendo no fumo a única opção de renda. Muitos destes camponeses submetidos a este processo de exploração e endividamentos se viam impulsionados a continuar produzindo ano após ano para

quitar seus débitos, sem qualquer perspectiva de melhoria, numa postura de completa resignação. Em concordância com Matín-Baró (2017) a autora Rosa (2020) explica que para o rompimento do fatalismo não bastam mudanças nas crenças das pessoas, mas experiências reais de transformação, num processo dialético de mudança das condições sociais e nas atitudes das pessoas.

Para Martín-Baró (2017) a possibilidade de superação das posturas resignadas e fatalistas implicam na recuperação da memória histórica, na organização popular e na prática de classe. No caso dos agricultores de tabaco citados anteriormente a mudança começa a surgir quando alguns deles diversificam suas produções, abrindo espaços de cultivo agroecológico e participando de uma associação de agricultores agroecológicos (ROSA, 2020).

De acordo com Radomsky (2021) os trabalhadores catarinenses, que optaram pelo cultivo agroecológico e se vincularam a Rede EcoVida enxergam o trabalho colaborativo benéfico, não apenas pelo maior acesso a mercados e fortalecimento econômico, mas por este, em suas visões, possibilitar a construção de novos modos de viver e conhecer. (RADOMSKY, 2021). Na Comunidade José Lutzenberger as pessoas também descrevem as mudanças que perceberam após sua entrada na comunidade e no movimento de forma geral.

Muda o jeito de pensar, de agir, que é uma mudança e tanto, e outra que eu acho que eu sempre fui assim, eu nunca fui de ficar agindo sozinha assim. Então na verdade eu acho que eu sempre fui assim, só que como na cidade não tem contato com outro, daí onde acaba ficando frustrado. Eu era uma pessoa frustrada antes de chegar aqui. Como diz, eu sempre vivia assim, eu via as lutas e às vezes não participava, me sentia mal. Eu acho que tem que estar engajado num grupo social. coisa assim. (ENTREVISTA AZALEIA, 2024).

Em relação ao que significa agroecologia, fica evidente que cada agricultor possui suas próprias percepções acerca da agroecologia, e suas opiniões refletem também suas trajetórias e experiências, contudo, existem significados compartilhados entre as percepções, que revela uma “inter-subjetividade” no grupo. Parece haver um entendimento que da agroecologia, que ao contrário de uma visão reducionista, coloca a agroecologia numa dimensão tão grandiosa que a compara a vida.

A agroecologia é tão grande né, que não tem definição, engloba tudo né. É água, é terra, sol, é gente, animal, é tudo né, só não é veneno. (ENTREVISTA HORTÊNCIA, 2024.)

Vida. Vida agora e vida depois né. a gente deixa melhor do que achou. Eu sempre falo que eu quero deixar melhor algo melhor do que eu encontrei. (ENTREVISTA AZALEIA, 2024)

Conforme apontado por Emma Silliprandi (2015), as mulheres são as pioneiras na defesa da conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, motivadas principalmente por suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas, bem como com a preservação ambiental. Elas são as mais afetadas quando surgem problemas de saúde dentro da família, pois a responsabilidade pelos cuidados recai sobre elas. Nesse sentido, a escolha pelo envolvimento com práticas agroecológicas está, inicialmente, ligada a questões de saúde e à busca por uma alimentação mais saudável.

Percebe-se na Comunidade um enfoque no manejo agroflorestal. Os sistemas agroflorestais apresentam grande potencial na conservação da biodiversidade. Como a comunidade está localizada no interior de unidades de conservação e próxima a grandes fragmentos de mata densa, a presença das agroflorestas tem efeito de tampão, ou de grandes cinturões verdes que reduzem o efeito de borda nas matas. Até mesmo os módulos agroflorestais em fases iniciais e mais simplificados no que se refere a diversidade, se comportam de modo a reduzir os efeitos negativos decorrentes da descontinuidade entre a mata e os espaços abertos de pasto, uma vez que criam com o sombreamento, sub-bosques, e micro ecossistemas que oferecem melhores condições à regeneração de espécies. (FISHER, 1999).

Segundo Paulo Lopes et al (2021) agrofloresta é a principal tecnologia social utilizada pelas camponesas e camponeses no até então acampamento Lutzenberger. Os autores, que fizeram um mapeamento das tecnologias sociais utilizadas no acampamento, registraram diferentes tipo de arranjos agroflorestais, com destaque para as hortas agroflorestais, os consórcios entre ingá e a bananeira, entre o ingá e a batata doce, aleias, mandalas, e outros arranjos, que garantem sombreamento adequado, manutenção de microclima, produção de matéria orgânica, atração de polinizadores, entre outras funções essenciais para os agroecossistemas.

A gente tem que pegar os facão, amolar os facão e ir para a agrofloresta, é isso que a gente tem que fazer. Pelo menos uma vez por semana, né? Porque as agroflorestas precisam de manejo. Toda vez que a gente vai lá, a gente olha a planta, lê a planta e dá para ela o que ela precisa. Eu sei que tem o solo, que é bem desafiador, mas assim, quando você vai num sistema

agroflorestal e dá essa energia manual e a sua presença, eles mesmos já respondem, já ficam felizes. Eu falo que as bananas, quando elas estão amassadas, falo que elas estão com roupa, elas ficam todas assim, com roupa. E quando você tira as folhas secas e corta de baixo, elas ficam todas assim para cima. (ENTREVISTA DÁLIA)

Conforme mencionado anteriormente, atualmente a comunidade possui um sistema de produção individualizado, sendo cada agricultor ou agricultora responsável pelo seu lote produtivo, tendo autonomia para decidir o que ele pretende produzir. Cada lote produtivo possui suas particularidades, mas de modo geral a comunidade possui seus principais cultivos levando em consideração as necessidades e demandas das escolas municipais e estaduais. Escolhemos focar na descrição do lote produtivo e na rotina de duas agricultoras, que chamaremos aqui de Rosa e Jasmim.

Dona Jasmim está na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger desde o início, e conta que neste começo e meados de 2004 a área não tinha nem luz elétrica, nem água, e estava completamente tomada pelo capim braquiária. Ela relata que precisava carpir na foice e a terra era muito dura e compacta. Nos primeiros plantios as plantas cresciam e começavam a amarelar. Nada produzia. Levaram anos até conseguirem produzir. Após ser perguntado quando as coisas começaram a melhorar, Dona Jasmim destaca o projeto “Agroflorestar” em parceria com a Cooperafloresta e um companheiro chamado Nelson. Este projeto conseguiu a compra de um trator para uso coletivo dos agricultores. Após o uso do trator que fazia o gradeamento e a descompactação do solo, os plantios começaram a dar frutos.

Dona Jasmim destaca também que no começo o plantio era coletivo, com muitas pessoas, e após a distribuição de lotes individuais eles também tiveram avanços. Atualmente dona Jasmim divide o trabalho com seu filho. Ele prepara a terra com uma roçadeira e também utiliza o trator. Eles chegam a entregar mais de 400 quilos por semana para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Toda a produção da Dona Jasmim é destinada para as escolas da rede municipal. Segundo a agricultora, ela não gosta de participar de feiras, e diz não ser o seu perfil. Ela prefere o trabalho na roça, e estar com as mãos na massa. O trabalho é muito e incessante, e ela relata alguns problemas de saúde, principalmente na coluna. Dona Jasmim tem 62 anos e deu entrada na sua aposentadoria.

Todas as coisas que eu vou fazer eu gosto. Nossa rotina é levantar cedo, tomar café vai pra roça, volta, almoça, a gente almoçamos 1h30, 2h, se o sol tá muito quente a gente dá uma trégua pra voltar na roça. 6h da manhã a gente vai pra roça. No inverno mais tarde. Mas eu prefiro o inverno que não sobe minha pressão. Agora acabou a época de verdura, a gente entregou as últimas hortaliças, mas tem outras coisas: abóbora, beterraba, mandioca, os temperos, cebolinha.. E no verão vem mato demais aí tem que cuidar. Agora a gente troca as mudas, porque elas não gostam da terra dura. Tem que trocar e ficar limpando (ENTREVISTA dezembro, 2024).

A gente não tem essa necessidade de passar veneno, de tá causando mal pros outros e esse tipo de coisa, né? Aí você tá trabalhando na roça e pode pegar qualquer coisa de lá e comer, né? Você sabe que não vai ter problema. Porque a água não é poluída, né? A gente vem da roça e nós estamos no rio, sabe? E o rio não tá contaminado porque não tem como contaminar, porque ninguém usa nada assim. Então a gente vem da roça e nós paramos no rio, tomamos água sem medo de fazer mal, né? (ENTREVISTA dezembro, 2024).

A agricultora possui uma área produtiva atrás de sua casa, que tem em maior quantidade a cebolinha, mas seu lote produtivo principal está numa área localizada além do rio. É possível perceber a experiência de Dona Jasmim, que nos relata algumas práticas rotineiras e cuidados que eles tomam para garantir seu lote produtivo. Muito tempo e energia são dedicados a limpeza das linhas e entrelinhas no cultivo de hortaliças. essa limpeza, roçada, e capina deve ser feita periodicamente para impedir o avanço da braquiária no lote.

Figura 3: Quintal Produtivo de Jasmim



Fonte: Os autores (2024).

Depois da capina uma prática comum é a cobertura do lote com palha de cana seca. A inserção dessa cana além de impedir que o solo fique exposto, segura a umidade no solo e ainda amortece o impacto da água da chuva. Além da dedicação e da energia despendida, os lotes produtivos demandam uma série de conhecimentos. Para produção de alimentos em abundância e a prática dos princípios ecológicos os agricultores acumulam muito saber empírico, saber este que se faz primordial no dia da nas roças, já que cada espécie requer diferentes cuidados e atenções:

A preparação a gente roça, depois passa grade, passa um encanteirador e daí, às vezes, dependendo, a gente só passa enxada e planta, ou, às vezes, de novo o encanteirador, rápido, sabe? Assim, sem fundar, né, meio que por cima, assim. Até está mais dura por cima, né? [...] A adubação é esterco e o pó de mineral. É, o pó de rocha vem agora esses tempos, né? Não tem muito tempo. A gente comprava calcário, a gente ponhava um pouquinho de calcário na cova, depois o esterco, entendeu? [...]

[...] Ó, a única coisa é que a gente não fazia cobertura, só que aqui também a gente não está fazendo cobertura, né? Porque dá muito

caramujo, sabe? Aonde tem banana o Bruno vai colocando tudo para aproveitar as folhas que tiram e pôr nos vão, né? Para o mato vir menos, né? Mas aonde a gente planta as verduras, que é todo ano, é que no descampado, não tem cobertura, não tem nada. A única coisa que a gente tem que fazer é cobertura na cebola, alguma coisa assim, sabe? Ou em folhas secas, essas coisas, né?

A agricultora reafirma a importância da adubação para garantia da sobrevivência das mudas e comenta sobre a quantidade de esterco utilizado, em geral eles usam a medida de uma mão fechada por cova, mas isso varia de cada espécie, segundo ela o repolho precisa de mais esterco. No caso do calcário o uso também varia conforme o cultivo, ela utiliza calcário principalmente no pepino, na abóbora e na vagem.

Sobre seu passado Dona Jasmim conta que sua família também não utilizava substâncias químicas ou tóxicas na produção, e que aprendeu o trabalho da roça com a sua família. Quando ela era criança a produção da família garantia a produção de quase tudo que a família consumia, sendo os únicos itens comprados no mercado a querosene e o açúcar. Dona Jasmim relata outras memórias da vida no campo, entre elas o dia em que sua filha foi picada por uma cobra e tiveram que correr até o pronto atendimento de Antonina, ela lembra que quando mais nova presenciou o dia em que sua tia foi picada na perna por uma cobra e começou a sangrar pela testa. “Se tivessem me contado eu não teria acreditado”.

Dona guarda muitas memórias de quem conviveu uma relação de maior proximidade com a natureza. Ela passou por momentos de fartura, de escassez, de privações e sofrimentos, conflitos e violências, e vários os ciclos de sua história também refletem ciclos da história campesina, desde a expropriação, migração para fora da fronteira brasileira, a vivência de acampada, e agora, assentada pela reforma agrária.

Dona Rosa também reside na comunidade há muitos anos, sua chegada foi quando a comunidade estava recém estabelecida na antiga Fazenda São Rafael. Atualmente seu lote produtivo fica aos fundos de sua casa. Sua área de plantio é composta por diferentes ecossistemas. Ela possui um pomar, uma área com árvores mais altas e frutíferas ao lado de sua casa, ao lado uma parcela destinada a cultivo de tubérculos consorciados a bananeiras, e, mais ao longe uma horta bastante diversificada.

A área de árvores altas está repleta de espécies frutíferas e serve como um quebra-vento que protege os cultivos mais delicados. Em minha última visita ela havia realizado plantios recentes. A área havia sido capinada com enxada, e a braquiária removida foi utilizada para cobrir o solo, o que foi feito em dias de sol forte para secar e impedir o rebrotamento do capim. Rosa conta que cava os berços conforme aprendeu com a sua mãe e aplica no buraco uma mistura composta por folhas de árvores que caíram ao redor da sua casa e ela juntou anteriormente para compostar, cerca de meio balde de composto orgânico de esterco curtido, que estava disponível no barracão para uso dos agricultores, e uma mão de pó de rocha calcária.

Todo esse material foi misturado com terra. Sobre essa terra ela plantou espécies consorciadas: abóboras, pepino, cheiro verde, tomates, pimentão, pimenta, quiabo, mamão. Nenhum dos berços foi semeado com apenas uma espécie. Nesta área também foram plantadas bananeiras e ipês. Algumas práticas interessantes foram notadas. Dona Rosa utilizou um esterco diferente em apenas um pé de bananeira, como teste, e a árvore cresceu com folhas amareladas. Ela acredita que o esterco não tinha sido bem curtido, nesses casos os microorganismos em atividade fazem com que o composto esquentar a raiz da planta, prejudicando seu crescimento. Realizar testes no plantio é uma característica marcante que garante o sucesso de pequenos agricultores.

O aparecimento de folhas amarelas pode ser controlada a partir de diferentes estratégias. Outra agricultora na ocasião comenta que ela costuma podar as folhas amarelas, e se o amarelamento das folhas persistir ela retira a planta do sistema. Esta é uma prática preventiva e vem do entendimento que um indivíduo fragilizado pode atrair doenças que podem contaminar os outros indivíduos do sistema. De acordo com os princípios agroecológicos destaca-se a importância de analisar cada caso uma vez que o aspecto amarelado das folhas pode ser decorrente a doenças, mas também a falta de nutrição adequada, sendo o aspecto amarelado um indicador da necessidade de melhorar a adubação do solo. As técnicas de manejo mais mencionadas mencionadas pela agricultora foram plantio consorciado, rotação de culturas, catação técnica, matéria morta, matéria viva e coroamento das mudas.

A horta de Dona Rosa é impressionante: Ela cultiva cebolinha, cheiro verde, temperos variados, alface, berinjela, pimentas, tomates, beterraba, batatas. Flores

variadas também são cultivadas na horta, que além de embelezar e perfumar, desempenham um papel importante na atração de polinizadores. Todas as plantas estavam com um aspecto bonito e Dona Rosa disse que tudo foi feito com enxada e capina manual. Ao contar sobre seu trabalho Dona Rosa se emocionou e relatou que ficou dois anos e sete meses sem receber bolsa família e que sobreviveu “desse quadrado de terra”, com lágrimas nos olhos ela conta “foi daqui que eu me alimentei”. Nesta época Dona Rosa começou a levar o excedente da sua produção para uma praça no centro de Antonina a cada quinze dias, nas terças feiras, e vendia tudo que levava para os compradores que sempre voltavam.

Levando em consideração com Aliteri (2014), Gliessman (2006) e Khatounian (2010) que apresentam os passos da transição agroecológica, pode se perceber por meio das entrevistas, e das caminhadas transversais, que os sistemas produtivos presentes dos assentamento alcançaram todos os níveis de transição e estão em níveis avançados de transição agroecológica, conforme pode ser percebido na tabela síntese das práticas agroecológicas desenvolvidas.

Quadro 2: Práticas agroecológicas vinculadas ao redesenho de ecossistemas

Práticas agroecológicas	Dona Rosa	Dona Jasmim
Consórcios	Com frequência	Com frequência
Capina Seletiva	Com frequência	Com frequência
Deposição de matéria orgânica viva	Com frequência	Às vezes
Deposição de matéria orgânica morta	Com frequência	Com frequência
Coroamento	Com frequência	Com frequência
Rotação de culturas	Com frequência	Regularmente
Adubação mineral	Regularmente	Regularmente
Quebra-vento	Sim	Sim

Figura 4: Horta de Dona Rosa



Fonte: Os autores (2024).

Figura 5: Horta de Dona Rosa



Fonte: Os autores (2024).

Figura 6: Plantio em consórcio



Fonte: Os autores (2024).

A agricultora estava muito feliz em contar que ela tinha conquistado a sua aposentadoria no mês anterior, aos 63 anos. Ela trabalhou na roça com a sua família

desde os 8 anos de idade, e aos 14 foi para cidade. As mulheres agricultoras pela lei podem se aposentar aos 55 anos, mas com a passagem pela cidade, isso gera uma certa confusão na hora do cálculo. Dona Rosa já havia contatado um advogado para dar entrada na aposentadoria, mas foi com a ajuda de outro advogado vinculado ao movimento sem terra, que ela conseguiu a aposentadoria.

O trabalho no campo é bastante penoso para as agricultoras e pode gerar problemas na coluna, uma vez que elas ficam muitas horas numa mesma posição, abaixadas, de cócoras, por exemplo para o manejo das olericulturas. Dona Rosa se orgulha ao contar que não apresenta problemas de saúde. Ela relata que acorda de madrugada todos os dias e realiza alguns alongamentos, sozinha, e que isso garante uma melhor qualidade de vida para ela. “Eu acordo bem cedo e venho aqui fora pra ninguém ver eu me alongando”.

Outra prática relatada por ela é a pescaria. “Quando eu to meio nervosa ou chateada eu falo pra Azaleia pra gente ir pescar e assim a gente vai. Todo sábado a gente vai, mas as vezes no meio da semana também. Ninguém precisa dizer que tá nervosa, é só falar pra ir pescar e a outra já sabe. A pescaria é pra gente relaxar, olhar pro céu, ficar dentro do rio. Eu não gosto de nadar, eu entro no rio e fico andando, ou boio e estico as pernas e os braços, como o médico me ensinou. Gosto de ficar embaixo d'água por um bom tempo”.

Figura 7: Paisagem que circunda o Rio Pequeno e compõe a paisagem do Assentamento.



Fonte: Os autores (2024).

Este trecho revela a importância do contato com a natureza e da amizade entre as agricultoras, que é primordial para manutenção da saúde, e também para passar por momentos difíceis. A atividade da pesca, segundo a agricultora, está muito além de capturar peixes para o consumo, está relacionada ao lazer, a sociabilidade, a manutenção da saúde, a gestão de crises. O trecho abaixo é da fala da Azaleia;

A natureza me ensinou tudo. A natureza, e eu sempre falo, quando às vezes eu tô muito baixo astral, que a gente tem aqueles momentos né que bate a tristeza, mas eu não deixo não, eu vou pro meio da natureza, e fico lá em conexão, eu e a natureza. Na natureza não precisa falar nada que ela responde e a gente sai de lá totalmente diferente. Pode ir na beira do rio ou não entrar numa mata a gente sai totalmente diferente então falo assim a gente não precisa falar nada e ela também não fala, mas a gente sente o bem que faz. Mas como diz, tem que saber conectar com a natureza ... e respeitar né.

Dona Rosa passou por muitas dificuldades na vida, ela teve dois casamentos. No primeiro ela sofreu violência doméstica e no outro relacionamento o marido tinha alcoolismo, cenário que foi piorando ao longo dos anos, a ponto dele roubar a esposa, e pegar o dinheiro destinado a compra de alimentos para comprar bebida. Os episódios fizeram com que Dona Rosa e ele tivessem que sair da comunidade, pois o alcoolismo do marido estava gerando problemas de convivência com os outros moradores.

Eles ficaram no Assentamento do Contestado, na Lapa, por um ano, até que Dona Rosa decidiu deixar o marido e voltou para a Comunidade José Lutzenberger sozinha. Ela me relatou outra situação difícil que passou na Comunidade, que sofria assédios frequentes de outro morador, que a constrangia constantemente com falas machistas e criminosas. Dona Rosa hoje compreende que não precisa de homem em sua vida, ela é independente e autônoma. Ela se vê como uma mulher forte, decidida e resiliente, que conseguiu escapar com muita determinação e coragem de ser subjugada por outros homens.

A agroecologia desempenha um papel crucial na ressignificação da identidade social dos agricultores, oferecendo uma alternativa positiva frente às condições de marginalização e estigmatização frequentemente enfrentadas por eles. Contudo, essa nova identidade não se estabelece de forma automática, exigindo um processo contínuo de questionamento da realidade dominante, frequentemente impulsionado por crises vivenciadas no campo. Além disso, sua consolidação depende de um processo coletivo de construção, sendo partilhada e construída intersubjetivamente dentro de grupos ou organizações. Sob uma perspectiva relacional, as identidades estão em constante processo de construção e reconstrução nas interações sociais, podendo ser manejadas de forma estratégica para garantir o reconhecimento e evitar discriminação. Esse processo pode se manifestar tanto em estratégias individuais, que buscam valorizar os aspectos positivos da identidade camponesa, quanto em ações coletivas voltadas para a afirmação da agroecologia como um movimento social (BAUER E MESQUITA, 2008).

Dentro desse contexto, a agroecologia pode ser vista como uma "identidade de resistência", conforme proposto por Castells (1999), surgindo como uma resposta à lógica de dominação e desvalorização dos agricultores. A adesão a essa prática não ocorre de forma homogênea, uma vez que cada agricultor a compreende e se envolve

com ela com base em suas experiências e trajetórias individuais. No entanto, existem elementos comuns que possibilitam a formação de uma identidade coletiva, sustentada pela intersubjetividade, a qual é essencial tanto para a construção do conhecimento compartilhado quanto para a análise fenomenológica. Assim, a verdade e as evidências não estão restritas apenas aos aspectos objetivos da agroecologia, mas também às percepções e vivências dos próprios agricultores, que moldam sua identidade e resistência no campo (BAUER E MESQUITA, 2008).

Dona Rosa testemunha a ação destruidora do patriarcado, do machismo e da misoginia que ainda são muito presentes no meio rural, fato partilhado e denunciado por tantas companheiras e pesquisadoras que desvelam a face violenta que existe no campo. Dona Rosa é uma referência viva de uma mulher que nunca se calou diante das injustiças e das violências, sua voz e seu relato ajudam a guiar e acolher outras mulheres.

Conclusão

Este estudo permitiu uma análise profunda sobre o papel da agroecologia como estratégia de resistência e transformação no campo, especialmente no contexto da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. A partir das práticas agroecológicas adotadas por seus membros, foi possível observar como essas práticas contribuem para a (re)construção da autonomia camponesa, ressignificando não apenas as relações com a terra, mas também as dimensões sociais, culturais e econômicas dessa comunidade. A agroecologia, ao se alinhar com as necessidades e vivências dos camponeses, fortalece a identidade e a resistência, criando alternativas para um modo de vida mais saudável e sustentável.

Ademais, a pesquisa ressaltou que a agroecologia não se configura como uma solução isolada, mas sim como um processo contínuo de transformação que envolve a revalorização dos saberes locais e a construção de uma rede de apoio e solidariedade entre os indivíduos e a natureza. A prática agroecológica, ao mesmo tempo, atua como um resgate de saberes ancestrais e como uma resposta criativa aos desafios impostos pelos modelos hegemônicos de produção agrícola. Por fim, a integração de abordagens participativas se mostrou essencial para a promoção de um

ambiente mais justo, saudável e capaz de garantir a sustentabilidade das futuras gerações, tanto no âmbito ecológico quanto social.

Portanto, a experiência da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger pode servir de modelo para outras iniciativas de reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável, reforçando a importância de políticas públicas que incentivem a agroecologia como uma alternativa viável e eficaz para o enfrentamento das questões sociais, ambientais e econômicas no campo.

Referências

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. Bases teóricas para promoção da saúde e resistência camponesa: um novo horizonte metodológico. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe2, p. 345-362, 2022. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kwbjkhHHzCJ6SKfWSPLnvgc/?lang=pt> Acesso em: 22 jan. 2025.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, F. D. Territorialização Dos Assentamentos Rurais: Da Conquista Da Terra À Construção De Uma Identidade/Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity. *Revista Nera*, [S. l.], n. 48, p. 98–113, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6367>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BORSATTO, R. S. "Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense." Orientador: Profa. Dra. Nilce Nazareno da Fonte. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Volumes 28 e 29. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Rio Claro, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC Ltda, 1999b

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecol.e Desenvolv. Rural Sustent*, v.3,p. 18-28, 2002.

LEAL, L.; FILIPAK, A.; DUVAL, H.; FERRAZ, J. M.; FERRANTE, V. L. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 7, n. 14, p. 31-54, 23 mar. 2020. <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9076/7252>

LOPES, P. R. et al. Tecnologias sociais no litoral do Paraná: Construção de territórios agroecológicos a partir de experiências do MST e do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR. In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). *Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular – Vol. 1*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021. 243p.

LOPES, Paulo Rogério. Sanidade vegetal na perspectiva da transição agroecológica. **Revista Fitos**, v. 13, n. 2, p. 178-194, 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais. Vozes. Petrópolis, RJ. 2017.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia MP. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. *Revista Nera*, n. 10, p. 72-93, 2012. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424>

PALM, Juliano Luís et al. Agroecologia e soberania alimentar: lutas por justiça e alimentação saudável em territórios periféricos urbanos. **Saúde em Debate**, v. 48, p. e8576, 2024.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. *Sociedade e Estado*, v. 35, n. 01, p. 307-337, 2020. <https://www.scielo.br/j/se/a/g4xJ8C3rqzcZKJbgM3fSWnz/?lang=pt>

RADOMSKY, Guilherme FW. Experiência, linguagem e narração: problemas teóricos e reflexões a partir de pesquisa de campo. *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 240-267, 2021. <https://www.scielo.br/j/soc/a/cMHDSkBMhkHStQNP6345Lym/>

ROCHA, João Mendes da. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe2, p. 455-466, 2022. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RWJy9nrwfSzwGSXjt9RwMrj/?lang=pt>

ROSA, Marcela Pereira. O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, p. e190747, 2020. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gP6BthbRgTGMLSpR5gxHBkL/>

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília. 2009. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/5591/1/2009_EmmaCademartoriSiliprandi.pdf

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria editorial, 2008.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB/Mil Folhas. 2019.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar. 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*, v. 1, p. 474, 2017. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf Acesso em: 13 jan. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de galinhas, 2010.

ARTIGO 3

A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA COMUNIDADE AGROECOLÓGICA JOSÉ LUTZENBERGER

Quando pequenas comunidades organizam sua vida em torno de uma lógica amorosa, todos os aspectos do dia a dia podem ser proveitosos para todo mundo.

Bell Hooks. Tudo sobre o amor. p 135

Resumo

A reforma agrária no Brasil, um tema central nas discussões sobre justiça social e desenvolvimento rural, tem sido fundamental para a busca de uma sociedade mais igualitária, conforme preconizado pela Constituição Federal. No entanto, a implementação dessa política tem sido desafiada por profundas desigualdades fundiárias e por práticas coercitivas das elites e do Estado, que perpetuam a exclusão de camponeses e trabalhadores rurais. Os assentamentos rurais, como a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, exemplificam a resistência e a inovação no campo, adotando práticas agroecológicas como alternativas ao modelo agrícola convencional. Nesse contexto, surge a Reforma Agrária Popular (RAP), proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se distingue da reforma agrária clássica por sua abordagem de base popular, com ênfase na mobilização e pressão popular. A RAP busca enfrentar a concentração fundiária não apenas de grandes latifúndios improdutivos, mas também de corporações do agronegócio e empresas transnacionais que dominam a agricultura. Este artigo, a partir do estudo da Comunidade José Lutzenberger explora essas dinâmicas de luta pela terra e pela justiça social, destacando o papel dos movimentos sociais e das práticas agroecológicas na construção de um Brasil mais justo e solidário.

Palavras-chave: reforma agrária, reforma agrária popular, MST, agroecologia, justiça social, desenvolvimento sustentável.

Introdução

A reforma agrária no Brasil é um tema central nas discussões sobre justiça social e a promoção de um desenvolvimento mais igualitário no meio rural. Desde a promulgação da Constituição de 1988, a reforma agrária tem sido vista como um princípio constitucional que visa, entre outras coisas, a redistribuição da terra, a erradicação da pobreza e a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. Essa política pública está diretamente ligada à superação das profundas desigualdades fundiárias que marcam a história do país e que continuam a perpetuar a exclusão

social e a marginalização de amplos segmentos da população rural. A proposta da reforma agrária, portanto, transcende a simples redistribuição de terras, sendo uma ferramenta essencial para a construção de um Brasil mais equitativo. (BOTTA FERRANTE, et al 2022).

Porém, a implementação efetiva da reforma agrária no Brasil tem sido constantemente desafiada por uma série de fatores estruturais e políticos. O país continua a enfrentar grandes obstáculos para garantir o acesso à terra para aqueles que, historicamente, foram excluídos desse direito. A luta pela terra não se limita apenas ao processo de redistribuição, mas envolve uma profunda disputa contra as elites fundiárias e a resistência do Estado, que muitas vezes tem se mostrado omissos ou até mesmo conivente com práticas como a grilagem e a violência no campo. A negação do direito à terra e à dignidade das populações rurais se manifesta por diversos meios, incluindo a exclusão do acesso a direitos fundamentais e o uso de métodos coercitivos para garantir a permanência das grandes concentrações de terra. (SILIPRANDI, 2009).

Nesse contexto, os assentamentos rurais têm se consolidado como um dos espaços mais importantes de resistência e inovação dentro do movimento pela reforma agrária. Estes assentamentos, em sua grande maioria, são áreas destinadas à redistribuição de terras para trabalhadores sem-terra, e representam não apenas a conquista do direito à terra, mas também a possibilidade de implementar modelos alternativos de produção e de vida. Em muitos casos, os assentamentos rurais têm se tornado modelos de desenvolvimento sustentável e de convivência com o meio ambiente, com destaque para a adoção de práticas agroecológicas, que visam à integração da produção agrícola com a preservação ambiental. Essas práticas têm se mostrado uma alternativa viável ao modelo agrícola convencional, que frequentemente causa degradação ambiental e dependência de insumos químicos. (ALVES, 2013).

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada no município de Antonina, no litoral do Paraná, é um exemplo significativo dessa dinâmica de resistência e inovação. Formada por 16 famílias que compartilham uma área de 340 hectares, a comunidade adota práticas agroecológicas que buscam não apenas melhorar a produção agrícola, mas também fortalecer a identidade local e promover a

preservação do meio ambiente. A origem da comunidade remonta a um conflito territorial com o antigo proprietário da Fazenda Agropecuária São Rafael, que, por meio de práticas irregulares e crimes ambientais, alterou a paisagem original da área para pastagens destinadas à criação de búfalos, espécies exóticas que impactaram negativamente os cultivos de subsistência dos pequenos agricultores da região. A ocupação da terra por essas famílias foi, portanto, uma resposta a esse processo de destruição ambiental e a uma luta pela sobrevivência. (BORSATTO, 2007).

A resistência da Comunidade José Lutzenberger é emblemática, pois reflete a persistente luta dos camponeses por dignidade e justiça social em um contexto de desigualdade fundiária e exclusão. A formação do acampamento sem-terra, em 2003, foi um marco importante dessa resistência, ocorrendo no período em que o governo Lula favoreceu a expansão dos movimentos sociais e a luta pela terra, especialmente no contexto de um fortalecimento dos movimentos agroecológicos no Brasil. Este movimento não surgiu apenas como uma crítica ao modelo da Revolução Verde, que promoveu o uso indiscriminado de insumos químicos e pacotes tecnológicos na agricultura, mas também como uma resposta à crescente conscientização dos impactos ambientais e sociais desse modelo, estimulando alternativas mais sustentáveis e socialmente justas. (BORSATTO, 2007).

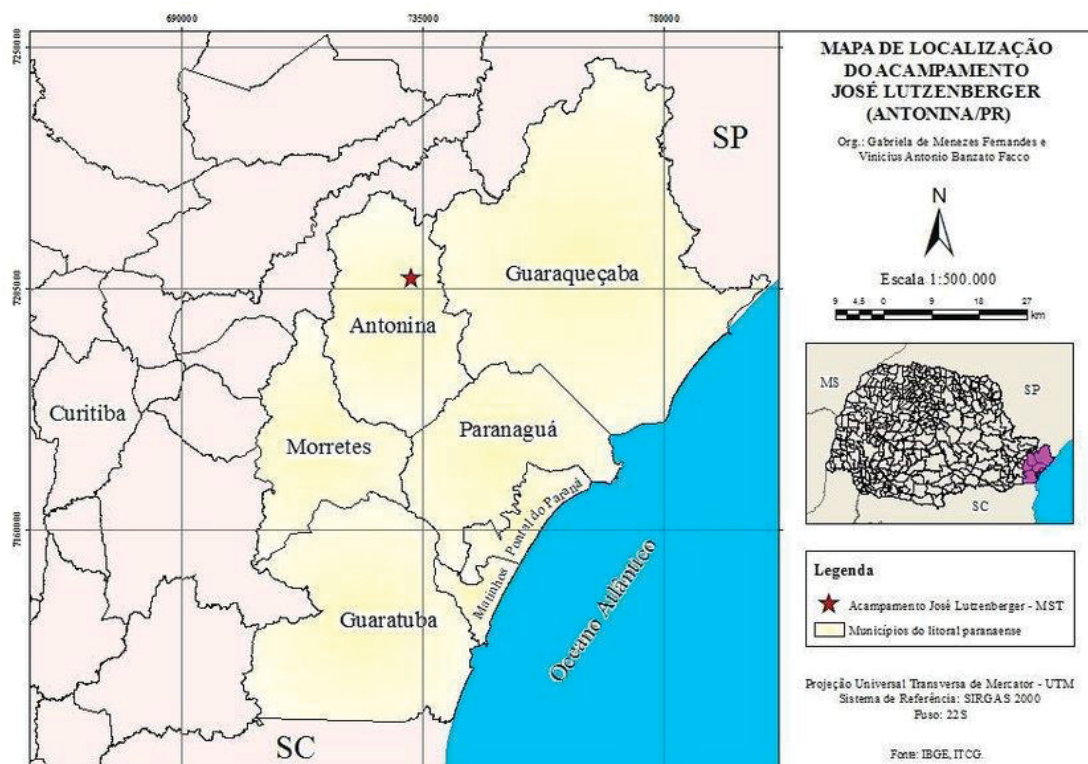
Neste cenário de resistência, surge também a Reforma Agrária Popular (RAP), uma atualização paradigmática da reforma agrária clássica que, até então, era defendida no Brasil. A proposta da RAP, que ganhou força no início dos anos 2000, foi mobilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e se diferencia da reforma agrária tradicional por sua abordagem de base popular e de baixo para cima. Se, na reforma agrária clássica, as propostas vinham do Estado para o campesinato, na RAP o campesinato é o agente principal da transformação, pressionando o Estado por meio de mobilizações populares para implementar a distribuição de terras. A RAP não se limita apenas à luta contra o latifúndio improdutivo, mas busca enfrentar um modelo mais complexo, em que o latifúndio se associa ao agronegócio e a corporações transnacionais que controlam as terras e os meios de produção agrícola, tornando-se os verdadeiros inimigos a serem superados (MST, 2013; MACHADO, 2024).

A compreensão da proposta da RAP envolve um olhar atento sobre as alterações na conjuntura político-econômica do Brasil, que nas últimas décadas tem sido marcada pelo avanço do neoliberalismo e pela intensificação da internacionalização da agricultura. A crescente inserção de empresas transnacionais no setor agropecuário e a financeirização da agricultura mudaram a dinâmica do campo, transformando o latifúndio e as corporações do agronegócio nos principais antagonistas dessa luta. As terras já não são mais apenas controladas por grandes proprietários, mas por conglomerados econômicos que operam de acordo com lógicas globalizadas, intensificando a exploração e marginalizando cada vez mais os camponeses. Esse novo cenário é um reflexo da precarização das relações trabalhistas urbanas, da "uberização" do trabalho e da intensificação das desigualdades sociais e territoriais, que empurram trabalhadores rurais e urbanos para as periferias e favelas das grandes cidades, num ciclo de exclusão e vulnerabilidade (FERNANDES, 1999; MACHADO, 2024; STROPARO, 2023).

Metodologia

Este artigo adota a abordagem qualitativa, com foco em um estudo de caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada no município de Antonina, no litoral do Paraná. A escolha dessa comunidade se justifica pela sua relevância como exemplo de resistência e inovação no contexto da Reforma Agrária Popular (RAP), especialmente no que diz respeito à adoção de práticas agroecológicas e à gestão coletiva do território por camponeses e camponesas.

Figura 1: Localização da Comunidade



Fonte: Facco, 2007.

A metodologia utilizada para a coleta de dados inclui entrevistas semi-estruturadas, que permitiram a obtenção de informações detalhadas sobre as experiências, percepções e desafios enfrentados pelos membros da comunidade no processo de implementação da RAP. As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas com líderes comunitários, camponeses(as) e outros membros da comunidade que participam ativamente das atividades agroecológicas e da gestão do território. Este formato de entrevista possibilitou uma interação mais flexível e aprofundada com os participantes, permitindo que eles compartilhassem suas histórias, práticas e visões sobre a reforma agrária e o impacto da agroecologia em suas vidas e no ambiente.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, com gravação das conversas para posterior transcrição e análise. O roteiro das entrevistas abordou temas como a história da comunidade, os conflitos fundiários enfrentados, as práticas agroecológicas adotadas, os desafios relacionados à sustentabilidade, e as questões de justiça social e solidariedade no contexto da RAP. Além disso, os participantes foram convidados a refletir sobre as transformações sociais e ambientais promovidas pela implementação dessas práticas e sobre as conexões com as tradições culturais e ancestrais do campesinato.

A análise dos dados seguiu uma abordagem de análise de conteúdo, com o objetivo de identificar as principais categorias e temas emergentes nas narrativas dos participantes. A interpretação dos dados buscou compreender as dinâmicas de luta pela terra, os impactos da agroecologia e o papel da comunidade na construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo e sustentável (MENDES, 2017).

Este estudo de caso, ao integrar entrevistas semi-estruturadas com uma análise qualitativa, busca oferecer uma compreensão aprofundada sobre o processo de implementação da Reforma Agrária Popular e suas implicações para as comunidades camponesas, além de refletir sobre o papel dos movimentos sociais e das práticas agroecológicas na promoção da justiça social e ambiental.

A Necessidade de defender a Reforma Agrária

Reforma agrária é um tema bastante complexo. Ao abordar a reforma agrária, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante et al (2022) explicitam referir-se a três aspectos centrais, os quais também adotaremos no presente trabalho, sendo eles: 1) as lutas travadas por diferentes grupos sociais marginalizados, que buscam a conquista e a manutenção da terra, 2) o conjunto de políticas públicas que surgem em resposta a essas lutas e 3) os possíveis projetos políticos que envolvem e conferem significado às ações e demandas dessas lutas.

Considerando o caráter dinâmico e complexo do tema, é imprescindível adotar ainda as seguintes abordagens interpretativas. Primeiramente, compreender a reforma agrária como uma política pública, um princípio constitucional para o meio rural, visto que essa é a forma viável de promover a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, conforme preconizado no artigo 3º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; BOTTA FERRANTE, et al, 2022).

As questões fundiárias e a reforma agrária colocam à prova o modelo de desenvolvimento do Brasil, que se consolidou à custa da marginalização da população e da negação de seu direito à terra. Tal negação se manifesta por diferentes meios: a exclusão do acesso a direitos, o uso de métodos coercitivos como a grilagem de terras, a atuação de milícias armadas, a destruição de bens e plantações, e a expulsão de populações originárias, tradicionais e de posseiros. No entanto, apesar da violência

das elites e do Estado, o sonho de democratizar o acesso à terra como um meio de promoção da justiça não foi extinto. (SILIPRANDI, 2009).

A persistente concentração de terras, que ainda impede o cumprimento desses princípios constitucionais e a consolidação da democracia, continua sendo um desafio a ser enfrentado. Exemplo disso são as ações da bancada ruralista, como as mudanças no Código Florestal, a aprovação de agrotóxicos proibidos em outros países, o bloqueio à demarcação das terras indígenas e quilombolas, e o apoio à regularização de terras públicas desmatadas, queimadas ou griladas. Assim como ocorreu em países como Itália e Japão após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil ainda depende da realização da reforma agrária para cumprir os preceitos constitucionais voltados para o meio rural. Somente por meio dessa reforma será possível consolidar uma sociedade mais livre, justa e solidária, e, ao mesmo tempo, erradicar a pobreza e a marginalização, avançando na direção da plena cidadania. (ALVES, 2019; STROPARO, 2022).

Os processos de exclusão social no Brasil estão intimamente relacionados à formação de populações que demandam terra e território. Sem a promoção da justiça social no campo, essa questão continuará a ser uma pauta recorrente. Desde a segunda metade do século XX, a demanda por terra e território, bem como por políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e das populações tradicionais, tem sido constantemente marginalizada na agenda política. Contudo, estas questões sempre retornam, renovadas pela democracia. (FERNANDES, 1999).

É necessário, portanto, fazer valer a função social da propriedade, sem se limitar aos critérios de produtividade. Diante das mudanças climáticas, das grandes extensões de terras ociosas, do desemprego e do empobrecimento da população rural, a reforma agrária se torna não apenas urgente, mas essencial. É fundamental controlar as forças que transformam a terra em mercadoria e fonte de especulação financeira, dando voz àqueles que encontram na terra e nos territórios sua identidade cultural e seu modo de vida. (BOTTA FERRANTE, et al, 2022).

Reforma Agrária Popular

A Reforma Agrária Popular representa uma atualização paradigmática da reforma agrária clássica que era até então defendida no Brasil. No início dos anos

2000 o Movimento dos Trabalhadores sem Terra mobiliza esta proposta, sendo o movimento o principal agente na sua implementação, através da pressão popular. Se na reforma clássica a proposta vinha de cima para baixo, ou do Estado para o campesinato, na RAP é o próprio campesinato que encabeça o processo. (MST, 2013).

A compreensão da proposta da RAP passa pelo entendimento das alterações na conjuntura político-econômica do Brasil. Na década de 1980 a classe camponesa se via antagonizando o grande latifúndio, contudo, com a intensificação dos processos de internacionalização da agricultura e do neoliberalismo, hoje este latifúndio associado ao agronegócio e a corporações estrangeiras são os inimigos a serem superados. Não se trata mais de enfrentar o latifúndio improdutivo, ou uma o patrão que explora a força de trabalho para enriquecer, mas grandes conglomerados econômicos, empresas transnacionais que detêm o domínio da agricultura. (MACHADO, 2024).

O uso dos territórios camponeses é diretamente influenciado pelo contexto histórico, o qual é marcado pelo imperialismo, pela financeirização da agricultura e pela lógica ultraliberal (FERNANDES et al., 2020). Os trabalhadores urbanos enfrentam a precarização das relações trabalhistas, e a “uberização” dos trabalhos reduz as possibilidades de melhora das condições de vida e empurra os trabalhadores para as periferias urbanas.

O avanço do modelo de desenvolvimento territorial capitalista acompanha a terceirização do trabalho, a intensificação das jornadas de trabalho e da exploração dos trabalhadores e acarreta no aumento da violência contra os povos do campo e na sua desterritorialização. (CPT, 2022). Isso porque tal modelo se baseia na busca por maiores taxas de lucro, obtidas através da exploração das pessoas e dos bens da natureza.

Diante de tal cenário, o movimento precisou reformular seu programa de reforma agrária de modo que os territórios conquistados pudessem desenvolver usos e formas de organização capazes de fazer uma oposição ao modelo hegemônico. O movimento pensa na construção de um projeto que transcenda os métodos produtivos, e este projeto se baseou principalmente na soberania alimentar e na agroecologia (MACHADO, 2024).

A reforma agrária se torna uma possibilidade de superação das injustiças, possibilitando ao campesinato acesso à terra, a alimentos de qualidade, e melhores

condições de vida. A reforma agrária é vista ainda enquanto possibilidade de gerir os processos de urbanização descontrolados das grandes periferias e, em sua dimensão política, a reforma é uma estratégia de fomento de um desenvolvimento soberano ao país, reduzindo as desigualdades fundiárias e sociais e o poder concentrado pelo agronegócio internacional (FERNANDES, 2020).

A RAP produz e é produzida por territórios multidimensionais, o que significa que os territórios camponeses não se limitam ao aspecto produtivo, abarcando também aspectos culturais e educacionais. Através do acesso à educação, cultura, da formação profissional e política, transformam-se as relações dos sujeitos entre si e com a natureza. (MACHADO, 2024).

A própria definição de território já abarca a existência de redes, e na RAP e criação de redes de apoio também é de suma importância. Estas redes podem ser formadas com o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas nos assentamentos, a criação de mercados alternativos para os produtos, a criação de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos é um tema de grande importância para o campesinato. A trama de relações sociais em rede criam articulações territoriais multiescalares (SAQUET, 2010), que possibilitam com que as demandas do movimento tomem proporções cada vez maiores, através de alianças políticas e parcerias.

No Assentamento José Lutzenberger nota-se uma extensa rede de aliados. Ao longo dos anos a comunidade foi construindo laços de confiança com diferentes instituições. Almeida (2023) descreve a importância da universidade para o fortalecimento de alguns dos processos vividos na comunidade. Campos, Gomes e Lopes (2024) descrevem o processo de aquisição de equipamentos para fortalecimento da agroindústria da comunidade, processo que foi tecido a partir da metodologia da pesquisa-ação.

Figura 8: Reunião entre membros da comunidade e pesquisadores da UFPR para o desenvolvimento de novos projetos



Fonte: Os autores (2024).

Figura 9: Ação de monitoramento de flora em campo



Fonte: Os autores (2024).

Para além do apoio das universidades, a comunidade tem laços de confiança com outros parceiros, como representantes do ministério público, representantes de outros movimentos, como o da Economia Solidária, instituições de turismo, que fomentam o turismo de base comunitária e organizações sem fins lucrativos.

A relação campo-cidade é central na descrição do projeto da RAP. O movimento pontua a necessidade de reforma agrária em terras próximas às cidades, de modo a viabilizar o escoamento da produção dos assentamentos às áreas urbanas, e ainda otimizar a infraestrutura dos assentamentos. Na visão do MST o programa deverá levar industrialização ao campo, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões. O desenvolvimento do espaço agrário deve ser fomentado pela criação de agroindústrias nos assentamentos. Para isso, demanda-se do Estado para investir e organizar em tais processos. (MST, 2013).

A relação campo-cidade é também uma oportunidade de popularização dos ideais da RAP. Isso se dá através de ações construídas em campo como a produção de alimentos agroecológicos, as feiras agroecológicas, ações de solidariedade (como a distribuição de marmitas da terra durante a pandemia de COVID-19), eventos como o JURA (Jornada universitária de defesa à Reforma Agrária).

Através destas ações, o MST se coloca para classe trabalhadora urbana enquanto um aliado, e pretende criar uma subjetivação positiva do movimento, uma forma de disputar o imaginário (território imaterial) sobre a importância do campesinato e da RAP. Não se trata simplesmente de uma disputa ideológica pela subjetividade da classe trabalhadora, as ações concretas de produção e solidariedade representam a própria razão de ser do movimento, que luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora tanto do campo quanto na cidade.

Ainda que o projeto de RAP focalize enquanto protagonista realizador o campesinato organizado, a função do Estado é primordial. Os contextos políticos influenciam diretamente a questão agrária, já que a RAP é uma questão de interesse político. São necessárias políticas que enfrentem o capital e invistam na desapropriação do latifúndio para criação efetiva dos assentamentos, e para além da garantia da terra, são necessárias políticas de assistência para que as famílias consigam permanecer nestas propriedades.

Não pretende-se aqui elencar a RAP como um projeto e um processo perfeito e sem contradições e limitações, contudo, evidenciar esta possibilidade dada a realidade concreta da classe trabalhadora no país. O acesso à terra e a viabilidade

das pessoas produzirem seu próprio alimento, construir sua moradia e cuidarem de suas famílias de forma digna, contribuindo com a comunidade e à sociedade.

Quadro 3: Diferenças entre a Reforma Agrária Clássica e a RAP.

	REFORMA AGRÁRIA LIBERAL	REFORMA AGRÁRIA POPULAR
Objetivo	Melhorar a produção e a produtividade	Combater desigualdades sociais, democratizar a terra.
Enfoque Econômico	Foco na modernização e aumento de eficiência	Foco na justiça social e solidariedade no campo.
Modelo de Distribuição de Terras	Terra para grandes produtores e empresas	Terras para pequenos agricultores, famílias sem-terra.
Papel do Estado	Mediador, executor e financista	Agente de transformação social, mediador das demandas populares.
Relação com Movimentos Sociais	Menos ligação com movimentos sociais populares	Forte ligação com movimentos como MST.
Proposta de Desenvolvimento Rural	Foco no crescimento econômico, aumento da produção	Sustentabilidade, agroecologia e bem-estar das comunidades.

Visão Política	Conservadora, conciliatória com as elites agrárias.	Radical, transformadora, ruptura com a concentração de terras e poder.
----------------	---	---

Fonte: autora (2025)

ASSENTAMENTOS

Os assentamentos, enquanto territórios criados, representam atualmente um componente fundamental no processo de produção e organização do espaço agrário brasileiro. Nesse contexto, o território adquire uma nova configuração, uma nova organização territorial e uma paisagem distinta, o que redimensiona as relações de poder. Isso ocorre porque, enquanto territórios criados ou construídos, essas relações estão presentes em todos os níveis, manifestando-se tanto na efetivação do território quanto nas territorialidades construídas (DOURADO, 2013).

Pode-se afirmar que os assentamentos são, de fato, resultados de um processo de construção que ocorre “(...) no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico” (SAQUET, 2010, p.37), representando um espaço que vai além da simples moradia. Os assentados, ao desenvolverem uma identificação com o lugar, atribuem-lhe um valor simbólico, criando uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias tanto individuais quanto coletivas.

Se anteriormente as pessoas se viam e eram vistas apenas como "sem-terra", a conquista da terra inaugura um novo ciclo, em que a condição de assentado traz consigo novas expectativas em relação à vida e ao trabalho na terra (DA ROS, 2002). Os assentamentos, portanto, representam não apenas a conquista de um pedaço de terra, mas também a busca pela construção de uma nova identidade, um novo sentido para a existência dos trabalhadores, que antes estavam afastados de condições de trabalho dignas (DOURADO, 2013).

As relações que os indivíduos estabelecem no assentamento, fundamentadas na vivência coletiva, serão essenciais para a definição de novos papéis sociais, contribuindo para a consolidação do sentimento de pertencimento. Almeida (2006, p.

293) ressalta que “(...) os assentados apresentam-se como diferentes, mas, no encontro na terra do assentamento, percebem-se iguais em suas diferenças, visto que sonham o mesmo sonho e partilham as mesmas esperanças de ver a vida melhorar.”

A análise da construção da identidade em um assentamento envolve a compreensão do desenvolvimento histórico do local e, de forma mais específica, os encontros entre histórias de vida singulares, que, apesar de diferentes, estão amalgamadas em um mesmo propósito: o assentamento como conquista da terra de trabalho e morada de vida (ALMEIDA, 2006).

É importante ressaltar que a historicidade da identidade em um assentamento, quando analisada na esfera política, revela que ela também possui um caráter posicional e conjuntural. Isso significa que a identidade pode ser construída ou desconstruída de acordo com as circunstâncias políticas e sociais. Identidades formadas sob a influência dos movimentos sociais podem articular diversas posições e identificações dos sujeitos, representando tradições, “raízes”, heranças, passado e memórias de lutas e resistência. No entanto, também estão ligadas a estratégias para o futuro, a “rotas”, “rumos”, projetos, mudanças, progresso e as “esperanças de ver a vida melhorar”.

Assim, pode-se inferir que o processo de construção da identidade territorial nos assentamentos é histórico e relacional, envolvendo a conjugação de elementos materiais e simbólicos. Esses elementos podem ser traduzidos como o espaço de referência identitária — que se refere ao espaço concreto e simbólico onde se ancoram a construção de uma identidade social e cultural específica — e a consciência socioespacial de pertencimento, que implica o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e auto-reconhecimento. Isso implica, em última instância, que os indivíduos se reconheçam como pertencentes a um grupo e a um território particular. (DOURADO, 2013).

COMUNIDADE AGROECOLÓGICA JOSÉ LUTZENBERGER



Fonte: A autora, 2023.

A origem do acampamento remonta à história de agricultores que habitavam a região há várias décadas. Borsatto (2007), em sua dissertação, descreve os processos que antecederam a ocupação que deu origem ao assentamento. Segundo o autor, que obteve relatos nos primeiros anos da organização, a área pertencia a uma grande propriedade denominada Fazenda Agropecuária São Rafael, onde cerca de 50 famílias de posseiros conviviam de forma harmoniosa com o proprietário da época.

Na década de 1980, a fazenda foi adquirida por um renomado advogado de Curitiba, o que ocasionou sérios problemas para a comunidade local de posseiros. O novo proprietário implementou a criação de búfalos, uma espécie exótica de grande porte, que causou um impacto significativo na paisagem e no equilíbrio ambiental da região. Para alimentar os búfalos, a vegetação nativa foi retirada para dar lugar ao plantio de capim braquiária, que se espalhou rapidamente pela propriedade.

A introdução da búfalinocultura afetou as atividades dos pequenos agricultores de diversas maneiras. De acordo com relatos presentes no documentário “Agrofloresta é mais”, o antigo proprietário tinha o objetivo de adquirir toda a área ocupada pelos posseiros e, para isso, passou a adotar medidas para pressionar a saída da comunidade. Entre essas ações, destacam-se a soltura dos búfalos nas

plantações, o que resultava na destruição das lavouras da comunidade. Esses episódios foram denunciados à delegacia de Antonina, mas as denúncias não resultaram em ações efetivas, e os ataques continuaram. As pressões sofridas ficaram marcadas na memória dos moradores, sendo lembradas e vivenciadas até os dias atuais.

A trajetória de luta pela terra que culminou na formação da Comunidade Agroecológica José Lutzenberger reflete a resistência histórica do campesinato brasileiro. A marginalização dos trabalhadores rurais e seu perfil migratório são evidentes nos relatos das famílias assentadas, muitas das quais percorreram longas distâncias até se estabelecerem no litoral paranaense. Esses relatos demonstram que a conquista e a permanência nesse território só foram possíveis graças ao conhecimento ancestral e à organização coletiva, que foram fundamentais para superar os desafios impostos tanto pelo ambiente quanto pelo modelo agrícola predominante.

Nasci no sertão, no meio do mato, trabalhando na lavoura com meus pais. E aí, nós somos seis irmãs, né? Depois que eu perdi o meu pai, a minha mãe tentou voltar para nossa terra, trabalhar na terra. E não conseguiu. Então, eu tinha aquele sonho de voltar a fazer tudo o que meus pais faziam. Eu sempre tive aquele sonho de voltar às origens dos meus pais, do jeito que eu fui criada. Não importava com quanto de idade eu ia estar. Não, eu nem pensava nisso (ENTREVISTA L.M.A.R, 2024).

A agroecologia, mais do que uma simples forma de produção, desempenhou papel essencial no fortalecimento da identidade camponesa da comunidade. Ela ressignifica a relação dos agricultores com a terra, promovendo autonomia, preservação ambiental e práticas solidárias que asseguram a segurança alimentar e a sustentabilidade. O modo de vida agroecológico reafirma valores de cooperação, partilha e respeito à biodiversidade, consolidando a comunidade como um espaço de resistência e inovação no campo.

Figura 10: Horta agroecológica da agricultora entrevistada.



Fonte: Os autores (2024).

A gente foi chamado para uma mesa dentro da Universidade né com boné, com chapéu, com bandeira do Movimento Sem Terra. Nossa, para nós é um momento assim de orgulho.. são os momentos que marcou na nossa vida na minha vida assim né é de você estar dentro dessas instituição de ensino né, porque nós nunca imaginava estar na universidade, tipo um filho meu está estudando na universidade, e agora eu tenho meu filho mais velho que ele é formado pela ELA né na Lapa é formado em agroecologia. (ENTREVISTA L S. O, 2024).

Figura 11: Encontro da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, com a presença de moradores da Comunidade José Lutzenberger



Fonte: Os autores (2023).

Além disso, a chegada de novos moradores, especialmente jovens atraídos pelos princípios agroecológicos, evidencia a continuidade e renovação do campesinato. Esse movimento desafia o antigo mito sobre o fim do campesinato e ressignifica as identidades no campo. Com o acesso a novas tecnologias e conhecimentos, a juventude tem o potencial de fortalecer e expandir o projeto comunitário, promovendo melhorias na qualidade de vida e na sustentabilidade da região. Diante desse cenário, os moradores da comunidade vislumbram um futuro promissor, em que as práticas agroecológicas continuarão sendo um pilar de resistência e esperança.

A seguir a fala de um dos moradores mais jovens da comunidade em relação a relação da comunidade com os princípios ecológicos:

Não é só extrair da natureza uma mercadoria. Alimento, acho que nem deveria ser mercadoria, né, a visão ali deveria ser algo que o Estado deveria garantir e tal. Mas, enfim, a gente tá num sistema capitalista, em que tem um mercado, né, a palavra mercado, tem um mercado que demanda o ritmo das coisas. Então, eu acredito que produzir alimentos saudáveis, agroecológicos, e sistemas agroflorestais, e tá contribuindo com o equilíbrio ecossistêmico, é uma rebeldia, no dia de hoje. É uma rebeldia e é uma obrigação. Rebeldia necessária, né, pra fazer reforma agrária. (ENTREVISTA D.D.O, 2024).

O mesmo morador expressa suas perspectivas em relação ao futuro da comunidade:

Então a gente olha em volta e a gente já vê que é possível fazer o processo reverso. O que o agronegócio fez, o que o manejo inconsciente fez, e o que o manejo consciente e consciência fez, a **agroecologia é ciência de futuro**, não sei, é uma ciência que ela tá além do seu tempo, então o que a gente desenvolver aqui, o que é essa comunidade, ela vai representar pra muito fora. Então, principalmente investir em pessoas aqui dentro agora, pra que essas pessoas sejam qualificadas dentro dos seus processos, pra que esse lugar seja um lugar que seja orgânico de verdade, mas orgânico não só do produto orgânico, mas pra que a comunidade seja orgânica em si também, pra que não tenha centralização, pra que o peso saia das costas de um, e que esteja todo mundo carregando junto esse processo. E ela toda regenerada é um espaço ecoturístico e pedagógico, então esse projeto da Itaipu aí, de fazer uma faculdade aqui dentro, ela vai cumprir essa função, sabe? Turístico e pedagógico, formar pessoas, a partir daqui a gente formar pessoas pro mundo. (ENTREVISTA D.D.O , 35 anos).

Outras moradora também relatam suas visões de futuro para comunidade e o potencial dela se tornar cada vez mais uma referência em se tratamento de um assentamento agroecológico:

Esse lugar pode se tornar muito referência. Não só no sentido assim de referência, porque queremos atenção. Mas no sentido de, poxa, deu certo. “Ó, aquele pessoal mora ali, existe uma agrofloresta. Existe um escoamento de produtos e eles vivem bem”. E não é um modelo assim pra ser copiado igual a seita, né? Mas pra que as pessoas olhem e falem, nossa, dá certo a gente viver na natureza e tá na tranquilidade. (ENTREVISTA T.R, 35 anos).

Eu quero assim é uma projeção do assentamento né, que parece assim quando ele acontece, parece que demora né, como a gente demorou 24 anos para que acontecesse o assentamento, vai demorar um pouco também a projeção do assentamento mas a gente sabe que a gente tem que passar pelas etapas né de até assim para a gente cair na realidade né porque tudo que vem às vezes ele pode ficar saindo, pode tá se perdendo. Mas eu acredito ainda que um assentamento exemplar, uma agrovila exemplar, com as fossas, com as águas, as casas todas organizadas, esse é um sonho meu para todos. eu não quero que ninguém tenha mais ou menos. eu quero que seja igual pra todos. (L.S.O, 57 anos)

Eu sempre falo nas reunião que meu sonho é ver a área toda recuperada, porque ali atrás tem bastante afluentes né, e a braquiária tomou conta a gente não vê mais as águas, então a eu falei nossa e agora com esse novo projeto que foi escrito que os meninos fizeram lá é vai ser maravilhoso, depois de tudo pronto a gente vê os Rio correndo, igual tá atrás da minha roça mesmo passa um pertinho assim e era uma água branquinha, mas daí agora a gente vê só braquiária por cima tampou tudo a gente não vê mais e disse que tem umas quatro ou cinco afluentes ali que vem do lado da montanha para cá. (V.A.S, 62 anos)

Ah, eu gostaria de ver tudo florido, tudo cheio de planta, cheio de fruta, cheio de lavoura. E as pessoas colhendo, porque é Deus, porque é isso. Tudo planta, tudo dá, né? Mas é o que Deus oferece. Um pouco tem a força de vontade da pessoa, né?. Tem que ter força de vontade da pessoa. Mas está muito bom. Eu acho também. O jeito que eles estão no projeto que eles estão fazendo, de fazer isso, fazer aquilo outro. Reflorestar onde precisava, né? Com coisa, com fruta, com alimento. É muito bom. (M.P.S, 82 anos).

Tabela 4: Ações efetivadas pelo Assentamento José Lutzenberger que atendem a proposta da Reforma Agrária Popular.

FUNDAMENTOS DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST	OBJETIVOS DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST	AÇÕES CONSTRUÍDAS/ EFETIVADAS NO ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER
1. TERRA	a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia. b) Impedir a concentração da propriedade privada; c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra; d) Eliminar o latifúndio; e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra; f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras. g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais.	• Garantia a função social do uso, posse e propriedade da terra; • Acolhimento de pessoas sem-terra • Ações políticas de luta pela reforma agrária • Redes de articulação, luta e defesa da terra.
2. NATUREZA	a) Assegurar e preservar as águas e florestas como um bem público, acessível a todos/as; b) Combater o desmatamento e o comércio clandestino e ilegal das madeiras; c) Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental.	• Conservação dos recursos hídricos; • Combate ao desmatamento • Reflorestamentos e restauração de áreas degradadas por meio de princípios e

		práticas agroecológicas e agroflorestais, com ampla biodiversidade de espécies nativas. • Proteção das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. • Plantio, e manutenção de corredores e trampolins ecológicos; • Cobertura do solo; • Aumento da heterogeneidade da paisagem.
3. SEMENTES	a) Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, sejam tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo campesinato possa usá-las b) Defender a soberania nacional sobre produção e multiplicação de todas sementes e mudas;	• Uso, multiplicação e socialização das sementes crioulas. • Participação das Festas de Semenetes Crioulas no território paranaense.
4. PRODUÇÃO	a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças	• Produção agroecológica e agroflorestal; • Produção de alimentos saudáveis, livres de veneno; • Geração de renda para as famílias; • Economia solidária; • Preço justo dos alimentos; • Ampliação e fortalecimento da agroindústria da Associação Filhos da Terra. • Participação de

	produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres.	feiras • Entrega para a merenda escolar de cinco municípios do território
5. ENERGIA	a) Devemos construir formas para que se desenvolva a soberania popular sobre a energia em cada comunidade e em todos os municípios brasileiros. b) Desenvolver de forma cooperativada a produção de energia a nível local, com as mais deferentes fontes de recursos renováveis para atender as necessidades de todo povo brasileiro.	• Uso de tecnologias agroecológicas, de baixo impacto; • Agricultura de baixo carbono.
6. EDUCAÇÃO E CULTURA	a) Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis; b) Incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa; c) Assegurar o acesso, a produção e controle dos mais diferentes meios de comunicação social no campo; d) Desenvolver a formação técnico-científica e política, de forma permanente, para todos que vivem no campo; e) Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc.	• Resgate da cultura e da ancestralidade do território, das famílias; • Recuperação dos símbolos da cultura caçara; • Festa da reforma agrária popular, que acontece anualmente. • Assentamento como laboratório vivo; • Recebimento de estudantes do ensino médio, fundamental, • Parceria com projetos; • Aulas de campo; • Desenvolvimento de turismo de base comunitária;
7. DIREITOS SOCIAIS	a) Os trabalhadores/as rurais sob regime de assalariamento devem ter todos os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas garantidos e equivalentes aos	• Luta pela garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários. • Condições de

	trabalhadores urbanos e as relações de trabalho devem ser construídas sobre a base da cooperação, gestão social e de combate a alienação. b) Assegurar que remuneração seja compatível com a renda e a riqueza gerada. c) Garantir condições dignas e jornadas adequadas de trabalho. d) Combater de forma permanente e intransigente o trabalho análogo à escravidão, expropriando de todas as fazendas e empresas que fazem uso dessa prática. e) Combater todas as formas violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes.	trabalho dignas; • Ações políticas de integração; • Redes de articulação e fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.
8. CONDIÇÕES DE VIDA PARA TODAS E TODOS	O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas.	Permanência e senso de pertencimento das camponesas e camponeses neste território.

Fonte: Elaboração da autora, com base na Cartilha da Reforma Agrária Popular, MST (2013), e pesquisa de campo realizada durante o mestrado.

Dessa forma, a reforma agrária no Brasil, longe de ser um processo linear, é permeada por desafios históricos, políticos e sociais. A resistência de comunidades como a José Lutzenberger e a adoção de práticas agroecológicas ilustram como é possível construir um modelo alternativo de desenvolvimento rural, mais justo e sustentável. No entanto, para que essas alternativas se espalhem e se consolidem de maneira mais ampla, é necessário que o Estado, as políticas públicas e os movimentos sociais se articulem de forma mais eficaz, promovendo um ambiente propício para a inovação e a sustentabilidade no campo. A reforma agrária, quando associada à luta pela preservação ambiental e ao fortalecimento das identidades locais, pode, portanto, ser uma chave importante para a construção de um Brasil mais justo, e realmente sustentável.

Conclusão

A partir do estudo de caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, é possível perceber como a Reforma Agrária Popular (RAP) se configura como uma estratégia de transformação profunda, não apenas no campo da redistribuição da

terra, mas também na promoção de uma agricultura sustentável e de base comunitária. A RAP visa enfrentar a concentração fundiária não apenas de grandes latifúndios improdutivos, mas também das corporações do agronegócio e das empresas transnacionais que dominam a agricultura brasileira. Este movimento, impulsionado pelo campesinato, é de baixo para cima, com as camponesas e camponeses tomando a liderança na gestão de seus territórios, com o objetivo de preservar a natureza, conservar a biodiversidade e promover práticas agrícolas que respeitam os ciclos naturais.

A experiência da Comunidade José Lutzenberger ilustra como a adoção de práticas agroecológicas pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo, onde a preservação ambiental e a produção de alimentos limpos caminham lado a lado. Além disso, ao resgatar valores ancestrais e culturais do campesinato, especialmente da cultura caiçara, a comunidade fortalece sua identidade e cria alternativas ao modelo agrícola tradicional, que muitas vezes é predatório e excludente. Por meio da organização coletiva, articulações com outras instituições e a promoção dos princípios da agroecologia, justiça social e solidariedade, a comunidade expande o alcance de sua luta e reverbera seus princípios a outros territórios.

Este artigo, a partir do estudo de caso da Comunidade José Lutzenberger, explora essas dinâmicas de luta pela terra e pela justiça social, destacando o papel fundamental dos movimentos sociais na construção de um Brasil mais justo e solidário. A RAP, ao ser liderada pelos próprios camponeses, transforma não só as relações de posse de terra, mas também as relações de poder e de produção, promovendo a autonomia das comunidades e garantindo que seus direitos sejam respeitados. Através desse movimento, é possível vislumbrar um modelo alternativo de desenvolvimento rural, onde a justiça social e a sustentabilidade ambiental estão no centro da construção de um futuro mais equilibrado e inclusivo.

Portanto, a experiência da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger demonstra que a Reforma Agrária Popular não é apenas uma questão de redistribuição de terras, mas um movimento que articula práticas agroecológicas, resgate cultural e luta por justiça social, oferecendo um exemplo concreto de como as

comunidades rurais podem protagonizar seu próprio destino e contribuir para a construção de um Brasil mais justo, solidário e ecologicamente equilibrado.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Laynara Santos et al. "A universidade como mediadora social: o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger (PR)." *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, p. 21-39, 2023

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. (Re)Criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, Flamarion. Dutra. Territorialização dos Assentamentos Rurais: Da conquista da terra à construção de uma identidade/Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity. *Revista Nera*, [S. l.], n. 48, p. 98–113, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6367>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BORSATTO, R. S. "Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense." Orientador: Profa. Dra. Nilce Nazareno da Fonte. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra. A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária. 2011. 298f.. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola, Área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BOTTA FERRANTE, V. L. S.; ALY JUNIOR, O. .; QUEDA, O.; BARONE, L. A. CARMONA DUVAL, H. . O Presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações. *Retratos de Assentamentos*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 365-388, 2022. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/528>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CAMPOS, Cíntia Virginia; GOMES, Aline Lima; LOPES, Paulo Rogério. Atuação do NAPI Alimento e Território por meio da Pesquisa-Ação na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger em Antonina/PR. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 2, p. 273-295, 2024.

DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. *Ruralidades*, Rio de Janeiro, n.4, p. 1/50. out. 2002.

DOURADO, Auceia Matos. Território, territórios: identidade dos assentamentos de reforma agrária em questão. Encontro De Geógrafos De América Latina, v. 1, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/29.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Volumes 28 e 29. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Rio Claro, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: Formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC Ltda, 1999b

MACHADO, Angela dos Santos. A formação dos mercados da reforma agrária popular pelo MST no Brasil (2003-2023). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, 2024.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. Cadernos de pesquisa, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

SAQUET, Marco Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília. 2009. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/5591/1/2009_EmmaCademartoriSiliprandi.pdf

STROPARO, Telma. Regina. Território, Agroecologia e Soberania Alimentar: Significações e Repercussões sob a Égide Decolonial. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 13, n. 39, p. 462–472, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1060>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar. 2006.

ARTIGO 4

ASSENTAMENTO¹ RURAL COMO ESPAÇO EDUCADOR: O CASO DA COMUNIDADE AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER

Ao contrário do que rege a sanha desenvolvimentista que engole montanhas, mananciais, florestas e comunidades, precisamos experimentar uma maneira de fazer educação mais responsável e implicada com o todo, confluyente e biointerativa. A aposta é educar como quem faz um roçado - Luiz Rufino, Ponta-cabeça: educação, jogo de corpo e outras mandingas p.72.

Ana Luiza Araujo de Campos[1]*

Paulo Rogério Lopes[2]

Resumo: Este artigo aborda a educação em agroecologia e tece reflexões do potencial educador de um assentamento agroecológico a partir da descrição de experiências territoriais camponesas de construção de sistemas agroecológicos, bem como a relação pedagógica e extensionista da universidade (UFPR Litoral) com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, assentamento da reforma agrária localizado no litoral do Paraná. No território estudado o conhecimento local e práticas tradicionais ancestrais das agricultoras e agricultores tem sido socializadas em espaços de troca e diálogo de saberes. A Universidade Federal do Paraná Setor Litoral tem sido beneficiada com esta experiência singular de transição agroecológica orquestrada pela comunidade, potencializando a práxis de construção do conhecimento agroecológico pautado nos saberes tradicionais e científicos. O contato da universidade com a realidade de um assentamento agroecológico possibilita uma formação sócio pedagógica humana, tecnológica e política de estudantes, técnicos e professores, alinhados com os quatro princípios da Educação em Agroecologia: vida, diversidade, complexidade e transformação.

Palavras chave: Educação em Agroecologia; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

Rural settlement as an educational space: the case of the José Lutzenberger Agroforestry Community

¹ Este artigo foi submetido à Revista Retratos de Assentamentos.

Abstract: This article addresses education in agroecology and reflects on the educational potential of an agroecological settlement based on the description of peasant territorial experiences of building agroecological systems, as well as the pedagogical and extensionist relationship of the university (UFPR Litoral) with the José Lutzenberger Agroforestry Community, an agrarian reform settlement located on the coast of Paraná. In the studied territory, local knowledge and ancestral traditional practices of farmers have been socialized in spaces for exchange and dialogue of knowledge. The Federal University of Paraná Litoral Sector has benefited from this unique experience of agroecological transition orchestrated by the community, enhancing the practice of building agroecological knowledge based on traditional and scientific knowledge. The university's contact with the reality of an agroecological settlement enables a socio-pedagogical, human, technological and political training of students, technicians and teachers, aligned with the four principles of Education in Agroecology: life, diversity, complexity and transformation.

Keywords: Education in Agroecology; Landless Workers Movement; José Lutzenberger Agroforestry Community.

Introdução

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é um assentamento rural da reforma agrária localizado no município de Antonina, no litoral do Paraná, sua organização coletiva teve início em meados de 2003, com a gestão de um projeto de assentamento com princípios ecológicos, baseados nas diretrizes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que desde o início dos anos 2000 defende a disseminação da agroecologia enquanto base produtiva e tecnológica nos assentamentos.

Em 2005 é fundado, no município de Matinhos, litoral do Paraná, o setor litorâneo da Universidade Federal do Paraná, que oferecia oito diferentes cursos de graduação, entre eles o Tecnólogo em Agroecologia. Este pólo universitário é formado a partir de um plano educacional diferenciado, considerado inovador, que visava a comunhão entre a comunidade acadêmica e externa e uma formação que colocasse realidades distintas em aproximação. (COUTO, 2011).

O projeto político pedagógico da UFPR litoral propõe a construção de um projeto inovador e emancipatório, tendo como princípio a reflexão acerca da realidade concreta do lugar em que se estabelece para o desenvolvimento de projetos com envolvimento dos alunos, professores e a comunidade em prol de mudanças no território. A consolidação da universidade se firma no compromisso com o litoral do Paraná, com intuito de oferecer uma educação pública e gratuita que disponibilize os conhecimentos produzidos para o desenvolvimento sustentável da região. (UFPR, 2008).

O plano pedagógico foi construído levando-se em consideração a discussão acerca do papel social da Universidade pública, e reforça valores para uma educação anti-hierárquica e anti-exclusivista. Compreende-se que em tempos de capitalismo dependente a universidade pública deve-se atualizar em relação às emergências do seu tempo. Nesta perspectiva os movimentos sociais são atores estratégicos para o futuro das universidades, e sua ação deve influenciar a produção de conhecimento nas universidades (COUTO, 2011).

Um dos primeiros projetos de extensão universitária na UFPR litoral, em 2006 foi justamente em confluência com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, que na época estava no início de seu acampamento. O Projeto denominado “Vivenciando a Proposta Pedagógica da UFPR - Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger” Portando, o elo entre o assentamento e a universidade vem desde o início de ambos os projetos, num processo de contínuo de cooperação. (ALMEIDA, 2023).

A educação formal em Agroecologia é bastante recente no país, e sua institucionalização foi decorrente de um longo e gradual processo de luta política, fruto do trabalho de atores dos movimentos sociais do campo e profissionais da educação. Os processos educacionais na agroecologia se vinculam a um novo projeto de sociedade, que visa a superação da exploração capitalista da natureza e do ser humano. Trata-se de um movimento de disseminação e popularização de saberes, a partir de novas relações sociais voltadas à transição para formas mais ecológicas e sustentáveis de se produzir alimentos e reproduzir a vida. (SOUZA, 2017; CALDART, 2017).

A educação agroecológica visa a formação de agricultores(as) pesquisadores(as) capazes de interpretar as interações ecológicas, valorizar a biodiversidade, experimentar e testar arranjos e sistemas de produção que incorporem os saberes próprios da natureza, e seus mecanismos de auto regulação. (SORRENTINO, 2016).

Este estudo teve como intuito abordar o tema da educação em agroecologia, e seus espaços formativos e trazer reflexões do papel da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger enquanto um espaço educador, descrevendo ações e atividades construídas em parceria com a Universidade Federal do Paraná - setor litoral nos últimos anos. O estudo utilizou como metodologias qualitativas a revisão bibliográfica e a observação participante, apresentando eventos, e processos educativos que tiveram significativo papel na formação dos alunos no ano de 2023 e 2024.

Breve histórico da educação em Agroecologia no Brasil

Sabe-se que as práticas de educação em agroecologia se estabelecem no Brasil a partir da década de 1970, num movimento crítico ao modelo de industrialização agrícola, e dos métodos unidirecionais de difusão do conhecimento preponderante nas ciências agrárias. O contato com a organização sociopolítica das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB) fez com que os movimentos do campo trouxessem os princípios da educação popular ao seio de seus debates. O olhar sobre os modos de produção dos camponeses convergiu com o enfoque agroecológico como alternativa ao modelo agrícola hegemônico. Tal processo demandou a construção de uma nova abordagem pedagógica, que valorizasse as histórias e os conhecimentos dos camponeses e camponesas em contato com o meio rural e a natureza (SOUZA, 2017).

Em confluência, nas universidades e instituições de ensino, pesquisa e extensão diversos profissionais professores, pesquisadores e estudantes teciam questionamentos sobre o conhecimento disseminado nas instituições que era baseado no pacote industrial da revolução verde. Na década de 1980 surgem os Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas (EBAs), eventos que reuniram interessados no debate das consequências da modernização da agricultura, e em

propostas de agriculturas alternativas ao modelo industrial (CALDART, 2009; SOUZA, 2015).

Concomitantemente aos encontros de agricultura alternativa surgem diversas iniciativas de educação em agroecologia provindas de diferentes meios: do movimento estudantil e de agrônomos que representavam uma resistência no meio acadêmico, de organizações não governamentais, dos movimentos sociais na luta por uma educação do campo, a de outras organizações interessadas na produção orgânica, entre outros grupos (SOUZA, 2017).

Todas estas articulações provindas de diferentes grupos que movimentavam os debates e as ações em torno do conhecimento agroecológico e representavam resistências científicas, acadêmicas, culturais e políticas ao modelo hegemônico, contudo, não possuíam ainda institucionalidade no âmbito de políticas educacionais. No final da década de 90, em 1998 é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Pronera, (Brasil, 2020), e com ele, se implementam os primeiros cursos de agroecologia formais, atendendo a reivindicações dos movimentos sociais do campo. Dessa forma, se institucionalizam a partir de política pública a presença da Agroecologia no ensino formal de instituições de ensino superior públicas. (SOUZA, 2017).

A partir destes espaços educacionais foram surgindo outros movimentos dentro e fora das instituições como núcleos e grupos de estudo, projetos de pesquisa e extensão, módulos e disciplinas em outros cursos, assim como novas configurações para os cursos, que foram se delineando apesar das resistências dos setores mais conservadores das instituições de ensino à implementação dos cursos com viés popular e agroecológico. (AGUIAR, 2016). A educação em agroecologia é mais abrangente que a grade dos cursos de ciências agrárias, e inclui conteúdo das ciências humanas, biológicas, da saúde e engenharias (DUARTE e RABELLO, 2016).

Nem todos os cursos em agroecologia apresentavam o mesmo viés, grande parte deles foi criada para atender a expansão dos cursos profissionalizantes e tecnológicos nas antigas escolas agrotécnicas, também haviam cursos voltados ao mercado orgânico e ainda os que estavam conectados aos movimentos sociais do campo. Diante deste cenário a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)

promoveu Seminários Nacionais de Construção do Conhecimento Agroecológico e mais recentemente o Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA) (AGUIAR, 2016).

O I Seminário de Educação em Agroecologia, que aconteceu em 2013, reuniu profissionais em torno deste debate, com o objetivo de promover aprendizados mútuos a partir da identificação e ressignificação dos referenciais que orientam experiências de educação formal em agroecologia no país. O Seminário foi um espaço de exposição de iniciativas, trocas de experiências e reflexão coletiva dos princípios e diretrizes da educação em agroecologia (TARDIN, 2021).

O enfoque agroecológico defendido pela ABA é o que entende a agroecologia em seu viés científico, teórico, metodológico e prático, que é também multidisciplinar e se volta ao estudo do desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica, sociocultural, de um enfoque sistêmico e que adota o agroecossistema como unidade de análise. Esta agroecologia apoia a transição dos modelos convencionais para modelos de agricultura e modos de vida mais sustentáveis. Como síntese deste encontro foram estabelecidos quatro princípios e diretrizes visando uma educação agroecológica comprometida com a construção de um futuro mais sustentável (SOUZA, DUARTE, 2017).

O primeiro princípio diz respeito à perspectiva biocêntrica e a valorização dos processos educativos que respeitem a vida e os ciclos vitais. O segundo é o princípio da diversidade, seja diversidade ecológica, quanto diversidade humana, reconhecendo a importância dos povos, etnias e comunidades tradicionais bem como duas práticas ancestrais. O terceiro é o princípio da complexidade, que sugere o pluralismo metodológico e epistemológico, a transdisciplinaridade e o diálogo de saberes. O quarto é o princípio da transformação, prezando por abordagens e práticas emancipatórias, ações de autogestão, e construção de autonomia (SOUZA, 2017).

Os processos educacionais na agroecologia se vinculam a um novo projeto de sociedade, que visa a superação da exploração capitalista da natureza e do ser humano. Trata-se de um movimento de disseminação e popularização de bases científicas às novas gerações, a partir de novas relações sociais voltadas à transição

para formas mais ecológicas e sustentáveis de se produzir alimentos e reproduzir a vida. (CALDART, 2017)

Os educadores em agroecologia passam a buscar a inserção destes princípios nos projetos políticos-pedagógicos e nas práticas educativas para construção de uma nova consciência social, e ainda o incentivo a novas relações com a terra, com os povos tradicionais e os povos do campo, das águas e das florestas. Segundo Duarte e Rabello (2016) a educação em agroecologia, numa perspectiva emancipatória pode ultrapassar a alienação em relação à sociedade e à natureza.

A agroecologia ocupa papel central no programa de Reforma Agrária Popular, pautando a defesa da produção de alimentos saudáveis na busca pela soberania alimentar. A relação entre agroecologia e educação é uma das premissas para consolidação da reforma agrária popular, e da participação de novas gerações. A construção de uma nova cultura que contemple a dimensão ecológica na centralidade do debate é uma tarefa que requer diferentes frentes formativas dentro e fora das escolas (TARDIN, 2021).

Mesmo os movimentos educativos serem bastante diversificados ao longo do território brasileiro, partindo de realidades muito diversas, com especificidades locais, potenciais e limitações as iniciativas educadoras em agroecologia se orientam pela Pedagogia do Movimento, tendo como característica fundamental justamente a conexão com a realidade, num âmbito teórico e prático, o contexto geográfico, social e histórico, a luta social, a organização coletiva. A agroecologia incorpora ainda o trabalho como princípio educativo, assumindo o vínculo entre educação e trabalho e educação e vida (CALDART, 2009).

Segundo a mesma autora, os currículos dos cursos de agroecologia precisam incluir práticas questionadoras, que problematizam a realidade local, reflitam e proponham ações de transformação da realidade. A abordagem sistêmica aplicada nos ambientes formativos garante uma visão integral das realidades, evitando reducionismos e superando um modelo de ensino que fragmenta as áreas do conhecimento. A partir do estudo da agroecologia compreende-se a necessidade do diálogo entre diferentes instituições para uma ação pedagógica contextualizada e

atualizada, tendo como unidade de análise os agroecossistemas, interligados aos sistemas agroalimentares e seus processos sociais e econômicos.

Nota-se que no Brasil, o desenvolvimento de políticas educacionais de ensino de agroecologia se conecta diretamente a educação do campo e as demandas dos movimentos sociais do campo. Ambas as propostas se vinculam a princípios de popularização da ciência e da produção de um conhecimento que atenda às comunidades rurais (CALDART, 2016).

O movimento dos trabalhadores sem-terra foi pioneiro ao construir os primeiros cursos técnicos em agroecologia do país, com o Pronera, e, esta iniciativa significou uma ruptura ao monopólio do conhecimento das ciências agrárias, que era orientado pelo pacote de modernização da revolução verde. A grade curricular destas primeiras escolas em agroecologia foi pensada para superação do viés tecnicista e da reprodução do capital (TARDIN, 2021).

Estas escolas do campo foram concebidas para atender às necessidades de classe do campesinato e aos objetivos estratégicos do MST, para formação de técnicos, militantes, e educadores que fossem capazes de realizar análises críticas e orientadas à convivência social, e ao comprometimento com a libertação e emancipação humana. A educação popular em agroecologia se baseia no conhecimento e nos saberes dos trabalhadores da terra, com o resgate de sabedorias ancestrais, que se articulam com conhecimentos científicos recentes (SORRENTINO, 2016).

Esta formação pedagógica inaugurada pelas escolas do MST influenciou a formação dos cursos em agroecologia e da construção do conhecimento agroecológico no Brasil. A educação do campo e o movimento agroecológico no Brasil vem defendendo uma produção de conhecimento que relaciona tanto o saber científico, quanto o saber dos povos, a partir de um diálogo de saberes, da problematização da realidade, e da valorização das práticas ancestrais. E também prioriza a criação de tecnologias adaptadas às realidades locais, voltadas à transformação social das famílias camponesas (SOUZA, 2015).

Com base em diferentes experiências de formação em Agroecologia Molina et al (2014) sistematizam princípios desejáveis em cursos de agroecologia vinculados à

educação do campo, elencando principalmente análise da realidade do campo, a identificação e aprofundando de problemáticas, para posterior mobilização de conhecimento e técnicas que possam contribuir na resolução dos problemas concretos vivenciados pelas comunidades do campo;

Para estes autores a base pedagógica da educação formal em agroecologia preconiza o enfoque na crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, na ruptura epistemológica da ciência dominante; em abordagens pedagógicas que valorizem os territórios e numa proposta de formação que possa dialogar com a realidade do campo buscando transformá-la. (MOLINA, 2014).

Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger – Histórico e localização

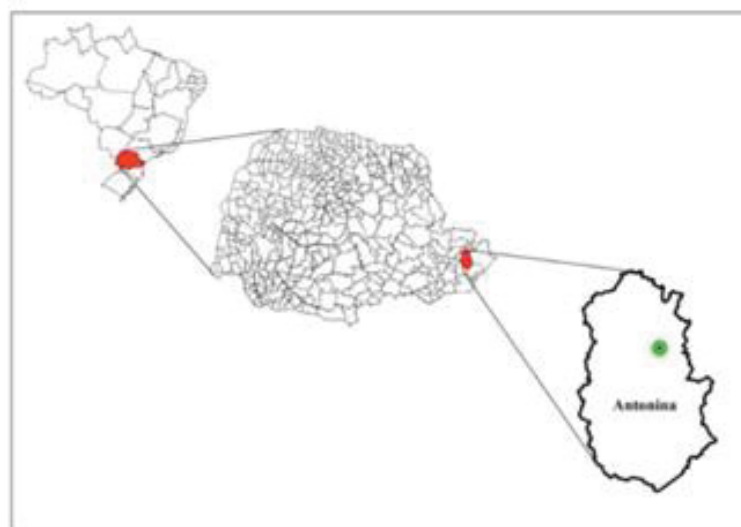
A região do litoral do Paraná foi originalmente ocupada por povos indígenas, de diversas etnias, até que no século XVI chegam as primeiras migrações portuguesas, que passam a buscar por ouro e minérios. O território também passa pela exploração intensiva de madeiras de corte e palmito. No século XVII há um ciclo de cultivo de bananicultura, que se encerra no século seguinte com a abolição da escravidão. (BORSATTO, 2007).

Gradualmente o território que era ocupado majoritariamente por agricultores livres que possuíam cultivos de subsistência e uma parcela menor de propriedades escravocratas, passa por uma diferenciação social, e alguns latifundiários adquirem a posse das melhores terras, formando uma elite agrária. Esta elite agrária foi beneficiada na década de 1970 com financiamentos e políticas de incentivo para modernização agrícola e para a implementação de sistemas de pecuária, num processo característico da revolução verde. (ESTANDES, 2000; BORSATTO, 2008).

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é um assentamento rural da reforma agrária localizado na zona rural do Município de Antonina, Paraná. Sua formação teve início em meados de 2003 por famílias que já ocupavam e trabalhavam na área anteriormente. Na década de 1980 a propriedade, até então chamada Fazenda São Rafael, foi vendida a um novo proprietário que pressionou a saída das famílias do local, através de restrições de uso da terra e ataques violentos. Apesar da saída da maioria das famílias deste território, um pequeno grupo desta comunidade

original decide por acampar na propriedade com o plano de estabelecer ali um assentamento da reforma agrária. (BORSATTO, 2007).

Figura 1- Localização da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger em Antonina, Litoral do Paraná, Brasil.



Fonte: ROSSITO, 2020.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi acionado e ofereceu assistência técnica e jurídica à comunidade, que após embates na justiça conseguiu permanecer no território. O plano da comunidade era implantar um assentamento que tivesse de acordo com as mais recentes diretrizes defendidas pelo MST que pautava uma produção norteada por práticas agroecológicas, sem a utilização de agroquímicos e defensivos agrícolas. (FACCO, 2007)

O planejamento era interessante pelo fato da área estar inserida numa malha de Unidades de Conservação da natureza, que tem como objetivo a proteção da Floresta Atlântica. Embora a proximidade do acampamento a áreas de proteção tenha gerado conflitos socioambientais, caso que foi descrito por Vaneski Filho (2021), a comunidade seguiu o plano de estabelecer ali sistemas agroecológicos (SAF's), o que foi acordado entre todas as agricultoras e agricultoras na época.

O litoral do Paraná é uma região que guarda os maiores remanescentes da Mata Atlântica, que sobreviveram à destruição deste ecossistema no estado do Paraná. A Comunidade, então composta por 20 famílias, permaneceu na área como

acampamento por duas décadas, até que em 2022 conseguiu assegurar o direito de uso à terra, estabelecendo-se como Assentamento da Reforma Agrária.

O caráter revolucionário do projeto, que alia produção livre de venenos, a recuperação ambiental atraiu, desde o início a atenção de alguns grupos, dentre eles, professores, técnicos e estudantes de algumas instituições, como a Universidade Federal do Paraná, que elaboraram projetos de extensão e pesquisa com o intuito de compreender e apoiar o desenvolvimento do assentamento. (ROSSITO, 2020, ALMEIDA, 2021).

A Mata Atlântica é um bioma composto por uma floresta tropical que se estende ao longo da costa litorânea brasileira. Este bioma é marcado por árvores de grande porte, vegetação densa, úmida e sombreada, com alto índice de biodiversidade tanto de flora quanto de fauna. O clima é predominantemente tropical e úmido recebendo massas de ar úmidas vindas do Oceano Atlântico, com altos índices pluviométricos. A região costeira é caracterizada ainda pelas formas de relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea (TIEPOLO, 2015).

Estas paisagens correspondem aos últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica que se encontram relativamente conservados devido a características geomorfológicas, regionais, processos históricos de ocupação, e a implementação de unidades de conservação que foram instituídas na década de 1980. Estas áreas são consideradas hotspots de biodiversidade do planeta e pertencem ao Mosaico de áreas protegidas Lagamar. Percebe-se que embora pareça protegida a área de floresta atlântica no litoral é baseada numa política de abandono, exclusão e invisibilidade social. (TIEPOLO, 2015).

A Fazenda Agropecuária São Rafael também viveu o processo de exploração madeireira e do palmito, ciclo da banana, e posteriormente derrubada da mata nativa para bubalinocultura. Para a alimentação destes animais a área recebeu o plantio de uma espécie de capim exótico, conhecido como braquiária. O capim foi modificado geneticamente para resistir a exposição do sol, altas temperaturas e também a alta umidade característica da região, e por conta desta modificação se espalhou rapidamente por toda área. O controle da braquiária foi um dos principais desafios a serem enfrentados pela comunidade (ROSSITO, 2020).

No interior da comunidade avista-se no horizonte o relevo repleto de morros e escarpas, característicos da serra do mar, uma vibrante faixa de mata nativa de composta por floresta ombrófila densa, que divide espaço com os lotes de cultivo que são caracterizados por agroecossistemas com dezenas de espécies alimentícias e não alimentícias em consórcio. As casas estão dispostas na rua principal, numa agrovila bastante ordenada.

A adoção de práticas agroecológicas e de sistemas florestais garantiu a mudança drástica na paisagem da Fazenda São Rafael, trouxe uma maior biodiversidade de flora e fauna, melhorou o solo e ainda promoveu transformação social na vida de muitas famílias. Na contramão do modelo convencional e destrutivo de agricultura, optou por adotar desde os primórdios de sua organização, um sistema produtivo agroecológico e agroflorestal que em duas décadas de existência coleciona experiências dignas de serem registradas e divulgadas.

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é um ponto de referência em sistemas agroecológicos na região litorânea do Estado do Paraná, pois este modelo produtivo e de vida, com centralidade nas agroflorestas, se mostra uma alternativa tecnológica viável para a agricultura na região. A relativa proximidade com a UFPR setor litoral fez com que se estabelecessem vínculos de parceria, especialmente de professores, pesquisadores, e alunos vinculados ao curso Tecnólogo em Agroecologia.

Assentamento laboratório

Devido ao histórico de uso e ocupação do território, marcado pela bubalinocultura, a área passa por um processo de transição, saindo de um ambiente completamente degradado com a inserção de práticas de manejo sustentáveis aplicadas pelas agricultoras e agricultores. Diferente do modelo convencional de agricultura, que é dependente de agrotóxicos e altamente mecanizado, o sistema agroecológico opera a favor do fluxo da natureza, impulsionando e acelerando processos que já ocorrem naturalmente. Para tanto, é necessário que os agricultores sejam observadores atentos, que compreendem os fluxos de energia que operam em cada ecossistema, o que não é tarefa simples. (BORSATTO, 2007).

Quando a comunidade se estabeleceu na propriedade uma das maiores dificuldades para iniciar o plantio foi controlar o avanço do capim braquiária. Os lotes produtivos precisaram ser preparados com auxílio de um trator que realiza o revolvimento e a descompactação do solo e da construção de sulcos de drenagem. Diversas outras técnicas são aplicadas para garantia da fertilidade do solo. Após este trabalho inicial são plantadas mudas de espécies consorciadas, de diferentes estratos vegetais. Numa agrofloresta o plantio das mudas é feito consorciado espécies que vão garantir biodiversidade e variabilidade genética a este sistema. Algumas garantem sombra, biomassa, uma maior fixação de nutrientes, outras conferem proteção contra invasores.

Toda a produção é colhida manualmente pelas famílias. No sistema agroflorestal estão consorciadas diversas espécies com fases de maturação e colheita distintas, possibilitando a produção durante o ano todo. Um desafio enfrentado atualmente pelos agricultores/as é o armazenamento ou aproveitamento dos alimentos para evitar perdas. Uma possibilidade que está se configurando no assentamento é a estruturação de uma agroindústria familiar, propiciando a potencialização da produção de minimamente processados e polpas de frutas diversas.

Os sistemas agroflorestais de manejo de base agroecológica compõem paisagens multifuncionais que promovem uma série de serviços ecossistêmicos e ambientais, como conservação das fontes hídricas, suas nascentes e a qualidade da vazão, recuperação de solos, proteção da agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, dos recursos florestais, geração de bancos de sementes, e outras funcionalidades. Ainda contribuem com o suprimento alimentar e da reprodução cultural das famílias do campo (ARAUJO, 2016). Acreditamos que outra função destas paisagens rurais agroecológicas é a utilização destes espaços para práticas educativas, permitindo a ampliação dos saberes do campesinato.

Saberes e etnoconhecimento camponês

Segundo Costa (2006) etnoconhecimento se refere ao conhecimento aprendido a partir das relações sociais e adquirido pela vivência e observação das dinâmicas naturais. São saberes assimilados na prática cotidiana e passados de

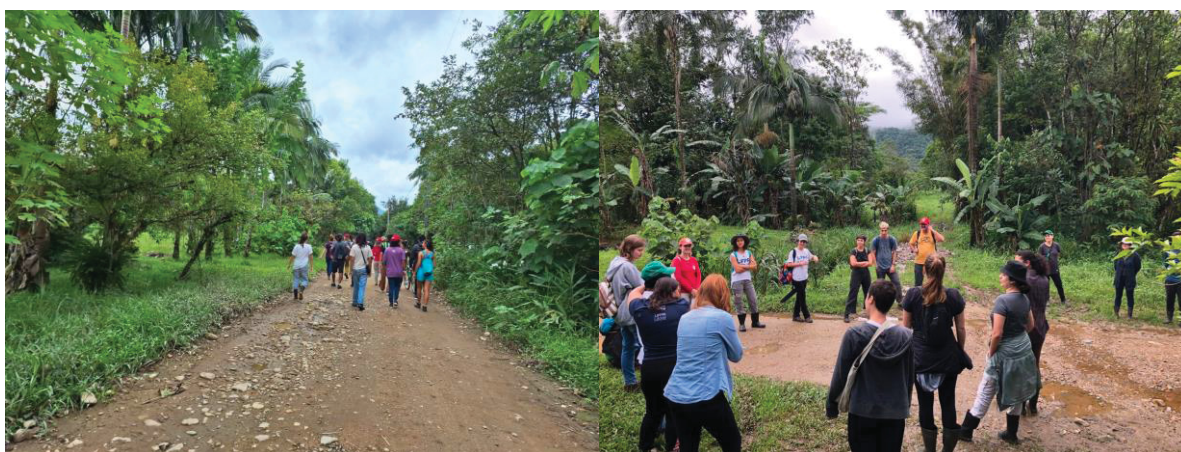
geração em geração. Para Diegues (2000) a diversidade dos agroecossistemas depende do etnoconhecimento das populações que realizam suas práticas de manejo, seguindo seus costumes.

Na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger a maioria das agricultoras e agricultores possuem conhecimentos e saberes sobre os sistemas agrícolas que foram aprendidos com seus familiares, principalmente no que se refere a métodos e técnicas de manejo. Tais práticas foram incorporadas no planejamento e construção de seus próprios quintais produtivos e nas áreas de uso coletivo. A implementação de técnicas ancestrais, e de novas técnicas, adaptadas às condições específicas desta localidade potencializou a produção de alimentos agroecológicos.

As experiências concretas de longos anos manejando neste ecossistema litorâneo de Mata Atlântica são primordiais na produção do conhecimento agroecológico, pois estas contribuem na conservação de espécies nativas, de grande importância ecológica, sendo estas as espécies vegetais cultivadas, bem como as espécies vinculadas, as quais são atraídas pelo enriquecimento da biodiversidade nos sistemas.

As experiências pedagógicas da comunidade acadêmica neste território possuem centralidade na socialização de tais experiências e do etnoconhecimento destas pessoas. O relato de cada agricultor e cada agricultora é de extrema riqueza e importância na formação dos estudantes, e também dos técnicos e professores.

Figura 12: Estudantes da UFPR-litoral na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.



Fonte: Arquivo coletivo da turma, 2024.

ICH Transição agroecológica

Interações Culturais e Humanística, ou ICH é um tipo de módulo compreendida no Plano Político Pedagógico da UFPR litoral, e se trata de um espaço de aprendizagem interdisciplinar que representa 20% da carga horária dos estudantes desta instituição. As ICHS são oferecidas semestralmente com temas diversos que possibilitam a articulação de saberes científicos, populares, culturais e interpessoais, com a participação de alunos de diferentes cursos e pessoas da comunidade externa.

A ICH de nome Transição agroecológica foi oferecida No ano de 2022, 2023 e no primeiro semestre de 2024. Entende-se por transição agroecológica o processo gradual que transforma as bases produtivas e sociais de uma propriedade para um sistema que respeita princípios ecológicos, visando a sustentabilidade da produção. (ALTIERI, 2012). A ICH promoveu diversas saídas de campo à Comunidade com intuito de estudar os agroecossistemas em transição no interior do assentamento, e deste modo, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer e vivenciar a prática do manejo agroecológico, o assentamento servindo como um laboratório a céu aberto, ou uma “fazenda-escola”

A ICH Transição Agroecológica focou em três frentes de estudo: a) Os sistemas produtivos agroflorestais de cultivo; b) O processamento e beneficiamento dos produtos das roças; e c) As vias de comercialização encontradas para o escoamento da produção. Para isso utilizou-se de metodologias participativas, baseadas em referenciais teóricos dos estudos em agroecologia e educação do campo que primam pelo respeito aos saberes e conhecimentos camponeses.

A caminhada transversal foi uma das metodologias utilizadas durante as idas à campo. Ela consiste em percorrer as áreas da comunidade sendo guiados por moradores locais, observando todo o agroecossistema com atenção ao que permeia a paisagem, o espaço, e questionando o informante sobre questões abrangentes vinculadas à realidade deste local, como histórico, problemas socioambientais, questões fundiárias. A partir da caminhada é possível elaborar esquemas que simplificam a rede de interconexões externas que permeiam este determinado espaço.

O Círculo de Culturas foi a metodologia escolhida para o início e fechamento das atividades da ICH junto da Comunidade Agroflorestal. O Círculo de Culturas é uma proposta de Paulo Freire e pertence a uma matriz teórico metodológica de reflexão da realidade. A partir da conversa em roda pode-se olhar para todas as pessoas que estão participando da conversa, ouvir o testemunho e a vivência dos atores de modo não-hierarquizado, primando pela horizontalidade das relações. Os estudantes participantes da ICH ouviram o relato das agricultoras e agricultores da comunidade sobre seus métodos e práticas de cultivo, compreendendo as medidas tomadas para recuperação do solo, da flora e da fauna no território.

Após o reconhecimento das áreas do assentamento planejou-se uma saída de Puxirão Agroecológico. Puxirão se refere ao convite de vizinhos para realizar uma tarefa coletivamente, geralmente para capinar, roçar ou realizar um plantio. O vizinho que recebia ajuda oferecia refeições e uma festa à noite. O puxirão era uma prática comum em comunidades rurais na década de 1960 e 1970, e o puxirão realizado em comunidades caiçara tradicionalmente era celebrado com fandango caiçara, que era tocado até o amanhecer.

A puxirão agroecológico foi uma proposta de resgate e memória da cultura camponesa e caiçara a partir do trabalho voluntário de alunos da ICH Transição Agroecológica. Os estudantes foram orientados por professores para executar o plantio, sendo necessário organizar as mudas que seriam plantadas, cavar os berços, depositar pó de rocha nos berços, realizar o plantio e a irrigação adequada.

O contato com a Comunidade foi primordial no decorrer do módulo, e pode-se acompanhar processos de ensino, pesquisa e extensão acontecendo em confluência, uma vez que a ICH não se limitou a um simples módulo, mas estabeleceu espaços de troca interdisciplinares junto de diferentes projetos. Os assuntos tratados e ações propostas foram planejados a partir das demandas trazidas pela comunidade, na ordem de prioridades que eles elencaram.

O contato dos estudantes com a comunidade permitiu a discussão de temas muito pertinentes ao estudo proposto pela ICH como questão agrária brasileira, questão fundiária, Reforma Agrária Popular, conflitos socioambientais, arranjos produtivos, comercialização de produtos agroecológicos, extensão agrícola, políticas

públicas de apoio à agricultura familiar, além de aprofundar o estudo da transição agroecológica.

A abordagem participativa foi fundamental no estudo, pois permitiu uma aproximação entre os assentados e os estudantes, que não aconteceria de outra forma. Os pesquisadores puderam conhecer as potencialidades e também as dificuldades enfrentadas pela comunidade com maior profundidade. A partir da pesquisa-ação é possível responder e contribuir com as demandas sinalizadas pela comunidade de forma conjunta e horizontal.

Figura 13: Círculo de culturas e Caminhada Transversal na Comunidade Agroflorestal.



Fonte: Arquivo coletivo da ICH.

Figura 14: Puxirão Agroecológico



Fonte: Arquivo coletivo da ICH.

Projeto de Extensão Tecnologias Sociais para Promoção da Segurança e Soberania Alimentar

As Tecnologias sociais podem ser definidas por formas de desenvolver, implementar e gerir técnicas que buscam resolver problemas sociais e ambientais, em processos que geram inclusão social e fomentam o desenvolvimento sustentável. Outra definição para as tecnologias sociais seriam instrumentos ou métodos de solucionar problemas que tenham baixo busco e gerem impacto social (CHRISTOFFOLI, 2021).

O projeto de extensão Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar, vinculado ao curso de tecnólogo em Agroecologia da UFPR Litoral, teve como objetivos mapear, construir, avaliar, sistematizar e socializar tecnologias sociais capazes de promover a transição agroecológica de unidades produtivas familiares do acampamento José Lutzenberger. O projeto reuniu extensionistas que após vivências imersivas junto da comunidade realizaram um trabalho minucioso de visita às famílias agricultoras para sistematização das tecnologias sociais.

O estudo considera os sistemas agroflorestais (SAFS) cultivados pelas agricultoras e agricultores a principal tecnologia social entrada neste território. Os consórcios utilizados nos lotes são fruto da experiência das produtoras neste ecossistema específico, assim como as estratégias para enfrentar o alto índice pluviométrico característico da região. As soluções encontradas pelos trabalhadores para lidar com as especificidades de clima e vegetação foram sistematizadas e socializadas. A socialização dos recursos, soluções e métodos utilizados na preparação do solo, e plantio são exemplos de práticas educativas que visam a transformação da realidade local.

Figura 15: Entrevista na casa de uma agricultora e um lote produtivo.



Fonte: A autora e arquivo coletivo do Projeto TS, 2023.

JURA: Jornada universitária de apoio à Reforma Agrária

A Jornada universitária em defesa da Reforma Agrária, JURA, é um evento que foi gestado no 2º Encontro Nacional de Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 2013. Desde então o evento acontece entre os meses de abril e junho em dezenas de universidades públicas brasileiras, e mobiliza nas instituições de ensino superior núcleos, laboratórios, coletivos da graduação e pós-graduação, de ensino, pesquisa e extensão com a intenção de ampliar e disseminar conhecimentos em torno da questão agrária brasileira e a construção da Reforma Agrária Popular.

Em 2024 a Jornada esteve em sua 11ª edição, com o lema “MST: 40 anos de Luta e Construção”, e objetivou recontar a trajetória de luta e resistência do movimento nestas quatro décadas de trabalho contínuo, reafirmando o MST como um dos movimentos populares mais importantes na história da América Latina. A JURA é um espaço de ensino, estudo e troca de conhecimentos visando o fortalecimento e a defesa da organização social dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

No setor litoral da UFPR a edição de 2023 e 2024 aconteceram presencialmente na universidade e contou com a participação de professores, técnicos, e representantes do Movimento Sem Terra, incluindo agricultoras e agricultores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. O evento contou com a mística de abertura, característica das reuniões de movimentos populares e os camponeses foram convidados a relatar suas experiências na luta pela terra para no evento que contou com ampla participação da comunidade acadêmica.

Este evento é fundamental na propagação de conhecimento sobre a questão agrária no país, sendo conduzido de forma a introduzir as temáticas para pessoas da comunidade acadêmica e externa que não tiveram contato com tais conteúdos anteriormente. Este evento, ao incluir participantes da comunidade, rompe com a unilateralidade das ciências e se norteia pelos princípios da diversidade, e complexidade próprios da educação do campo e da educação em agroecologia.

Figura 16: Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária que aconteceu na UFPR litoral no ano de 2023 e 2024



Fonte: A Autora

Festa da Reforma Agrária

A Festa da Reforma Agrária é um evento que celebra a cultura camponesa e caíçara. No início de dezembro de 2023 a Comunidade José Lutzenberger sediou a quarta edição do evento, com uma programação cultural em comemoração à consolidação do assentamento. O evento começou logo pela manhã com a Procissão da Bandeira do Divino seguida de um almoço oferecido pelos moradores da comunidade, que foi preparado com auxílio do trabalho voluntário de estudantes da UFPR.

Durante o período da tarde a programação contou com visitas às áreas de plantio agroflorestal e feira de produtos agroecológicos e de economia solidária. Ainda teve teatro, roda de samba e para finalizar a noite fandango caíçara. Esta edição da festa foi especialmente planejada pela comunidade para celebrar a formalização do assentamento e a garantia do direito à terra para as famílias da comunidade, marco firmado após 21 anos de luta neste território.

O evento contou com a participação da comunidade externa do município de Antonina, da região litorânea e pessoas vindas da capital Curitibana para apoiar e prestigiar o trabalho do movimento campesino. Estudantes da UFPR compareceram antes do início da festa para fortalecer a organização do evento, auxiliando na cozinha, na preparação dos alimentos e na ornamentação dos espaços para festa.

Este é um exemplo de articulação entre o movimento do campo dos trabalhadores sem-terra, e o movimento agroecológico da universidade pública. Eventos como este são marcos na história do território e do movimento e permitem aos envolvidos testemunhar e provar dos frutos deste trabalho árduo. Além de comemorativo, o evento possui um caráter educativo, por reunir vivências práticas, cultura e diálogo de saberes em torno dos temas da conservação da natureza e produção de alimentos.

Figura 17: Apresentação do grupo de Fandango Caiçara Mandicuera



Foto: Juliana Barbosa

Jornada da Natureza

A Segunda edição da Jornada da Natureza aconteceu em diferentes assentamentos paranaenses na semana que marca o dia mundial do meio ambiente. Com o lema “Semeando a Vida para enfrentar a crise ambiental”, a ação é realizada pelo MST e pela Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP) em parceria com diversas instituições, entre elas o INCRA e a UFPR.

A Ação promoveu o lançamento de sete toneladas de sementes de palmeira juçara em diferentes territórios com o helicóptero da polícia federal do paraná. As sementes têm grande chance de fecundação se depositadas em seu ecossistema natural, pois este método se assemelha à forma de dispersão que acontece naturalmente pelos pássaros. A sementeira das sementes juçara   uma atividade que faz parte do Plano Nacional Plantar  rvores, Produzir Alimentos Saudáveis, que visa a recuperação ambiental e a produção de alimentos saudáveis, com a meta de plantar 100 milhões de árvores até 2030.

Na comunidade José Lutzenberger a celebração contou com a presença da Comunidade externa ao assentamento, a comunidade universitária e uma programação cultural, com a apresentação do grupo de fandango caiçara Mandicuera e do Boi de mamão. O café da manhã e o almoço foram preparados por mulheres na Comunidade, com ajuda de acadêmicos da UFPR litoral, com um cardápio inspirado na culinária caiçara, com pratos à base de peixe, palmito pupunha e frutas cultivadas no assentamento.

A jornada foi uma bela celebração e um exemplo de a  o que beneficia os assentados, mas também toda a comunidade externa que tem a possibilidade de presenciar e aprender mais sobre a biodiversidade e a cultura local num dia que brinda a vida e a saúde da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

Figura 18: Helicóptero que realizou o lançamento das sementes juçara.



Fonte: A autora (2024).

Conclusões

Este estudo teve como intuito discutir a educação em agroecologia a partir da descrição dos saberes e experiências territoriais camponesas de construção de sistemas agroecológicos, bem como a relação política, pedagógica e extensionista da universidade (UFPR Litoral) com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, assentamento da reforma agrária localizado no litoral do Paraná. Com a sistematização das atividades, eventos e atividades educacionais que ocorreram na Comunidade, pode-se notar o protagonismo das camponesas e camponeses que dividiram saberes, memórias, histórias de vida e processos de luta na construção da reforma agrária popular, desempenhando um importante papel na formação dos estudantes do curso Tecnólogo em Agroecologia da UFPR Litoral e demais cursos do campus.

Destaca-se no estudo a importância dos saberes, tecnologias sociais e práticas de cada agricultora e agricultor da Comunidade. A memória camponesa e as vivências práticas de anos de trabalho no campo, articuladas com as diretrizes políticas de construção da reforma agrária popular do MST, resultaram na construção de conhecimento agroecológico, relacionado ao desenho, manejos e práticas voltados aos ecossistemas locais. Estes conhecimentos são socializados nos espaços educativos propostos pelos projetos da universidade.

Os eventos como a Festa da Reforma Agrária, e a Jornada da Natureza representam marcos temporais que celebram a vida e a história de resistência da comunidade, em momentos em que as agricultoras e agricultores socializam os frutos de seu trabalho e esmero para a comunidade externa. Estes eventos trazem símbolos de força e esperança, unindo natureza, cultura e diversidade num só espaço, e ainda apresentam um caráter educativo, potencializando a relação campo-cidade.

Os projetos de ensino, pesquisa extensão que foram desenvolvidos na Comunidade Agroflorestal são exemplos de processos formativos em Agroecologia que compreendem a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, a ruptura epistemológica da ciência dominante; a partir de abordagens pedagógicas que valorizam os territórios e dialogam com a realidade do campo buscando transformá-la. Espaços educacionais como a ICH Transição Agroecológica e o Projeto de Extensão Tecnologias Sociais são exemplos de espaços de educação formal em

Agroecologia capazes de contemplar princípios de respeito à vida, a diversidade e trabalham a complexidade e a transformação dos territórios.

Os espaços de diálogos de saberes e trocas apresentados neste artigo se fundamentam na ideia que a educação é uma ferramenta de sensibilização, provocação, problematização e libertação das estruturas ideológicas de dominação para formar profissionais capazes autônomos e atuantes. Trilhar os caminhos da educação em Agroecologia requer atenção às complexidades próprias do nosso tempo, e, uma busca contínua por relações cada vez mais justas e solidárias.

Por fim, o trabalho de sistematização das experiências e saberes camponeses, e dos processos dialógicos e pedagógicos que têm sido construídos coletivamente no litoral do Paraná, é de extrema importância para posterior socialização e propagação desse conhecimento, tendo em vista que os processos vividos nesse território podem impulsionar a transição agroecológica e a transformação de outras localidades.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Maria Virginia Almeida; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; SILVA, José Nunes da; CAPORAL, Francisco Roberto. I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Recife/Olinda/PE: Construindo Princípios e Diretrizes. **Revista de Educação em Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016. jun. 2016. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20800/12894>.
- ALMEIDA, Laynara Santos; COSTA, Rodolfo B. de M. Lobato. A universidade como mediadora social: o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger (PR). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 43, n. 1, p. 21–39, 2023. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/817>. Acesso em: 23 out. 2024.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362> Acesso em: 28 ago. 2024.
- ARAÚJO, Keila Cássia; GUIMARÃES, Solange Terezinha; LOPES, Paulo Rogério. Multifuncionalidade da paisagem rural: uma abordagem sistêmica agroecológica. In: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE RAYMUNDO, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa; SILVA, Rafael Falcão (orgs.). **Educação, agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba-SP: MH- Ambiente Natural, 2017. p. 89-103. ISBN 978-85-

54939-01-4. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

BORSATTO, Ricardo Serra et al. Agroecologia e valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger1. **Informações Econômicas**, v. 37, n. 8, p. 14-23, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/> Acesso em: 13 jul. 2024.

CALDART, Roseli Salete. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, v. 3, p. 1-33, 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Tecnologias Sociais. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 727-736. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf Acesso em: 20 jul. 2024.

COUTO, Ligia Paula. A pedagogia universitária nas propostas inovadoras de universidades brasileiras: o caso da UFPR-Litoral. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 3, n. 6, p. 220-235, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/issue/view/46> Acesso em: 13 jul. 2024.

COSTA, Reinaldo Corrêa. ETNOCONHECIMENTO, SABER LOCAL E A MUNDIALIZAÇÃO. III Encontro ANPPAS, Brasília – DF, 2006.

LIMA, Pedro Glécio Costa; SILVA, Regina Oliveira da; COELHO-FERREIRA, Márlia Regina; PEREIRA, Jorge Luis Gavina. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/VRb339rfGsP75w859k5yYPn/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DUARTE, Valdir Pereira; RABELO, Amaro Korb. Fundamentos da educação em agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, jun. 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20883/12266>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Alternativas aos Impérios Agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR) **REVISTA NERA**, n. 29, p. 70-100, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3344> Acesso em: 23 jul. 2024.

MOLINA, Mônica C.; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

MORAES, Fernanda Corrêa; SORRENTINO, Marcos. Agroecologia, movimentos sociais e Bem Viver. In: SORRENTINO, Marcos; ANDRADE RAYMUNDO, Maria Henriqueta; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Corrêa; SILVA, Rafael Falcão (orgs.). **Educação, agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba-SP: MH- Ambiente Natural, 2017. p. 135-149. ISBN 978-85-54939-01-4. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

ROSSITO, Flávia Donini. **"Cooperação agroecológica, natureza e gente."** 2020. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 164 p. 2020.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 631-648, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NVYdW7qx7dNfFNC9fS9FQKK/abstract/?lang=ptv>

SOUSA, Romier da Paixão; CRUZ, Carlos Renilton Freitas; ZAQUINI, Páulea; CERRI, Danielle. Educação em agroecologia. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 361-368.

SOUSA, Romier da Paixão. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 28-33, 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252017000200011&script=sci_arttext

TARDIN, Jose Maria; TRAVASSOS, Ronaldo. Educação popular em agroecologia. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 375-383.

TIEPOLO, Liliani Marília. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobijada. **Guaju, Matinhos**, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328079364.pdf>

UFPR - Litoral. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos, 2008. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/projeto_politico_pedagogico_ufpr_litoral.pdf

VANESKI FILHO, Ener. **Entre a preservação e a destruição: conflitos socioambientais e o caso do acampamento José Lutzenberger**. Nova Xavantina, MT: Editora Pantanal, 2021. 93 p.

[1] Mestranda do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Matinhos, PR, Brasil. *Autora correspondente: anaalucampos@gmail.com

[2] Docente no curso Tecnólogo em Agroecologia e no Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Matinhos, PR, Brasil

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever uma dissertação é também contar uma história, e toda boa história tem caminhos, nuances, e lições aprendidas. Esta não é diferente. Eu, enquanto mestrande, escolhi trabalhar com uma comunidade no meio da mata, composta por gente que trabalha e cuida da natureza, por acreditar profundamente no valor do cuidado com a natureza. No meio do caminho até o coração dessa mata encontrei inúmeras outras histórias, as quais tive imenso prazer em ouvir. O que, para uma pesquisadora iniciante, parecia simples, revelou-se complexo, e cheio de camadas. E o que parecia, à primeira vista, muito difícil de compreender, revelou-se de uma simplicidade assombrosa.

Escrever sobre uma comunidade no meio da mata requer entendimento de que uma comunidade é composta por gente, seus caminhos trilhados, suas raízes, essa natureza toda e como tudo se relaciona entre si e se conecta. Cada história individual retrata um tanto desse Brasil, que foi fundado na escravidão de povos, e na exploração da terra. Uma história que é impossível dissociar da dor, da violência, do saqueio, do racismo, e do massacre.

Passado tanto tempo desde o “passado” colonial a área rural ainda é reflexo direto da colonização. Contudo, foram nos interstícios das grandes propriedades dos grandes senhores de engenho que, camponesas e camponeses desenvolveram seus meios de subsistência, seus plantios, seus roçados. O fazer agroecológico que se conhece hoje é herança da sabedoria desses povos resistentes, e conectados à terra.

Diante da complexidade e da dureza da realidade dentro deste sistema capitalista e neoliberal, onde poucos têm acesso a muito e seguem gerando a destruição de ecossistemas inteiros, urge o testemunho da resistência, a qual sempre existiu. Essa gente que compõem uma pequena comunidade no coração da mata têm transmitido muitos saberes grandiosos.

Essa gente que mesmo tendo uma vida difícil na roça, cheia de restrições, limitações, e muito trabalho, descreve essa vida como valiosa, cheia de vida, e de sentido. O sentido, tão comumente perdido pelos habitantes da cidade, no mundo moderno e ocidental, parece estar sempre presente na vida em conexão à terra.

Dentre as coisas mais bonitas que eu ouvi nestas entrevistas todas da pesquisa, com certeza eu destaco o senso de retribuição à terra. Quem colhe os frutos do solo, possui um entendimento que escapa a quem vive na cidade: a terra tudo dá, nos alimentamos diariamente dos seus frutos e por isso precisamos dar em troca, precisamos firmar esse vínculo, cultivar esse relacionamento primordial.

Esta pesquisa, ao investigar a história de vida e os sonhos dos moradores da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, revelou que a construção de um assentamento agroecológico vai muito além da ocupação da terra: é um processo contínuo de resistência, resignificação e recriação de mundos. Através das narrativas dos agricultores e agricultoras, ficou evidente que a Reforma Agrária Popular não se limita ao acesso ao território, mas se consolida como um projeto coletivo de vida, marcado pela relação de reciprocidade com a natureza.

A agroecologia emergiu não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um modo de existência que reafirma a identidade camponesa e confronta o modelo hegemônico do agronegócio. Os relatos destacaram o papel das mulheres na preservação e transmissão de saberes ancestrais, demonstrando que a sustentabilidade é, antes de tudo, uma prática cotidiana e comunitária. A chegada de jovens, atraídos por esses princípios, desmistifica a ideia do fim do campesinato, apontando para sua contínua renovação.

No entanto, essa trajetória não está livre de contradições. A vida no campo, ainda marcada por limitações materiais e pela herança violenta da concentração fundiária, exige políticas públicas consistentes e o fortalecimento de redes de apoio. A comunidade demonstra que, mesmo em meio a adversidades, é possível construir alternativas concretas ao sistema dominante, baseadas na cooperação, na biodiversidade e no respeito aos ciclos naturais.

Por fim, este estudo deixa claro que experiências como a da Comunidade José Lutzenberger não são meros casos isolados, mas expressões de um projeto maior de sociedade. Seu exemplo desafia narrativas fatalistas sobre o rural e aponta caminhos possíveis para um futuro em que a terra seja, de fato, um espaço de vida e não de mercadoria. Que esta pesquisa contribua não apenas para a academia, mas também para amplificar as vozes daqueles que, no cotidiano do cultivo e da luta, estão cultivando e colhendo esperanças.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M. DE. As intersecções entre técnica, tecnologia, trabalho e bem viver no contexto da agricultura familiar agroecológica. Dissertação. 2019.

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, p. 23-69, 2004.
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf#page=24](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf#page=24)

ALMEIDA, L. S. et al. Assentamento Agroecológico Agroflorestal José Lutzenberger: Uma Referência para o Desenvolvimento Sustentável no Litoral do PR. In: NOGUEIRA, C.; ABRAHÃO, C. M. S.; LOPES, P. R. (Eds.). **Litoral do Paraná: Território e Perspectivas** - Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cruz Alta: Ilustração, 2023. 114 p.

ALMEIDA, Laynara Santos et al. "A universidade como mediadora social: o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger (PR)." *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, p. 21-39, 2023.

ALMEIDA, M. W. B. DE. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16773>>. Acesso em: 31/1/2024.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>

ANGROSINO, Michael. Etnografia e Observação Participante. Coleção Pesquisa Qualitativa. ARTMED Editora, 2009.130p.

ARGUETA, A. Sistemas de saberes ambientales, naturaleza y construcción del Bien vivir. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 147-159, dez. 2015.

BLANCO, J. P.; AGUIAR, E. P. El Buen Vivir como discurso contra hegemónico. Postdesarrollo, indigenismo y naturaleza desde la visión andina. **Mana**, v. 26, p. e261205, 2020. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/mana/a/X6VjcpRbgFXvPVCXmVdkvjn/?lang=es>>.
Acesso em: 6/1/2024.

BOFF, L. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direito da mãe terra. Petrópolis: Vozes, 2015

BORSATTO, R. S. "Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense." Orientador: Profa. Dra. Nilce Nazareno da Fonte. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BRANDÃO, C. R. "A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina." In: Brandão, C. R.; Streck, D. R. (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos. **São Paulo: Cortes**, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRANDÃO, C, R; BORGES, M. A, C. pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008.

CAMPOS, J.; SILVA, T.; ALBUQUERQUE, U. Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar? p.95–112, 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

CATTELAN, R.; MORAES, M. L. DE; ROSSONI, R. A. A REFORMA AGRÁRIA NOS CICLOS POLÍTICOS DO BRASIL (1995 – 2019)/ Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)/ Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019). **REVISTA NERA**, n. 55, p. 138–164. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6907>>. Acesso em: 4/1/2024.

COSTA, F.A; CARVALHO, H. M. Campesinato. CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.113-121). Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>

D'AQUINO, T. A CASA, OS SÍTIOS E AS AGROVILAS: UMA POÉTICA DO TEMPO E DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO RURAL DAS TERRAS DE PROMISSÃO-SP. **Cadernos CERU**, v. 8, p. 29–50, 1997. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74973>>. Acesso em: 16/1/2024.

DELGADO, L. DE A. N. **História oral - Memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2017.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil

DIONNE, H. A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Tradução Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007, 132p.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra. Medellín: Ediciones **Unaula**, 2014.

FACCO, Vinicius Antonio Banzato. "Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do Acampamento Agroflorestal José Lutzenberger (MST-ANTONINA/PR)." **Revista NERA**, n. 29, p. 70-100, 2016.

FARIAS, M, F. L. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **REVISTA NERA**, n. 11, p. 33-47, 2012.

FEDERICI, S. Reencantando o mundo: Feminismo e apolítica dos comuns. **Editora Elefante**. 2022. 320 p.

FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. DE; PAULILO, M. I. S. (ORGS.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. 1a ed ed. São Paulo, SP: Brasília, DF: Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FLORIANI, N. et al.. Territorialidades da convivencialidade e do sentirpensar com as florestas comunitárias tradicionais na América Latina. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 50, Diálogos de Saberes Socioambientais: desafios para epistemologias do Sul, p. 21-48, abril 2019.

FLORIANI, N; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. Revista brasileira de agroecologia, Porto Alegre, p. 3-23, 2010.

FONTES, R. B. Sonhos e memórias de re-existências no campo: juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho. Dissertação 2017.

FURTADO DA SILVA, A. C. G. F. DA S. Mulheres e soberania alimentar: saberes agroecológicos entre assentadas. Dissertação. 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 654p.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, p. 16, 2004.

HOLANDA, Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo. Companhia das Letras 2007.

HOLLER, S. C.; FAGUNDES, M.; VERGARA, Édina M. . Paths to popular agroecological agrarian reform . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e13310615603, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15603. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15603>. Acesso em: 20/01/2024

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie; VAN LAMMEREN, Ilja. Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 4, p. 715-733, 2021.

IPARDES, Base de dados. <http://www.ipardes.gov.br>. 2017.

JASKIW, E. F. B. O bem viver na Escola Latino-Americana de Agroecologia. Dissertação. 2019.

KRENAK, A. A vida não é útil. Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019.

LANGE, E. P. S. A reciprocidade como prática econômica e social em assentamentos da reforma agrária., 2020. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9351>>. Acesso em: 20/1/2024.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. in: agroecologia e desenvolvimento sustentável, Porto Alegre, v.3, no.1, pp. 36-51, 2002.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016.

LOPES, P. R. et al. Tecnologias sociais no litoral do Paraná: Construção de territórios agroecológicos a partir de experiências do MST e do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR. In: SAN SOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). *Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular – Vol. 1*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021. 243p.

LOPES, P. R. et al. Tecnologias sociais no litoral do Paraná: Construção de territórios agroecológicos a partir de experiências do MST e do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR. In: SAN SOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. (Eds.). *Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular – Vol. 1*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021. 243p.

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. Sistemas de produção de base ecológica—a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 1, 2011.

MACHADO, D. C. M. "Às vezes a gente olha, mas não enxerga! ": narrativas de pobreza e vida digna de mulheres negras assentadas como contribuições para pensar o desenvolvimento rural. 2022.

MARCHETTI, Fábio F. et al. "Experiências agroecológicas da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e seu potencial para o desenvolvimento de bioinsumos no extremo sul da Bahia." *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 18, n. 1, p. 193-213, 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, M. I. M. A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS. **REVISTA NERA**, n. 12, p. 57–67. 2008. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>>. Acesso em: 6/2/2024.

MARTINS, E; M. et al. "O uso de sistemas agroflorestais diversificados na restauração florestal na Mata Atlântica." *Ciência Florestal*, v. 29, p. 632-648, 2019.

MARTINS, Jose de Souza. O Cativo da Terra. 7º Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2012. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/356>>. Acesso em: 19/1/2024.

MEDEIROS; R. A; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora expressão popular, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MORAES, F. C; SORRENTINO, M. et al. Agroecologia, Movimentos Sociais e Bem Viver. In Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba-SP:MH- Ambiente Natural, 2017. 344 p. <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MST. Movimento Sem Terra. VI Congresso Nacional do MS. Programa Agrário do MST: lutar, construir Reforma Agrária Popular. 2014. Disponível em <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 20/01/2024

OLIVEIRA, A. U. DE. A longa, marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 185–206, 2001. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19/1/2024.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, p. 87–108, 1989. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/hN3hk6JsVVyLBLRrJC9cRyR/>>. Acesso em: 20/1/2024.

PERALTA, A. A agroecologia Kaiowá: Tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. **MovimentAção**, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 01-19, 2017.

PEREIRA, C. F. Nova centralidade do território e da identidade nas lutas sociais e processo de complexificação da questão agrária. *Geousp*, v. 25, n. 3, e-145399, dez. 2021. ISSN 2179-0892.

PEREIRA, E M. “A década da destruição” da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980). **História Unisinos**, v. 21, n. 1, p. 26-37, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579862151002/579862151002.pdf>

PEREIRA-DA-SILVA, F. Comparando conceptos de la periferia global: por una tipología de los sentidos de ubuntu y buen vivir. **Izquierdas**, v. 51, p. 0–0, 2022. Ariadna Ediciones. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S071850492022000100218&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6/1/2024.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação 1. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: **Clacso**, p. 107-126, 2005.

RIBEIRO, S. L. S. NARRATIVAS E ENTREVISTAS EM PESQUISAS QUALITATIVAS: história oral como possibilidade teórico-metodológica. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/724>>. Acesso em: 10/1/2024.

ROSSET, Peter Michael et al. The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **The Journal of peasant studies**, v. 38, n. 1, p. 161-191, 2011.

ROSSITO, Flávia Donini. "Cooperação agroecológica, natureza e gente." 2020. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 164 p.

RUFINO, L. Ponta Cabeça: educação, jogo de corpo e outras mandingas. Mórula Editorial. 2023, 100 p.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 2009.

SANTANA, P. M. S. D.; MAGALHÃES, T. Q. D. Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 1, p. 607–635, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217989662022000100607&tlng=pt>. Acesso em: 4/1/2024.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora expressão popular, 2009.

SCARANO, F. R. Regenerantes de Gaia. Dantes Editora. 2019.

SERRALTA-BATUN, L. P, et al. Amenazas al paisaje agrícola tradicional del sur de Yucatán, México: una mirada desde el análisis socioecológico. **Revista de Economía e Sociologia Rural**, v. 62, p. e265073, 2023. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/RYrc7YfdQNXK6JSRhKG3W7q/?lang=es>>. Acesso em: 8/2/2024.

SILVA, V. A. A territorialização dos assentamentos de reforma agrária na mesorregião centroocidental paranaense, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/7069>>. Acesso em: 20/1/2024.

SIQUEIRA, G. C.; GONÇALVES, B. S.; SANTOS, A. D. O. D. Entre utopias desejáveis e realidades possíveis: noções de bem viver na atualidade. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 125–144, 2023. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/CNxdWQpkJZCFs4QDHtcZStn/?lang=pt>>. Acesso em: 5/1/2024.

SOLÓN, P. Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Editora Elefante, 2019.

SORRENTINO, M. et al. (Org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba-SP:MH- Ambiente Natural, 2017. 344 p. <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1a. ed ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 7. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 173 – 238.

TARDIN, J. Cultura Camponesa. CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.178-186). Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em:

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16846>>. Acesso em: 20/1/2024.

TOLEDO, V. M. El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales **Sociedad y Ambiente**, vol. 1, núm. 1, pp. 50-60 El Colegio de la Frontera Sur Campeche, México. 2013.

TOLEDO, V. M.; BARREIRA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica dos saberes tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRIVINOS, A. W. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VANESKI FILHO. "Ordenamento territorial com justiça ambiental: construindo uma (agri)cultura com natureza." 2020. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 213 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Imperios alimentarios, soberanía alimentaria y luchas sociales. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014